

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO

REBECA DOS SANTOS MOREIRA

**OS SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA RELAÇÃO ENTRE O MATRIMÔNIO E O
PATRIMÔNIO MEDIADA PELO CASAMENTO NO SISTEMA CAPITALISTA**

Campo Grande

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO

REBECA DOS SANTOS MOREIRA

**OS SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA RELAÇÃO ENTRE O MATRIMÔNIO E O
PATRIMÔNIO MEDIADA PELO CASAMENTO NO SISTEMA CAPITALISTA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como exigência parcial para obtenção do título de mestre pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. **Inara Barbosa Leão.**

Campo Grande

2022

Dedico este trabalho a todas as mulheres que estiveram e àquelas que estarão, porque se casaram ou não e as suas histórias me constituem.

AGRADECIMENTOS

À Carla Antloga, amiga antes do tempo, por ser quem é e fazer tanto sentido em mim, por ter-me confiado aquilo que lhe é tão caro. Espero ter encontrado boas palavras que dão sentido à forma e significado aos conteúdos. À professora depois do encontro, minha inspiração e admiração profunda: toda minha gratidão!

À professora Inara Leão, por abrir os braços, pela orientação e além. Por estar, mesmo no meio de uma pandemia, e mandar carinhos de Páscoa junto de Chica. Por me permitir estar até o fim, com força e coragem.

À professora Alexandra, porque sustentou o olhar.

À Sabrina Fernandes, por ser essa força inspiradora e por dedicar tempo e palavras tão importantes. À Fernanda, por deixar tudo mais bonito; à Pati, pelo silêncio e palavras.

Ao meu irmão Gabriel, com quem coincido no pai e no tempo, por ser disponível no afeto e palavras.

À Aline Albernaz, porque somamos incontáveis vidas por instante. De perto e de longe, sempre do lado de dentro. Juntas na teoria e prática.

À Lígia Burton, por esse encontro generoso, delicado e divertido, que trouxe brisa leve a minha existência, por cada risada reverberada e palavra fluída, por cada instante.

À Julia, por ter delicadamente lido e tão gentilmente pressuposto surpresa.

À Luísa e Maysa, por me inspirarem e fazerem-me desejar bons destinos; à Clara, que nasceu rompendo amor dentro de mim, e à Melissa, que chegou deslumbrante com voz de calmaria – são as bebês-meninas para quem desejo um jeito melhor de mundo.

As minhas mães, Hilva e Ilza, porque elas são meus amores infinitos e sem elas não seria qualquer coisa que valha.

Ao meu pai, Lindolfo, porque mesmo sem estar, ele já sabia.

Ao Joselito, pelas asas e pelo pouso, minha prática mais terna. Ao meu amplo e vasto amor, que me faz tigresa em estado de poesia.

Ao CNPQ e à UFMS.

A todas, porque existem em mim!

RESUMO

Por que dizemos matrimônio, uma palavra com significantes femininos, para casamento e patrimônio, cuja raiz possui significantes masculinos, para designar bens e heranças? Na busca por compreender se essa relação que se apresenta na linguagem é também uma relação existente na prática social e se faz parte da consciência dos sujeitos da sociedade, em especial das mulheres que se casam, nos aprofundamos nesta investigação. Para tanto, nos baseamos nos ensinamentos da teoria psicológica sócio-histórica e nos fundamentos do materialismo histórico e dialético. Destarte, percorremos uma história do casamento, desde a passagem para o casamento monogâmico, enlaçado na história da propriedade privada; passando pelos laços das famílias feudais, os quais se davam especialmente por aliança política e econômica, mas também pela economia doméstica e familiar; até a história brasileira do casamento, que, embora tenha o predomínio da família patriarcal, guarda uma multiplicidade de histórias. Compreendemos, portanto, que as instituições Estado, família, Igreja arte e educação fazem a mediação da cultura matrimonial, seja transformando, seja conservando os seus aspectos, a fim de condicionar determinantes para um propósito ideológico. No processo histórico aqui percorrido, pudemos avaliar que muitas mulheres encontram-se em desvantagem patrimonial, por, tradicionalmente, serem-lhes atribuídas as ocupações domésticas, como a reprodução e cuidados com a casa, e a sua marginalização em relação ao mundo do trabalho, com baixas remunerações e/ou dificuldade em serem empregadas, entre outras condições. O casamento, que se tornou, para algumas mulheres, uma fonte de sobrevivência ou mesmo a garantia de permanência em determinada classe social, ganha novo significado e sentido na vida moderna, quando passa a ser uma escolha por afinidade. No entanto, indagamo-nos se a questão patrimonial, que permanece imbricada ao casamento, faz parte da consciência de mulheres que se casam. Em outras palavras, interessa-nos verificar o que as casadas sabem sobre a cultura que motiva a ação de se casar e a implicação dessa ação no que tange aos aspectos econômicos. Para responder a isso, realizamos entrevistas com mulheres sobre sua consciência acerca do seu patrimônio no casamento – processo desenvolvido com a técnica da Análise Gráfica do Discurso. A partir dela, foi possível conhecer os núcleos do pensamento da entrevistada sobre o tema e interpretá-los pela teoria psicológica sócio-histórica. Sendo assim, identificamos que, na sua consciência, a ideia de casamento seria uma condição de valorização de si, o que motiva e cria necessidades sobre ele, e que o patrimônio no casamento não é percebido como lhe pertencendo. Isso confirma nossa hipótese de que, no processo histórico e cultural, há um enlace entre matrimônio e patrimônio.

Palavras-chave: Psicologia Sócio-histórica. Materialismo histórico e dialético. Análise gráfica do discurso. Matrimônio e patrimônio.

ABSTRACT

Why do we say matrimony, a word with a female meaning, to wedding and patrimony, which its roots have male meanings, to address goods and heritage? We deepen this investigation in the seek of understanding if this relation presented in the language is also existent in the social practice that takes part of the of the conscience of the authors in society, especially women who get married. For this, we based on the Socio-Historical Psychology Theory and elements of the Dialectical Historical Materialism. This way, we went through the History of Marriage, since the monogamic one along with the history of private property, passing on the bounds of feudal families, which were given, basically, due to political and economic alliance and also for the family and domestic economy; until the history of Brazilian marriage, which, despite having the patriarchal predominance, gathers a diverse history. Therefore, we comprehend that the State, family, Church, art and education institutions measure the matrimonial culture, either changing or conservating its aspects to conditionate ideological determiners. This way, in the historical process, we were able to identify that many women found themselves in disadvantaged regarding the matrimony, due to, traditionally, have attributed to them the domestic occupation, like reproduction and taking care of the house, and the marginalization regarding the world of work, with low payments and/or the difficulties of being employed, among other conditions. Marriage that has become, to some women, a source of surviving or even the guarantee of staying in certain social class, receives another meaning and sense in modern life, when it becomes a choice due to affinity. However, we ask ourselves if the patrimonial issue, that remains imbricated to the marriage, takes part of the conscience of those who are willing to get married. That is, what they know about the culture that motivates the action of getting married and its implication to the economy. In order to answer this, we interrogated some women about the conscience they have about their marriage patrimony. We did, then, two interviews, in which only one was chosen to be developed with the Graphic Analysis of the Speech technic.

Keywords: Social-Historical Psychology. Dialectical Historical Materialism. Graphic Analysis of the Speech. Matrimony. Patrimony.

SUMÁRIO

1 AS MULHERES SÃO CONSCIENTES SOBRE O MODO COMO REPRESENTAM A RELAÇÃO ENTRE MATRIMÔNIO E PATRIMÔNIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS? UMA INTRODUÇÃO.....	7
2 CASAMENTO E CAPITALISMO: UM ENLACE HISTÓRICO ENTRE MATRIMÔNIO E PATRIMÔNIO.....	32
2.1 O casamento na história.....	36
2.1.1 O casamento monogâmico e a propriedade privada: do natural ao cultural.....	36
2.1.2 Os laços entre matrimônio e patrimônio na família capitalista.....	41
2.1.3 Matrimônio e patrimônio na história da família brasileira.....	48
2.2 O casamento na sociedade brasileira capitalista: a mediação do trabalho das mulheres.....	54
2.2.1 Instituições mediadoras na cultura do casamento: Estado, Igreja e família.....	55
2.2.2 O patrimônio das mulheres e o matrimônio dos homens - o trabalho feminino.....	57
2.3 Educação e arte: mediadores necessários para os processos de consciência sobre as necessidades que motivam o casamento.....	61
3. A CONSCIÊNCIA, OS SENTIDOS, OS SIGNIFICADOS NA TEORIA PSICOLÓGICA SÓCIO-HISTÓRICA.....	64
3.1 Uma teoria de Psicologia Geral.....	71
3.2 A consciência social e individual – o objeto de estudo da teoria psicológica sócio-histórica de Vygotsky.....	75
3.3 O inconsciente é o polo oposto da consciência, mas é sócio-histórico.....	77
3.4 Linguagem e pensamento – categorias teóricas, processo mediacional e função psicológica superior.....	78
3.5 O pensamento - categoria teórica, processo e função psicológica superior.....	82
4. ANÁLISE GRÁFICA DO DISCURSO: UMA TÉCNICA PARA COMPREENDER A CONSCIÊNCIA DA RELAÇÃO ENTRE MATRIMÔNIO E PATRIMÔNIO.....	85
4.1 Análise gráfica do discurso de uma mulher sobre a sua vivência do casamento...88	88
5 A CONSCIÊNCIA DO PATRIMÔNIO NO MATRIMÔNIO.....	94
5.1 O matrimônio e o patrimônio dela: uma interpretação.....	94
5.2 O casamento e o nada: uma breve discussão sobre o matrimônio da mulher.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICE I.....	116
APÊNDICE II.....	119
APÊNDICE III.....	122
APÊNDICE IV.....	129
APÊNDICE V.....	136

1 AS MULHERES SÃO CONSCIENTES SOBRE O MODO COMO REPRESENTAM A RELAÇÃO ENTRE MATRIMÔNIO E PATRIMÔNIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS? UMA INTRODUÇÃO

Conhecer é saber a verdade sobre uma realidade; e, para apreendermos a verdade, é necessário indagar sobre o projeto histórico e os aspectos sociais que a constituem e a transformam, na sociedade, pois a verdade é histórica. Somos constituídos socialmente por essa história que compõe a sociedade, ao mesmo tempo em que também somos quem a construímos.

O objetivo deste estudo é compreender os significados e sentidos presentes na consciência de mulheres sobre a relação entre matrimônio e patrimônio, mediada pelo casamento no sistema capitalista. Portanto, indagando sobre a relação dos sujeitos com o casamento, apoiamo-nos nos ensinamentos da teoria psicológica sócio-histórica e nos fundamentos do materialismo histórico e dialético. Foram essas as bases que nos possibilitaram responder: por que se nomeia casamento o matrimônio, enquanto os bens e heranças envolvidos na sua celebração e manutenção são designados de patrimônio?

Sabendo que linguagem e pensamento não podem ser dissociados e constituem a consciência dos sujeitos, a diferenciação matrimônio e patrimônio incitou-nos a discutir as consequências para a subjetividade de quem interioriza a cultura do matrimônio, já que os significados são produções coletivas e implicam-se nas relações sociais. (LEÃO, 2007).

Esta pesquisa diferencia significado e sentido a partir da obra de Vigotski, de forma que o significado é social e, tendo sua origem na cultura, está relacionado ao reconhecimento social que a coletividade tem sobre algo, e o sentido é pessoal e está relacionado à consciência que depende da atividade. (VIGOTSKI, 2000a). Compreendemos que a palavra possui papel central no desenvolvimento da consciência e que a linguagem, ao mesmo tempo que traz o sentido pessoal dado a certo signo, é também um produto do significado social, que passou pelas transformações históricas na cultura (GONÇALVES, 2007). Tais conceitos nos levaram a indagar: por que os significados atribuídos ao matrimônio vêm de uma palavra ligada à mulher enquanto o patrimônio é uma palavra de origem masculina e tem como significado bens e herança? Além disso, indagamos quais sentidos são constituídos para essa relação pelas mulheres que se casam?

Dessa forma, a nossa investigação pretende conhecer como os processos das consciências femininas representam e atribuem sentidos pessoais à vinculação do matrimônio com o patrimônio. Em suma, interessa-nos entender como é interiorizada por elas a relação do patrimônio com a instituição do casamento, sob as mediações da cultura.

Buscamos, portanto, realizar a construção de um contexto para a nossa pesquisa sobre esse tema na área da ciência psicológica. Para tanto, usamos no levantamento bibliográfico, inicialmente, a base de dados do Google Acadêmico e especificamos o período dos últimos 10 anos, ou seja, de 2011 até 2021¹.

Utilizamos os descritores: casamento, matrimônio e patrimônio, sem restrição quanto à área de conhecimento. Constatamos que, de 59 artigos, 45 são da área do Direito, especialmente do Direito Civil, que versa sobre regime de separação de bens de maneira geral e especificamente em casamentos homoafetivos; seis artigos são sobre a história do matrimônio e patrimônio e tratam das mudanças sociais em relação aos bens nos casamentos, ao longo da história ocidental; dois artigos são da área da Economia e têm como tema a análise econômica do casamento; e apenas um artigo é da psicologia, tratando de amor, casamento e sexualidade e trazendo no seu escopo o patrimônio ao apresentar o processo histórico de mudanças e transformações do casamento.

Consideramos, então, que o desenvolvimento da temática nessas áreas poderia ser tomado como um dos indicadores importantes que justificam a metodologia com a qual desenvolvemos esta pesquisa. Ademais, o levantamento realizado indica alguns mediadores que já se mostram determinantes para construção da instituição casamento.

Na sequência, passamos a investigar o que os pesquisadores da psicologia estão estudando sobre casamento. Para tanto, utilizamos os descritores: casamento, matrimônio e psicologia, no período de 10 anos, e tivemos 9880 resultados. Analisamos as primeiras 6 páginas do resultado apresentado pela base de dados, 38 artigos, para obtermos uma amostra temática sobre o casamento na perspectiva da área.

Foi possível verificar que, nos últimos 10 anos, os temas duração e ruptura do casamento foram objetos de interesse na psicologia, pois, entre os 38 artigos, oito tratam da longevidade da relação e quatro da separação, focando tanto nos motivos e fatores para longevidade do casamento como nas suas transformações; há, também, pesquisas sobre o divórcio na psicologia jurídica e, além disso, encontramos artigos que tratam das consequências emocionais da dissolução do casamento para as pessoas envolvidas, que tanto tratam do casal como dos filhos.

Outro tema de interesse da psicologia foi a motivação para o casamento, pois aparece em cinco artigos, dos quais três investigaram a influência da religião na decisão pelo casamento. São, em resumo, artigos que tratam das questões morais e religiosas que envolvem essa escolha.

¹ Os resultados da busca, com os nomes dos artigos encontrados que discutiam essa associação e que, inicialmente, mostra-se vinculada aos gêneros, disponibilizamos no Anexo III.

Entre os 38, seis artigos buscaram investigar as questões psíquicas e emocionais que envolvem a temática do casamento. São pesquisas que buscaram compreender a expectativa feminina e as condições da mulher no casamento, pelas suas representações sociais.

Em nova busca, restrita às pesquisas mais recentes – de 2017 até 2021 –, nas áreas da psicologia e com o tema casamento, obtivemos aproximadamente 15 mil resultados. Os objetos mais recorrentes que se apresentaram foram relacionados à Teoria das Representações Sociais do casamento, violência contra a mulher, duração, infidelidade e ciclos, casamento intercultural, homoafetivo, infantil e das pessoas com deficiência.

Entre as pesquisas encontradas, destacamos a contribuição do artigo denominado: Patrimônio e matrimônio: proposta para uma nova historiografia da cultura ocidental, de autoria de Ria Lemaire e publicado em 2018, em *Educar em Revista*. A autora faz um estudo historiográfico com o objetivo de fazer uma revisão sobre as contribuições da mulher para a construção do patrimônio cultural e da história do casamento na Europa. Entre outras considerações, ela afirma que, na Idade Média:

Havia ainda, de um lado, um patrimônio no sentido de bens materiais e culturais da linhagem masculina, transmitidos de pai para filho; e, de outro lado, um matrimônio no sentido originário do termo: conjunto dos bens materiais e culturais pertencentes à linhagem feminina. Na língua francesa, ainda no século XV, a palavra matrimônio mantém seu sentido original de bens maternos ao lado do significado mais recente, o de casamento, que se propaga progressivamente no decorrer da segunda era medieval como acompanhante da instalação do casamento monogâmico (apud DUBY, 1981²) para se generalizar nos tempos modernos, fazendo esquecer aos povos o sentido original da palavra. (LEMAIRE, 2018, p. 26).

Lemaire (2018) afirma que antes do ano 325 d.C. as mulheres tinham um rico matrimônio com direitos e prerrogativas. Para a autora, a aliança entre o poder público e religioso deu aos homens o monopólio do patrimônio. Porém, seu objetivo é apontar para os discursos que silenciam as contribuições da mulher para o que ela chama de matrimônio, no sentido de retomada do termo.

Buscamos, então, alguns trabalhos recentes que apresentassem pesquisas sobre o tema casamento e encontramos o livro organizado por Féres-Carneiro (2005), *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Ele contém capítulos que abordam diversos temas sobre a família, entre os quais destacamos *A História e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família*, de Glaucia Diniz e Vera Coelho (2005). Para elas, a história das mulheres e a história da família não podem ser separadas. O estudo das autoras contribui para compreendermos os

² DUBY, G. *Le chevalier, la femme et le prêtre*. Paris: Hachette, 1981.

entrelaçamentos do casamento e da organização familiar aos processos econômicos. Diniz e Coelho (2005) realizaram uma pesquisa com mulheres e, embora reconheçam que a formação da família contemporânea tenha sua base na família colonial e que o modelo patriarcal seja a base que vai estruturar as famílias, isso não significa que a mulher estaria à margem, ao contrário, muitas mulheres tiveram de administrar o patrimônio na ausência dos homens, ainda que sob autoridade destes. Conforme as autoras, as mulheres pobres, especificamente, tinham no trabalho com o comércio a fonte de sustento das suas famílias, mas a autonomia guardava uma relação com quanto mais tipicamente feminino fosse o trabalho, tais como cozinheira, lavadeira, costureira, entre outros. Diniz e Coelho (2005) mostram que, embora os arranjos familiares brasileiros sejam diversificados desde a colonização, nas famílias contemporâneas, a mulher participa do desenvolvimento econômico da sociedade, ainda que, muitas vezes, em ocupações com menor retribuição salarial.

Outro trabalho contemporâneo importante para esta pesquisa é: Abaixo a família monogâmica, de Sérgio Lessa (2012a), pois trata-se de um estudo cuja elaboração foi orientada pelo materialismo histórico e dialético, a partir do que foi analisado a família, o casamento e a propriedade privada. Lessa (2012a) faz uma discussão sobre como a nossa história é a das transformações sociais. Assim, o casamento, por ser uma produção sociocultural, vem mudando de acordo com as determinações econômicas desde a sua origem monogâmica, o que exige que a sua compreensão na história humana supere a abordagem com enfoque em aspectos biológicos e analise-o sob o modo como a sociedade se desenvolve. O autor destaca, ainda, que o casamento e o amor, para além de ser uma ação individual, é uma construção coletiva e carrega as contradições entre as possibilidades afetivas e a propriedade privada, o que vai desencadear a crise da família monogâmica.

Para aprofundarmos a compreensão da relação entre o amor e o casamento, uma vez que a literatura frisa que esta é a emoção que gera necessidade do casamento, em março de 2021, realizamos outra pesquisa no Google Acadêmico. Na ocasião, foram utilizados os marcadores: amor, casamento e psicologia, e obtivemos 85.200 resultados. Entre eles, destacamos o trabalho da pesquisadora Maria de Fátima Araújo (2002): Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. Segundo a pesquisadora, que traça um processo histórico desse entrelaçamento, o amor sexual como fundamento do casamento surgiu na modernidade e tornou-se a mudança revolucionária para o matrimônio. No entanto, criou-se um conjunto de idealizações, inclusive a de que o casamento seria um lugar de felicidade pela realização do amor, embora não deixe de ser moldado pelas determinações econômicas e sociais. A autora explica que, até a Idade Média, o casamento era um negócio de família ou um arranjo para

divisão sexual de trabalho, cujo principal fundamento era formar alianças que prescindiam de amor. A Igreja passa a ter uma forte influência sobre o matrimônio a partir do século V, quando o torna um de seus dogmas e o estabelece como o único espaço legítimo para a sexualidade. No século XII, a instituição o sacraliza e delimita que a sua função é a procriação. E, para ela, foi após a Revolução Burguesa que o amor se tornou o preceito que fundamenta o casamento. (ARAÚJO, 2002). Ou seja, o amor não é uma condição natural que dá razão ao casamento; e condicionar este ao primeiro é social.

Observamos que pesquisas que relacionam amor e casamento parecem despertar maior interesse, pois localizamos mais de 85 mil resultados, enquanto as que se dedicaram à relação com o patrimônio foram apenas 437. Esse dado nos é significativo, na medida em que, ao tentarmos nos aprofundar nos processos determinantes do casamento, o amor, aparentemente, é uma das necessidades que motiva a ação de casar e captura a curiosidade da relação entre amor e casamento, ainda que na ordem da idealização deste. Já o patrimônio parece permanecer como fundamento, embora de forma obtusa.

Exemplo disso é que outra publicação que surgiu nessa última pesquisa foi o artigo de Garcia e Tassara (2003), com o título: Problemas no casamento: uma análise qualitativa. As autoras fizeram um trabalho de análise do discurso de 20 mulheres casadas há mais de 15 anos, o qual apontou as questões financeiras como um dos problemas da conjugalidade de longa duração. Entre outras questões, o homem não estaria cumprindo seu papel de provedor na economia familiar, em casamentos de longo período.

Não encontramos artigos que investigassem se a questão patrimonial seria uma condição relevante para que as pessoas se casassem ou se mantivessem casadas. Apenas assim poderíamos avaliar por meio do levantamento bibliográfico se a questão patrimonial seria uma necessidade que dá motivo para o casamento e para a manutenção dele. No entanto, encontramos um artigo de Alves-Silva, Scorsolini-Comin e Santos (2016), que aponta a emancipação da mulher e a sua busca por amor e companheirismo no casamento como uma possível causa para a pouca duração dos casamentos modernos.

Portanto, considerando os resultados das pesquisas sobre o contexto do desenvolvimento dos conhecimentos sobre a nossa temática, acima registrados, entendemos que desenvolvermos a nossa investigação – sustentada pela teoria psicológica sócio-histórica, para a análise dos significados e sentidos da relação entre matrimônio e patrimônio mediados pelo casamento no sistema capitalista, presentes na consciência de mulheres – é uma contribuição importante para a compreensão das relações existentes entre o casamento e a estrutura econômica. Isso porque essa teoria psicológica é construída sobre a base filosófica e

metodológica do materialismo histórico e dialético, que é o nosso fundamento epistêmico e foi pouco considerada nos demais trabalhos localizados.

Com estes fundamentos teórico-metodológico, consideramos que as determinações históricas e sociais não são uma fatalidade, embora nos levem, a priori, a vincularmos os aspectos psicossociais às determinações inevitáveis do capital. Isso porque, conforme sustentou Marx, desde a sua afirmação em 1852, na obra *Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.” (MARX, 2011a, p. 25). Dessa forma, ofereceu-nos uma gênese segura dos fenômenos para a elaboração da nossa hipótese, e esses mesmos princípios nos orientaram sobre o método que escolhemos para desenvolvermos esta pesquisa.

Portanto, trouxemos o movimento histórico que tornou o casamento monogâmico, desde a sua origem, o único recurso para a formação da família, suas características fundantes na transição do feudalismo para o capitalismo, inclusive na formação da família brasileira desde o Período Colonial. Isso foi pesquisado para que pudéssemos reconhecer os determinantes que constituíram tal fenômeno na cultura ocidental europeia moderna e, posteriormente, no Brasil, em decorrência da sua colonização pelos portugueses. Ademais, por meio desse levantamento, pudemos perceber como o casamento vem integrando as consciências ao ser internalizado pelos sujeitos como verdade universal.

A partir dessa investigação, pudemos entender os entrelaçamentos entre os aspectos econômicos e matrimoniais, o que exigiu a negação do determinismo econômico vulgar e o acatamento das explicações sobre a necessidade da participação da conjuntura superestrutural para tornar o imperativo econômico uma determinação inevitável. Isso foi orientado pelas explicações oferecidas por Engels, em sua carta de 21 de setembro de 1890 à Bloch, na qual ele esclarece que

[...] a situação econômica é a base, mas os vários acontecimentos da superestrutura [...] também exercem a sua influência sobre o curso dos acontecimentos [...] e em muitos casos têm preponderância na determinação da sua forma. Há uma interação na qual, em meio a uma série interminável de acidentes, o movimento econômico finalmente se firma como necessário. (ENGELS, 1890 apud BOTTOMORE, 1988, p. 165).

Ao ampliarmos a nossa investigação, entendemos os aspectos superestruturais que historicamente vêm atuando a fim de que as formas infraestruturais se mantenham determinantes para que o casamento tenha tornado a mulher um meio de ampliação para o

capital individual ou coletivo da mais valia³, ou seja, a distância entre o valor do trabalho e o valor daquilo que se produz tem também relação com a construção cultural do casamento. Isso porque consideramos o seguinte alerta de Marx: “os acontecimentos do futuro ocorrerão por causa dos, ou pelo menos em virtude dos, e não a despeito dos atos dos homens e mulheres.” (BOTTOMORE, 1988, p. 166).

Por ser assim, foi importante conhecermos o movimento histórico de como se deu a construção cultural que fez com que a instituição casamento fosse entrelaçada à instituição patrimonial. Destacamos que esta constituição contou com a mediação de outras instituições sociais, especialmente do Estado, da família e da Igreja. Estas e as demais instituições sociais são mediadoras das relações entre os sujeitos e as sociedades. Como tal, transformam e fazem a manutenção e transmissão da cultura, que, internalizada pelos sujeitos, os constitui e reorganiza os elementos simbólicos da atividade humana. A cultura contém as ideologias da sociedade, especialmente as que expressam o pensamento da classe hegemônica, a qual penetra na família e, então, a faz o primeiro espaço de educação para reprodução da cultura. Assim, as condições sociais, que ditam as relações no interior da sociedade, conformam as qualidades psicológicas. (FARIA, 2007).

Foi o que verificamos nas pesquisas que contemplaram o contexto histórico do entrelaçamento entre as instituições casamento e meios de produção. Mas, diferentemente, propusemo-nos a constatar como a sociedade, ora como tese, ora como antítese, promove a necessidade de casar-se, que motiva os processos psicológicos a partir dos quais verificaremos os significados e sentidos da relação entre matrimônio e patrimônio.

Todavia, como já registrado, para tanto, tomamos como fundamento a teoria psicológica sócio-histórica, que, segundo Leão (1999),

[...] surgiu a partir da década de 1920, dos trabalhos de Vigotsky, Luria e Leontiev. Resultaram do cotejamento de seus dados com as principais teorias explicativas dos processos psicológicos daquela época, e, contrapondo-se aos enfoques atomistas, mostraram que a conexão das operações intelectuais nas várias atividades da consciência é o ponto central no estudo de qualquer sistema. É que a consciência, desde o começo, é algo integral, que determina o destino do sistema, assim como o organismo das funções. Portanto, deve-se tomar a mudança da consciência em seu

³ O capitalista adianta dinheiro para a compra de força de trabalho e meios de produção; depois de terem os trabalhadores produzido uma nova mercadoria com a ajuda dos meios de produção, o capitalista normalmente vende a mercadoria produzida por mais dinheiro do que o investido. [...] a fonte da mais-valia na produção no sistema capitalista é o trabalho não renumerado dos trabalhadores. [...] Em média, um trabalhador produz em um dia (ou em uma hora, ou em qualquer unidade de tempo de trabalho) um certo VALOR em dinheiro, mas o salário que recebe é o equivalente apenas a uma fração desse valor. Assim, o operário recebe o equivalente a apenas uma parte do dia de trabalho, e o valor produzido na outra parte, não remunerada, é a mais-valia. (BOTTOMORE, 1988, p. 364-365).

conjunto, como explicação de qualquer mudança interfuncional, durante as várias etapas do processo de desenvolvimento. (LEÃO, 1999, p. 17).

Essa teoria psicológica nos oferece explicações sobre a consciência e o psiquismo

[...] possibilitadas pelo enfoque dialético do problema das funções psicológicas, que desvelou a irredutibilidade dos aspectos fisiológicos em psíquicos e vice-versa, bem como as influências sociais nas suas gêneses e desenvolvimento. Permitiu, também, analisar os processos de desenvolvimento como contínuos e, simultaneamente, acompanhados de saltos e do aparecimento de novas qualidades. [...] Assim, reafirmaram que o comportamento do homem surge de uma série de condições e elementos que são criados sócio culturalmente para permitir o domínio dos processos psíquicos. Por analogia com a técnica, estes elementos receberam, na teoria de Vigotsky, a denominação convencional de ferramentas ou instrumentos psicológicos, [...]. (LEÃO, 1999, p. 17).

Assim sendo, ao buscarmos compreender os significados construídos socialmente e os sentidos decorrentes das atividades individuais sobre o matrimônio, somos levadas a procurar os movimentos históricos que promoveram a passagem do fenômeno matrimonial do plano natural para o cultural e quais são as transformações nos modos de produção e reprodução da vida na organização social que promoveram tais mudanças.

Como demonstra Sirgado (2000), no seu texto: O social e o cultural na obra de Vigotski, foi este quem inseriu na psicologia a explicação fundamental sobre como o psiquismo humano é constituído a partir da vida em sociedade. Segundo Sirgado (2000), a atividade simbólica surge da capacidade humana de transformar a matéria em elemento para a criação e transformar a sua atividade em instrumento da cultura; portanto, essa atividade é social e não natural.

Porém, seja para conhecer os determinantes sociais para as transformações da própria sociedade, seja para as mudanças das funções e processos psíquicos dos homens, é necessário que nos dediquemos a entender como a materialidade se torna funções, processos e sistemas emocionais e do pensamento no psiquismo. A questão implicada é que tais movimentos não se mostram aos órgãos sensoriais, por serem sínteses de processos históricos decorrentes da relação dialética entre estes fenômenos de qualidades diferentes, cujas transformações criam um terceiro fenômeno.

Sendo assim, sabemos que conhecer os determinantes de dado fenômeno exige a busca pelos mediadores que os relacionam e sustentam seus processos de sínteses, pois, como qualquer mediador, têm que apresentar aspectos constituintes comuns aos dois fenômenos a serem relacionados. Portanto, neste problema que nos interessa, o mediador só pode ser cultural. Isso porque a cultura é resultado das relações sociais e das dinâmicas que caracterizam uma

sociedade, sendo, então, a totalidade da produção humana: arte, ciência, comportamentos e instituições. (SIRGADO, 2000).

Assim, o conceito de cultura está na essência da concepção de consciência como existência consciente, ou seja, a consciência diretamente ligada às coisas existentes e condição para possíveis transformações do estado das coisas. Devido a estas características, a cultura é o mediador que possibilita a interiorização dos fenômenos sociais. É por isso que Sirgado (2000) destaca a importância dos conceitos de social e cultural no pensamento de Vygotsky, para quem a sociedade é anterior à cultura, mas é modificada por ela, pois é da relação entre os sujeitos que a cultura surge e é transformada.

Segundo a compreensão de Sirgado (2000) no que tange à psicologia vigotskiana, o homem se apropria da cultura desde o nascimento e ao longo de toda a vida, porém, ele a interioriza conforme as exigências sócio-históricas que medeiam as suas atividades e o orientam quanto à adequação. É por isso que o indivíduo da espécie *Homo sapiens* supera as funções psicológicas primárias e constitui as suas funções, processos e sistemas psicológicos superiores, que o tornam um ser humano. Esse é o movimento do desenvolvimento humano, pelo qual o homem modifica a natureza em que vive, que é a sociedade, e nas suas atividades se modificam. Ao transformar seu meio e a si, cria um desequilíbrio que o leva a realizar novas ações e, assim, estar em constante movimento de transformação. (SIRGADO, 2000).

Como o meio no qual os homens vivem é a sociedade, as suas transformações são atividades necessárias e constantes, porém, nem sempre consensuais. Uma das possibilidades de conservação das características da sociedade é dada pela criação e manutenção das instituições, que sustentam as estruturas sociais; uma vez que são estabelecidas pelas leis fundamentais de um país. Entre elas, destaca-se especialmente as que resultam no direito público e que têm vigência em certo Estado ou para certo povo, conforme as leis fundamentais de uma sociedade política.

Como a conservação das características da sociedade é dada pela manutenção das instituições, questionar histórica e psicologicamente as consciências individuais significa considerar que estas podem estar baseadas em visões de mundo defasadas e já desprovidas da propriedade orientadora de decisões adequadas na realidade atual, implicando em comportamentos fossilizados. Porém, responder a essa questão só é possível se nos fundamentarmos no reconhecimento que a linguagem e o pensamento se constituem por signos com sentidos e significados que se desenvolvem pelo Pensamento Verbal, uma Função Psicológica Superior que compõe as consciências dos sujeitos e permite a sua evolução pelo domínio dos conceitos representativos da realidade. (LEÃO, 2007).

Pautadas nessas características da consciência, podemos construir a hipótese de que a diferenciação entre matrimônio e patrimônio não se torna conteúdo das consciências individuais em consequência da interiorização da cultura do matrimônio, que caracteriza a subjetividade de várias mulheres, sem que estas se apropriem dos seus significados.

Para analisarmos esses fenômenos, foi necessário considerarmos como se constroem os conhecimentos individuais e científicos. Isso porque as formas de compreender o mundo e a humanidade são diversas e se transformam pelas mudanças promovidas nos modos de produção da vida nos diferentes períodos históricos em cada sociedade e estas determinam novos processos de pensamento. Os meios de produção da vida complexificaram o mundo, promovendo a passagem da vida rural à urbana, do trabalho servil ao trabalho assalariado e criaram fenômenos não apreensíveis pela sensorialidade. Para conhecer a realidade multideterminada, tornou-se necessário um tipo específico de pensamento: a reflexão metódica. Esta, como indica Prado Júnior (2001), constrói um conhecimento capaz de representar a realidade objetiva, retirando dela suas características, aquilo que ela é. (PRADO JÚNIOR, 2001).

Também Tonet (2013) enfatiza que o modo como o conhecimento é expresso decorre da sua relatividade histórica. Ademais, reafirma que uma forma de pensar é sempre própria de um lugar, de um momento histórico e alterna-se na relação entre objetividade, que tem a centralidade no objeto e no mundo, e a subjetividade, com a centralidade na razão. O autor destaca, como uma forma de exemplificação sobre como o conhecimento é histórico e cumulativo, o fato de no período Greco-medieval o conhecimento ser mais centrado na objetividade, ou seja, no ser humano e na natureza. Já no período Moderno, os pensadores mudam a centralidade para a subjetividade, ou seja, mudam do objeto para o sujeito. (PRADO JÚNIOR, 2001; TONET, 2013).

Assim, segundo Schaff (1995), na contemporaneidade, as explicações sobre os processos de conhecimento decorrem desta tríade: o sujeito que conhece, o objeto a ser conhecido e o conhecimento, o que pode ser sintetizado em três modelos epistemológicos. No primeiro, o mecanicista, o modo de conhecimento é centrado no objeto que atua sobre o sujeito, quem, por sua vez, registra a percepção, sendo assim, um sujeito passivo e contemplativo do objeto. Nesse modelo, a verdade é tomada como reflexo do objeto. No segundo modelo, denominado de idealista, a centralidade de como se conhece um fenômeno está no sujeito. O conhecimento se dá no processo da interpretação que o sujeito faz do objeto. No terceiro modelo, “tanto sujeito como objeto mantém sua existência objetiva e real, ao mesmo tempo que atuam um sobre o outro. Esta interação produz-se no enquadramento da prática social do sujeito

que apreende o objeto na – e pela – sua atividade.” (SCHAFF, 1995, p. 75). Esse modelo considera, portanto, que o sujeito que conhece é submetido às determinações sociais e que o conhecimento se dá no processo em que tanto sujeito como objeto têm existência real e objetiva. Portanto, cada modelo indica de forma diferente como se dão as relações entre os elementos da tríade que determinam o conhecimento da verdade.

Sendo assim, o conhecimento construído em cada época dá origem a uma ciência que também é constituída no mesmo processo histórico, demonstrando que ambos estão vinculados às condições sociais de cada período. Na Grécia antiga, período desde o qual se tem registros, os seres humanos tentam compreender e explicar o mundo. E, a partir de então, se pode reconhecer que as condições históricas, econômicas, culturais e sociais são a base para tal compreensão. Ou seja, a ciência constrói e sistematiza seu corpo de conhecimentos condicionada pelos meios existentes para adquiri-los e explicá-los em cada período sócio-histórico. (SCHAFF, 1995).

Dado os objetivos desta pesquisa, aprofundaremos as nossas discussões sobre as Teorias do Conhecimento e suas proposições epistêmico-metodológicas a partir do final do período Medieval, uma vez que o feudalismo europeu do século V a XV já se caracterizava pelas influências e processos históricos diversos. (SCHAFF, 1995).

A economia feudal era de base agrária latifundiária, antes escravista e depois servil. Com poder fragmentado e a sociedade dividida por estamento, o desenvolvimento científico visava, de alguma forma, atender às necessidades nesse modo de existência, com conhecimentos sobre: a matemática, a medicina e a geografia. A Igreja tinha um papel primordial subordinando a vida intelectual aos seus preceitos. O conhecimento, então, deixa de ter a racionalidade como pressuposto. Prova disso é que Santo Agostinho, um de seus maiores intelectuais, propunha que era necessário crer para ter conhecimento e conhecer para crer; assim, a fé se tornava base para conhecimento e se estabeleceria por ela. Para Tomás de Aquino, a razão é instrumento para provar a fé. (ANDERY *et al.*, 1996).

Entretanto, com a decadência deste sistema social, o desenvolvimento do comércio possibilitou a existência dos burgos, que se tornariam as cidades, a partir das quais, nos séculos de XV a XVII, a Europa faria a sua transição para um novo sistema de produção e organização social: o capitalismo. Esse novo sistema não ocorre sem conflito e nem ocorre de forma abrupta, ao contrário, a transição do feudalismo para o capitalismo surge dos conflitos que levam à Revolução Burguesa e que fazem com que o sistema em questão leve séculos para se estabelecer, passando por algumas fases. O novo sistema foi possível com a formação de Estados nacionais unificados e de poder centralizado, com a ampliação do trabalho livre e as

transformações nas relações pela produção de mercadoria e exploração do trabalho assalariado. O capitalismo foi se desenvolvendo como um sistema econômico que alterou as relações sociais e o desenvolvimento científico, dando origem à ciência moderna. (ANDERY *et al.*, 1996).

As transformações impostas pelas Revoluções Industriais na Inglaterra, em 1760, e na Alemanha, em 1781, instituíram as transformações políticas anunciadas pela Revolução Francesa, de 1789, marcando a superação do Feudalismo e a passagem ao Capitalismo. O desenvolvimento dos meios de produção transformou-se do sistema artesanal doméstico para a manufatura coletiva e desta para a indústria, além de trazer diversos conflitos entre a burguesia emergente e a nobreza e com os trabalhadores nessa sociedade de classes.

O pensamento desse momento começa a refletir as ideias da burguesia, que se tornaria classe hegemônica: com liberdade para o comércio e concorrência, bem como para o desenvolvimento da ciência que possibilita o desenvolvimento do capitalismo, a quem a ciência deveria atender. (ANDERY *et al.*, 1996). Assim, a ciência se tornou o instrumento para revolucionar os meios de produção e acumulação. (TONET, 2013).

Iniciou-se o período do Iluminismo, que objetivava o uso da razão crítica e da ciência como meios para a compreensão e explicação do Universo, combatendo o dogmatismo religioso e o autoritarismo do poder absoluto da monarquia. Os seus melhores pensadores analisaram a sua realidade e ofereceram previsões para o futuro, o que exigiu a construção de um método que possibilitasse o pensamento analítico: a dialética.

Segundo Konder (2008), o pensamento moderno sobre a dialética tem sua base em Heráclito de Éfeso (500 a.C.-450 a.C.), para quem tudo está em constante mudança, e para explicar isso, ele afirmou que um homem não se banha no mesmo rio duas vezes, pois, na segunda vez, não é mais o mesmo homem e nem o mesmo rio. Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) argumentou que essas transformações acontecem a partir de várias mudanças quantitativas até que ocorra uma transformação qualitativa.

Dentre os Iluministas, Kant (1724-1804) é considerado o maior filósofo da Idade Moderna, um período específico da História do Ocidente, iniciado no final da Idade Média, em 1453 d.C. no século XV, que durou até a Idade das Revoluções no século XVIII, incluindo, assim, o Renascimento e a Era dos Descobrimentos, terminando com a Revolução Francesa, no dia 14 de julho de 1789. Considera-se que a sua maior contribuição para a ciência moderna foi a ênfase no modo como se conhece o objeto e não no objeto em si. (KONDER, 2008).

Propôs que se deve produzir um conhecimento puramente racional, que seja universal e necessário e isso não seria possível só pela experiência, visto que as coisas não se apresentam como são, mas como são para o sujeito. Por isso, algo só é conhecido a partir de quem conhece,

não sendo possível compreender a essência. A produção de conhecimento não se daria na relação entre sujeito e objeto, mas somente pela razão crítica do sujeito e em dois momentos: (a) quando os dados empíricos se apresentam de forma caótica ao sujeito e (b) quando o sujeito os organiza e torna o conhecimento universal. (TONET, 2013). Assim, nem só os sentidos e nem só a experiência constitui o conhecimento, pois ainda que este se inicie na experiência, não se limita a ela, porque o conhecimento de uma causa decorre de uma capacidade de conceituar que é dada aos sujeitos *a priori*. Ou seja, de forma sucinta, o conhecimento prescinde da experiência. (ANDERY *et al.*, 1996).

Para a realização desse processo de conhecimento, Kant criou a Dialética Transcendental, baseada na tese de que há ilusões cuja origem é a própria razão, levando à necessidade de criticar os erros oriundos dessas ilusões e de demonstrar sua origem na razão. Portanto, não há apenas a necessidade de destruir a ilusão metafísica, mas também a de reconstruir sua gênese racional transcendente. (ANDERY *et al.*, 1996).

Hegel (1770-1831) é outro importante filósofo da Modernidade. Ele participou do movimento filosófico conhecido como Idealismo alemão, que se compreendia como manifestação da razão, da ciência ou do saber do todo que refletia sobre a liberdade, o direito e o progresso. Os idealistas alemães foram intelectuais engajados na passagem para um novo tempo – quando a filosofia teve participação na queda do Antigo Regime devido ao ideário da Revolução Francesa –, e na instauração da moderna sociedade burguesa. Como um idealista, Hegel enfatizou o movimento da razão, pelo qual é a consciência que determina a vida e com ela ampliação da liberdade. Essa seria, portanto, uma forma do ser humano desenvolver as suas potencialidades e ser ativo nas transformações da sociedade. A razão é a superação da dicotomia entre a universalidade e a particularidade, o sujeito e o objeto, a experiência sensível e a especulação. A consciência reconhece-se em seu objeto e se distingue dele, sabendo-se nele e por ele, e precisa negá-lo enquanto absoluto em si, o que implica sua concomitante negação para chegar ao para si de si e ao próprio objeto. (ANDERY *et al.*, 1996).

Segundo Konder (1991), Hegel pretendia explicar que “as figuras correspondentes aos momentos mais significativos do movimento necessário da consciência, desde seu despertar inicial até a conquista de uma situação na qual esse movimento coincide com o movimento da essência da realidade.” (KONDER, 1991, p. 27). Na sua obra *Fenomenologia do Espírito*, Hegel indica três Figuras da Consciência que realizam e como realizam seus movimentos traçados pela dialética, o que culminará no Saber Absoluto, ou seja, o saber, de fato, é universal. Nessa obra, o autor compreende que o desenvolvimento da consciência, que se inicia na certeza sensível, passa pela percepção e chega ao entendimento. Essas são as etapas nas quais a seguinte

torna-se superior em relação às anteriores, em um movimento dialético que conduz ao alcance da consciência-de-si. (KONDER, 1991).

A primeira dessas figuras é a produzida pelo contato imediato com algo, a consciência da sua existência. No entanto, isso não permite conhecer a sua essência, e ficar nesse nível seria estar preso à experiência que se tem do objeto no nível da aparência⁴. É na segunda figura, oferecida pela percepção, que a consciência do objeto vai considerar a sua unidade, diversidade e qualidades. É somente na terceira figura, o discernimento, que Hegel indica haver um avanço da consciência, pois ocorre a análise e a decomposição do objeto, possibilitando, então, a elaboração de conceitos. No entanto, esse discernimento não possibilita um conhecimento totalmente novo, porque ainda está tomado de um conhecimento anterior sobre o objeto e, para resolver essa questão, Hegel propõe que o sujeito possua uma outra figura: a consciência de si. Com essa autoconsciência, o sujeito pode pensar concretamente, pelo movimento da razão, que seria a quinta figura. (KONDER, 1991).

Desse modo, percorre-se o caminho de formação do indivíduo, desde o seu início até a ciência, sendo esse caminho parte essencial para a compreensão da consciência-de-si e da formação do Saber Absoluto. Para isso, o sujeito precisaria usar a abstração para conhecer o percurso da consciência individual à universal. (KONDER, 1991).

Ainda segundo Konder (1991), diferentemente de Kant, Hegel marca a diferença entre razão e discernimento, indicando que o discernimento seria uma forma passiva do sujeito, pois estaria no plano da contemplação, enquanto a razão pode atuar para transformação intervindo no real. É que a razão é histórica e apreende o movimento do mundo pelo pensamento dialético, que aponta as suas contradições. Estas são princípios que estão na realidade objetiva, logo não podem ser dissociadas da consciência do sujeito. (ANDERY *et al.*, 1996; KONDER, 1991, 2008).

A dialética de Hegel é a da oposição entre a tese, o lado abstrato ou do entendimento, do qual se abstrai conceitos e determinações fixas, e a antítese, que faz a dialética negativamente racional, em oposição à tese. Para a síntese, negar, conservar e elevar não é apenas o conhecimento, mas o todo, num contínuo. Os seres são potencialidade e, para alcançar o que se

⁴ “Por não ser tarefa fácil discorrer sobre as categorias dialéticas em Marx – essência e aparência, faz-se necessário conhecer seus significados para uma melhor compreensão das reflexões. No dicionário de Filosofia (1997, p. 358), o termo essência é traduzido por aquilo que responde à pergunta: o quê? O que constitui a natureza de um ser, de uma coisa. É a revelação daquilo que não se dá a conhecer de imediato. O termo aparência (1997, p. 68) tem dois 67 significados diametralmente opostos. O primeiro é ocultação da realidade, que parece real, vela ou obscurece a realidade das coisas, de tal modo que essa só pode ser reconhecida quando se transpõe a aparência e se prescinde dela. Conhecer significa libertar das aparências, do engano, da ilusão; e o segundo é a manifestação ou revelação da realidade, de tal modo que esta se encontra na aparência a sua verdade, a sua revelação.” (LIMA, 2008, p. 2).

deve ser, é preciso superar um estado em direção ao outro, no contínuo devir. Assim, um estado deve deixar de ser para que outro novo apareça, o que Hegel chamou de salto. No entanto, esse novo, que é a transformação, ainda preservaria algo do antigo estado, a superação dialética. Diferentemente da dialética racional de Aristóteles ou a dialética lógica da aparência baseada em princípios subjetivos, de Kant, para Hegel, a lei determina a ideia absoluta e a dialética é o movimento do pensamento que sai de si (tese) para se reconhecer em si (antítese) e retorna a si para si (síntese). A síntese seria a elevação para um nível superior. (ANDERY *et al.*, 1996). Assim, para Hegel,

[...] o conceito de superação dialética [...] significa, [...] ao mesmo tempo negar algo, aproveitar o conteúdo válido daquilo que está sendo negado e elevá-lo a um nível superior. Essa tríplice operação nos permite articular no desenvolvimento (no tornar-se) a continuidade e a ruptura, a inovação qualitativa radical e a persistência. (KONDER, 1991, p. 63).

Hegel tornou a dialética moderna um movimento apenas da ideia, ao criticar o inatismo, o empirismo e o kantismo por não terem compreendido o que há de mais fundamental e essencial na razão: o fato de ela ser histórica. Com base nessa afirmação, propôs que as contradições seriam os princípios básicos da realidade e da consciência dos homens, os quais, por serem ativos, interferem na realidade de acordo com as suas consciências, embora seja a realidade objetiva que se impõe.

Portanto, o pensamento de Hegel (2008) está sustentado no princípio de que a ideia se desenvolve pelas contradições dialéticas, e, nesse processo, ocorre as transições, mudanças de quantidade em qualidade. Portanto, a verdade é concreta, ou seja, conceituou o concreto como um universal, uma abstração que existe sob uma forma concreta, singular. Ou seja, ele mostrou que o universal pode existir no plano concreto, como uma síntese, uma unidade do universal e singular. Daí o processo de desenvolvimento da sociedade humana ser subordinado a leis e não a uma resolução que dependa da vontade ou voluntariedade das personalidades.

O processo de conhecimento que contempla estes princípios é a dialética, que ocorre em espiral. A espiral dialética se inicia com uma ideia base, conceituada como tese, a qual é contrariada por outra ideia, classificada de antítese, o que leva a uma conclusão definida como síntese. Cada síntese se torna uma nova tese e, por isso, a espiral do conhecimento não tem fim. Assim, o método dialético proposto por Hegel afirma a noção de movimento, como o processo ou progresso para chegar ao resultado do conflito de opostos. (KONDER, 1991).

Ainda que o seu método dialético afirme que o processo de desenvolvimento do conhecimento é infinito, por seu sistema ser idealista, Hegel foi induzido a apresentar sua

filosofia como sendo o fim de todo o desenvolvimento histórico e a verdade final, acabada e definitiva. Por isso, avalia-se que Hegel foi um ideólogo da burguesia alemã dos princípios do século XIX, motivo pelo qual tornou-se progressista em face dos problemas do seu tempo, mas incapaz frente às consequências da sociedade burguesa. (KONDER, 1991).

Entretanto, conforme Leão (2006), a partir das obras de Hegel, na segunda metade do século XIX, o Iluminismo começa a sofrer críticas daqueles que entendiam que, na prática, a razão estava sendo usada mais como ferramenta de repressão do que como um instrumento de libertação. Essa crítica ao Iluminismo é conhecida como a Crise da Razão, cujos principais representantes foram Marx, Nietzsche e Freud, chamados de Mestres da Suspeita, por terem sido os primeiros a desconfiarem da razão iluminista e a apontarem os limites e os defeitos da racionalidade humana. Marx apoiou a sua crítica no conhecimento sobre as influências dos aspectos ideológicos decorrentes da luta de classes, que dificultam a razão de se manifestar livremente. (LEÃO, 2006).

Karl Heinrich Mordechai Marx (1818-1883) nasceu em 1818 na Renânia, um dos reinos em que a Alemanha estava dividida, e tornou-se um dos pensadores mais influentes da contemporaneidade. (NETTO, 2020). A potência de suas ideias ao longo do tempo é um dos motivos para que ele seja considerado um dos maiores pensadores da humanidade. Porém, as suas ideias decorriam, também, das suas atividades políticas, pois, desde 1845, na Bélgica, começou a escrever teses sobre o socialismo e a manter contato com o movimento operário europeu. Funda, em 1863, a Sociedade dos Trabalhadores Alemães e, junto com Engels, adquire um semanário e se integra à Liga dos Justos, entidade secreta de operários alemães, com filiais por toda a Europa. E, no mesmo ano, junto com outros militantes de diferentes países, funda a Liga dos Comunistas. Em 1848, a pedido da Liga, Marx e Engels redigem a declaração de princípios conhecida como Manifesto Comunista. Em 1851, recebe uma proposta para ser correspondente em Londres do jornal americano New York Daily Tribune, o maior da época, onde permaneceu por dez anos. Em 1864, participa da criação da Associação Internacional dos Trabalhadores ou Primeira Internacional, como ficou mais conhecida. (NETTO, 2020).

Foi por suas análises críticas do sistema capitalista, pautadas na filosofia alemã, economia política e no socialismo francês que se tornou um dos pensadores mais importantes sobre o socialismo científico. Em seus estudos, ampliou, além do conceito de ideologia, os de luta de classes, mais-valia e o materialismo histórico, além de criar métodos, teses e conceitos para analisar o capitalismo, que ainda hoje mantêm significativa capacidade explicativa.

O contexto do século XIX, com a expansão do capitalismo e o avanço da ciência, possibilitou que Marx (2008) apreendesse que o mundo só pode ser compreendido como um

todo. Isto é, ele entendeu que as condições materiais de produção da vida são históricas e se sucedem, porque um modo de produção supera o existente e estabelece novas condições para a vida social. Explicou que, para se entender as condições sociais presentes, é necessário considerar os estágios de desenvolvimento anteriores e as sínteses que produziram até então. Sendo assim, Marx (2008) indica que a compreensão do movimento histórico das sociedades, baseada nas condições materiais, permitiu-lhe dizer que “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, o seu ser social que determina a sua consciência.” (MARX, 2008, p. 47).

Sendo assim, para Marx (2008), o materialismo explica a preponderância da matéria sobre o espírito, as ideias ou sobre a mente, por ser a base da natureza e do seu desenvolvimento, estando esta submissa aos seus efeitos. Ou seja, diferentemente do pensamento de Hegel, as análises marxianas demonstraram que a realidade não se inicia nas ideias, mas na matéria, que é o seu elemento fundante e cujos movimentos promovem todas as transformações.

A partir disso, o materialismo histórico e dialético vai se estabelecer como um método para a constatação que as coisas do presente são sínteses, produtos resultantes de produções anteriores em oposição às necessidades atuais. Por isso, as coisas só existem no movimento histórico, no qual as transformações são promovidas pelos modos de produção. Marx (2011b), então, em sua ampla obra desenvolvida com o método materialista histórico e dialético, mostra o modo de se chegar à verdade do fenômeno.

A explicação da realidade por este método de Marx exige que se considere as determinações do contexto histórico e das relações sociais promovidas pelas condições materiais da sociedade. Isso define como a reconstrução da história do objeto em análise constrói o seu conhecimento, por buscar desde a sua gênese os fatores que promoveram o seu desenvolvimento e a sua expressão com a aparência que o encontramos. Porém, destaca que o movimento histórico ocorre dentro das condições materiais da realidade e, assim, a abordagem histórica não deve ser tomada como determinista, mas como o processo que, ao analisar a materialidade do objeto, demonstra como as condições objetivas tornam-se causadoras da sua estrutura. (ANDERY *et al.*, 1996; PRADO JÚNIOR, 2001).

Os conflitos e as constantes transformações permitem conhecer o objeto sob a aparência em que se apresenta sensorialmente. Esta condição destaca a importância da teoria que, para Netto (2011), é “a reprodução ideal do movimento real do objeto” (NETTO, 2011, p. 21), pois ela deve retirar da realidade o seu movimento. Como o objeto de estudo de Marx foi a sociedade,

a aparência da qual ensinou partir é o contato imediato com ela, de onde o seu conhecimento se inicia.

Ou seja, com a apreensão da materialidade, a dinâmica do objeto pode ser interpretada pelo ser humano, permitindo a este conhecer a essência daquele, ou seja, aquilo que o objeto é sob a aparência. (PRADO JÚNIOR, 2001). O contato imediato oferece ao sujeito a aparência do fenômeno, mas é a descoberta do seu processo de constituição, suas relações e características, bem como seus traços que permitem alcançar a concretude do objeto, saindo da sua aparência e extraindo dele as suas determinações. (NETTO, 2011; PRADO JÚNIOR, 2001).

Além disso, para Marx, segundo Tonet (2013), o objeto não pode ser separado em partes, pois é a sua totalidade que possibilita o seu conhecimento. Para tanto, conforme Prado Júnior (2001), é preciso indagar sobre o objeto, investigando os elementos que o constituem e formam a sua totalidade. Mas, como destaca Tonet (2013), a totalidade se diferencia do todo, pois, enquanto o todo seria todas as partes da realidade, na totalidade, “a realidade social é o conjunto articulado de partes” (TONET, 2013, p. 96). Nesse conjunto, cada parte é também uma totalidade de maior ou menor complexidade, composta de contradições e mediações, formando assim uma relação dialética entre o todo e as partes. Dessa forma, a totalidade não é “como um conjunto de partes que se integram funcionalmente (um todo), mas sim um sistema dinâmico e contraditório de relações articuladas que se implicam e se explicam estruturalmente.” (NETTO, 2006, p. 30).

Como foi a sociedade o objeto cuja totalidade Marx estudou, ele pôde compreender que esta se manifesta no movimento social das formas econômicas, políticas e culturais, as quais, embora sejam partes constitutivas da sociedade, não podem ser analisadas separadamente, pois mesmo que a sociedade se expresse nelas, não se limita a elas particularmente. (NETTO, 2006). Como o movimento da realidade é histórico, a sua análise como totalidade não esgota a dinâmica que lhe é inerente. Por isso, “[a] visão de conjunto - ressalve-se - é sempre provisória e nunca pode pretender esgotar a realidade a que ele se refere. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela. Há sempre algo que escapa às nossas sínteses.” (KONDER, 2008, p. 40).

Ainda, de acordo com Konder (2008), quando se tem como objetivo entender uma totalidade, deve-se buscar as explicações partindo da análise das manifestações mais complexas do fenômeno para as mais simples. Feito isso, é possível aprendê-las pelo método de abstração, que pode desvelar o processo das transformações do objeto – da manifestação mais simples na origem até a sua aparência complexa que o concretiza e possibilita explicá-lo. Por esse

movimento constitutivo, o concreto é a síntese das várias determinações das condições materiais que constituem o objeto.

Porém, as determinações que incidem sobre um objeto são mediadas pelas condições sociais do período histórico. Assim, para se analisar as mediações, devemos considerar que elas se manifestam por meio da cultura, da arte, do Estado, da Igreja, da família, do sistema educacional e de outras instituições. Konder (2008) relembra que foi por isso que Marx alertou sobre o fato de a totalidade só poder ser entendida e explicada na fluidez dos conceitos. Se a natureza está em constante transformação, mantém também alguns aspectos ao longo da história.

Sendo assim, essa totalidade ocorre nas relações sociais, nas quais os fenômenos estruturam-se e integram-se. Por isso, o conhecimento do objeto depende, também, de se ter consciência do processo sócio-histórico cujas determinações estabelecem essas relações. Isso porque a essência do objeto, a qual permanece durante o processo de desenvolvimento, é encontrada na análise das determinações das relações, que, por sua vez, constituem o objeto. (PRADO JÚNIOR, 2001).

Conforme Netto (2011), essas explicações sobre o conhecimento e o processo para obtê-lo justificam-se porque a existência dos objetos materiais independe da consciência que se tem deles, mesmo porque, conforme princípio de Marx, a vida que determina a consciência. O conhecimento não deve, então, partir do pensamento, mas ser extraído do objeto, o que não significa que o sujeito seja passivo em relação ao objeto. Ao contrário, ele é quem apreende o processo dinâmico e extrai dele as categorias que o constituem no seu movimento histórico e o reproduz.

O modelo desenvolvido pelo materialismo histórico e dialético e aqui explanado se difere dos modelos mecanicista ou idealista. Portanto, dos três modelos de processos de conhecimento da verdade apresentados por Schaff (1995) e mencionados por nós anteriormente, este é o terceiro, no qual o objeto do conhecimento existe objetivamente, independentemente da consciência do sujeito que conhece. Porém, o sujeito, por ser social e concreto, também é ativo. (SCHAFF, 1995).

Sobre o sujeito que conhece neste processo, Tonet (2013) afirma que por ele ser um ser social, a sua relação com o objeto do conhecimento é regida pelo objeto, que é tal e qual o próprio sujeito. Por isso, o sujeito tem que se subordinar como um objeto, para que possa fazer uma crítica radical e alcançar um conhecimento que lhe permita ir a sua origem, reconhecer o movimento de desenvolvimento realizado e considerar as contradições que foram enfrentadas e que possibilitaram as transformações sociais vivenciadas.

Ou seja, para se compreender o estágio último do ser social, é necessário um tipo de conhecimento que permita fazer uma crítica radical da forma de sociabilidade existente. É essa crítica que permite ir à raiz mais profunda da sociabilidade, principalmente a capitalista, que é a mais desenvolvida e que dificulta apreendermos a conexão íntima entre a possibilidade e a necessidade de transformação, também radical, desta sociedade. (TONET, 2013).

Quem é, então, o ser? Schaff (1995) questiona se ele seria apenas um indivíduo exemplar da sua espécie biológica, ligado aos seus semelhantes de maneira puramente natural, biológica. Ele indica que

[...] a ciência contemporânea responde a esta pergunta com uma negativa: certamente, o indivíduo humano é um ser biológico enquanto exemplar da espécie *homo sapiens*: mas isto não chega para o caracterizar, pois, além das determinações biológicas, está sujeito às determinações sociais e é precisamente por esta razão um ser social. (SCHAFF, 1995, p. 80).

Sendo assim, a pesquisa não parte do sujeito, mas das exigências do objeto. É do objeto que o sujeito extrai as suas tendências, estruturas e dinâmicas e conhece as suas características e suas leis. (NETTO, 2011). Portanto, o objeto é o ser social, que seria inesgotável, pois está em constante transformação. Ou seja, é um fenômeno que não se exaure enquanto existir e fizer existir novos processos. Isso não significa que bastaria conhecer a gênese do fenômeno. Embora a origem seja parte importante, é no presente que se torna possível conhecer o desenvolvimento, pois este é o estágio mais complexo, do qual se pode partir para o mais simples. (NETTO, 2011).

Por isso, para Marx, segundo Netto (1994), o ser social é constituído de complexidades que estão muito além de ser só orgânico, natural e reprodutor. A sua constituição dá-se a partir das condições materiais as quais medeiam a sua relação com a sociedade, sem se limitar a essas. Mas, para compreender essa sociedade, é preciso compreender os modos como se reproduz e as condições de produção e reprodução da vida, além de como se cria e distribui a riqueza na sociedade. (NETTO, 1994). Diferentemente da compreensão de Aristóteles sobre este movimento, para Marx, como para Hegel, ser é estar em movimento. Mesmo as coisas que parecem imutáveis, estão numa dinâmica que contém as contradições que permeiam a realidade e levam às rupturas. (NETTO, 1994, 2006). Por isso, a história estudada é a história da sociedade, que independe da consciência que os sujeitos que a fazem têm dela. Essa história e a compreensão da totalidade do fenômeno só se concluem quando o próprio fenômeno deixa de existir.

Para Marx, como explica Tonet (2013), desvela-se a essência do ser social, complexo e resultante do processo histórico a partir do trabalho. O trabalho humano é a transformação da natureza, que faz o ser se transformar no enfrentamento com ela. A socialização para o humano ocorre na atividade coletiva para a modificação intencional da natureza, que é possível devida ao planejamento na imaginação e a sua comunicação através dos conceitos. Assim, a generalização exigida nos processos de trabalho permite ao sujeito humano ampliar a capacidade de conhecer e criar. (TONET, 2013).

Marx (2004), portanto, desenvolve o método analisando a sociedade e desvelando como os modos de produção são determinantes na constituição dela e como é o trabalho produtivo que exerce a centralidade na sua criação e transformação.

Destacou que a Revolução Industrial mudou a economia e as formas de produzir riqueza, porque, na medida em que inseriu as máquinas na produção, ampliou o acúmulo de excedentes e a pauperização do trabalhador. Nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, Marx (2004) demonstrou como o trabalhador, também, se tornou mercadoria, pois, ao oferecer a sua força de trabalho no mercado e ser contratado por um salário fixo, passou a produzir riqueza para o proprietário e escassez para si devido à extração da mais valia, o que ele explicou nos seguintes termos:

O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior é o número de bens que produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadoria; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (MARX, 2004, p.111).

Apesar de Marx (2004) ter iniciado as suas análises sobre o capitalismo com as categorias apresentadas por Adam Smith, para quem o progresso trazido pelas máquinas aumentaria a produção e produtividade no trabalho, ele concluiu que o mais importante, ao contrário do que entendeu Smith, é que esse modo de produção aumentou a exploração do trabalhador na medida em que o alienou dos meios de produção. Para ele, o trabalho deveria ser o mediador entre o ser humano e a natureza de forma a satisfazer as necessidades do primeiro, mas, com o capitalismo, o trabalhador foi afastado desse processo de produção e transformação da natureza, tornando-se um instrumento a mais nesse processo. (MARX, 2004).

Marx compreendeu que a exploração é a base que estrutura a sociedade. Por isso, a partir da sua obra, é possível compreender que o método marxista nega as explicações mistificadoras e traz à consciência os fundamentos dos processos sociais.

Por isso, Tonet (2013) postula que o conhecimento deve contribuir para a compreensão da reprodução da sociabilidade com uma teoria que articule a crítica e as transformações. A crítica é fundamental para que se tenha consciência dos processos. Como, por exemplo, o fato de a realidade social ser resultado das relações humanas dentro de um processo histórico e não produto de forças naturais ou sobrenaturais. Netto (1994) destaca, ainda, que a consciência tem o papel fundamental no salto ontológico do ser natural para o ser social. Para ele, embora o ser humano esteja na natureza e seja uma espécie de animal, muitos determinantes, não naturais ou frequentemente naturalizados, atuam nas suas transformações, devido ao caráter social das interações humanas. (TONET, 2013; NETTO, 1994). Para Schaff (1995), na medida em que o ser humano se acultura, os condicionantes sociais se sobrepõem aos naturais. Tratar como natural os fenômenos que são culturais, seria então uma forma de escamotear a verdade desse fenômeno. (NETTO, 1994; SCHAFF, 1995; TONET, 2013).

Como resumo do já visto, podemos afirmar que o materialismo histórico e dialético mostra como a realidade existe independentemente da consciência ou do conhecimento que se tenha dela. A história permite superar a aparência e alcançarmos a essência dos fenômenos, ao possibilitar a reconstrução das contradições e os saltos resultantes dos seus confrontos. E a dialética é o meio para se construir o conhecimento, por permitir localizar as velhas e realizar as novas sínteses, dando subsídio para a análise das estruturas que apoiaram o movimento de transformações históricas que o possibilitaram.

Entretanto, devemos, ainda, considerar que o estudo com método dialético deve ser desenvolvido a partir de algumas leis: a primeira é a passagem da quantidade à qualidade. Nesta, há a compreensão de que todo fenômeno passa por um processo de transformação com ritmos diferentes, que pode ser lento ou não, dependendo de que ocorram algumas mudanças quantitativas para que haja uma qualitativa. A segunda, Lei da Interpenetração dos Contrários, descreve que vários aspectos da realidade se entrelaçam e, dessa forma, um fenômeno não pode ser compreendido isoladamente, sem as conexões que o inserem em um lado ou outro da realidade, o que necessariamente aponta as contradições intrínsecas a ele. A terceira é a Lei da Negação da Negação, da qual resulta a síntese entre a tese e a antítese. Essa lei não é um ciclo repetitivo de negação, mas um movimento pelo qual o que prevalece é aquele que supera o outro. (KONDER, 2008).

Portanto, o método materialista histórico e dialético não tem o objetivo de estabelecer definições sobre o objeto, mas conhecer as determinações que o concretizam no modo de reprodução na sociedade, ou seja: o movimento real do objeto na história e suas contradições e implicações advindas da cultura. Isso ocorre investigando, analisando, criticando, apropriando-

se do objeto, conhecendo as suas determinações e suas mediações e empregando categorias a ele (NETTO, 2006), tal como se faz nesta pesquisa, que, por meio do método, reconhece que o casamento teve significados sociais e sentidos pessoais diferentes ao longo da história da acumulação do capital.

Por conseguinte, ainda que o interesse desta pesquisa sejam os sentidos e significados do casamento na sociedade capitalista, pudemos compreender que o casamento é um fenômeno que decorreu das condições históricas e cuja gênese data de antes do capitalismo. O modo como as transformações e contradições do casamento se apresentam, hoje, ideais e reais, mediadas pelas instituições família, Igreja, Estado, arte, derivam das suas gêneses no passado e de virem sendo reestruturados nos processos históricos e sociais de acordo com a lógica de produção econômica desta sociedade. A compreensão do casamento depende da compreensão das suas transformações sociais e contradições que se apresentam no processo histórico. A família monogâmica, desde sua origem, está implicada com o processo econômico e os modos de produção, que moldam a realidade concreta e material.

No meio familiar, as relações de poder reproduzem as das sociedades, tal como são apresentadas na divisão social e sexual do trabalho e na produção e reprodução da vida. Hoje, a diversidade de arranjos familiares torna o modelo mais complexo, e é dele que partimos para entender o movimento e as condições materiais que criaram este fenômeno. Portanto, não partimos da moral, princípios ou valores, nem da ideia de que formar uma família seja natural. Ao compreendermos que o casamento é um fenômeno cultural e mediado por instituições, tornou-se necessário conhecermos as determinações que o formaram e as relações que o estruturam e integram. Entendemos que a relação entre matrimônio e patrimônio no casamento se organizou diferentemente no sistema da sociedade capitalista.

Como a família é uma instituição histórica e social que foi vinculada ao casamento a partir da Idade Média, o seu desenvolvimento histórico manteve-se na sociedade capitalista devido ao vínculo com a acumulação do capital. Dessa síntese pudemos analisar as determinações que operaram a sua constituição e as transformações históricas que apontaram as suas contradições. Por sua vez, esses aspectos sócio-históricos do casamento possibilitaram compreender também os interesses que o sustentam, bem como a sua função social.

Os aspectos até aqui apresentados sobre esse objeto de estudo determinaram que a sua investigação transcorresse sob os princípios da pesquisa qualitativa, a qual se caracteriza por considerar a participação da subjetividade nos fenômenos. No entanto, para buscarmos a compreensão das determinações que sustentaram as relações entre os fenômenos casamento e

capital, baseamo-nos na teoria psicológica sócio-histórica, que se constrói sobre o método do materialismo histórico e dialético, especialmente desenvolvida por Liev Vigotsky.

Assim, como destacado por Sirgado (2000), o fato de Vigotsky reconhecer, em sua teoria psicológica, que as relações sociais são determinantes para a constituição das características psicológicas, faz dos seres humanos sujeitos em transformação. Portanto, o modo de produção de cada sociedade determina as relações sociais e são transformados por elas, o que nos indica serem os significados e os sentidos os mediadores entre a cultura e o indivíduo e estruturantes de sua consciência. (SIRGADO, 2000).

Segundo Leão (2007), a estrutura das consciências individuais tem a sua gênese nas condições sociais e é constituída por significados sociais e sentidos individuais. Isso porque são os signos que desempenham essas funções psicológicas conforme o processo de interiorização da cultura, que lhes atribui uma representação objetual. Como tal, são processos alterados historicamente e concretizados nas linguagens.

Os significados são intersubjetivos, ou seja, são construídos pelos grupos sociais que os compartilham e transmitem. (LEÃO, 2007). Assim:

[...] a produção e recepção do significado é um processo interpessoal; pois, a atividade dos homens assimila a experiência da humanidade. Entendemos, então, que os processos mentais humanos (os Processos Psicológicos Superiores) adquirem uma estrutura necessariamente unida a significados formados sócio historicamente e a métodos transmitidos por outros no processo do trabalho cooperativo e da interação social. (LEÃO, 2007, p. 70).

Desse modo, esta pesquisa partiu da materialidade dos fenômenos e procedeu de uma recomposição histórica do casamento e sua relação com o capital. Para tanto, como já apresentado anteriormente, a fim de conhecer o movimento histórico do casamento na sociedade, realizamos uma pesquisa bibliográfica. Além disso, para a apreensão dos processos psicológicos, realizamos uma entrevista, que é a técnica mais apropriada para a concretização dos processos e sistemas da consciência humana e o que nos proporciona os dados para a análise dos sentidos e significados. Tal objetivação dos processos subjetivos é garantida devido à ontologia do ser humano ser social, uma vez que o sujeito se constitui socialmente, na história e na cultura, nas quais apreende os significados. Dessa forma, pela linguagem, o sujeito apresenta os aspectos do objeto presentes na sua consciência mediados pela sociedade da qual é parte.

Escolhemos para tal a técnica Análise Gráfica do Discurso, pois concluímos que é a mais adequada aos nossos objetivos por ser coerente com o método e teoria escolhidos para a

pesquisa. Segundo Leão (2007), a Análise Gráfica do Discurso explicita as inter-relações psicológicas que determinam um fenômeno psíquico. Para a autora, a atividade e a consciência são categorias necessárias para atingir a totalidade histórica e social de um fenômeno. Portanto, é por meio do discurso que o sujeito apresenta a representação do mundo e, assim, a sua “realidade subjetiva, determinada e determinante de seu comportamento e atividades.” (LEÃO, 2007, p. 68). Dessa forma, a análise da linguagem permite apreender os aspectos conscientes e ideológicos presentes no discurso da sua atividade.

A técnica de Análise Gráfica do Discurso, além de respeitar os fundamentos metodológicos e os ensinamentos da teoria psicológica sócio-histórica, ainda é objeto de maior aprofundamento durante este estudo.

Esta pesquisa foi desenvolvida de acordo com os princípios éticos estabelecidos na Resolução 466/2012 do CNS, submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e aprovada.

2 CASAMENTO E CAPITALISMO: UM ENLACE HISTÓRICO ENTRE MATRIMÔNIO E PATRIMÔNIO

Foi uma pergunta sobre linguagem que suscitou esta pesquisa. Investigamos a etimologia das palavras e descobrimos que matrimônio vem do latim, *matrimonĭum*, cuja raiz é *matrem*, e a palavra patrimônio, que também tem origem latina, deriva de *patrimonĭum*, cuja raiz é *pater*. Intrigadas pela ideia inicial de que o primeiro parece estar ligado às mulheres e o segundo aos homens, buscamos seus significados.

O dicionário descreve “patrimônio” como um substantivo masculino que representa herança paterna, bens de família e riqueza; historicamente, já foi considerado o dote, que é o conjunto de bens ou dinheiro que, ao casar-se, a mulher trazia para o patrimônio do casal. Buscamos, ainda, palavras que resultam da mesma raiz e encontramos que a palavra “pátrio” significa da pátria e paterno. Pátria significa nação onde se nasce. Patrão é o chefe e Patroa é a esposa do chefe, dona de casa ou proprietária do patrimônio. (DICIONÁRIO MICHAELIS ON-LINE, [s.d.]; AURÉLIO, 2001). Em 2020, o dicionário de Oxford, utilizado pelo Google para definir significados, atualizou a versão de patroa para significar chefe e proprietária. Essa mudança ocorreu após o questionamento público que as artistas Anitta e Luísa Sonza fizeram ao formato anterior, conforme informa o jornalista Rafael Miotto no jornal eletrônico G1. (MIOTTO, G1, 18/09/2020).

Por outro lado, matrimônio é, também, um substantivo masculino que significa a união de um casal, legitimada pela autoridade religiosa e/ou jurídica. É também um dos sacramentos da Igreja Católica. Casamento é o nome jurídico para a união voluntária entre duas pessoas para formar uma família legítima pelo vínculo conjugal. Matrimônio tem sua gênese na palavra *Mátrio*, um adjetivo relativo à mãe. Outras palavras que advêm da mesma raiz compartilham a natureza feminina, como matriarcado, que é um tipo de organização social cuja mulher é a base da família. A matriarca é a mulher que exerce autoridade de chefe sobre sua família e é considerada a sua base, sendo que o entendimento comum para base é aquilo que suporta o peso de algo ou lhe serve de fundamento. (DICIONÁRIO MICHAELIS ON-LINE, [s.d.]; AURÉLIO, 2001).

Além disso, compreendendo que o último estágio da manifestação de certo fenômeno é o mais avançado, foi deste ponto que partimos para esta investigação. Porém, como o entendimento do fenômeno exige a superação da sua aparência manifesta, pois esta é apenas a sua revelação histórica atual, buscamos recompor uma história do casamento que mostre as

determinações do patrimônio sobre o matrimônio, já que, como explica Resende Barros (2010), esses dois fenômenos estão relacionados à família desde a antiguidade.

A partir da necessidade de se garantir a permanência e continuidade da propriedade privada no grupo, a formação da família passa a se delinear sobre a matrimonialização e patrimonialização – forma como a civilização romana organiza essa instituição. Resende Barros (2010) explica que o Direito Romano vai surgir dos usos e costumes e evolui de três temas básicos: Direito das coisas, da família e sucessões e das transações dos vivos. A instituição familiar se desenvolve, então, na origem do Direito Civil, correlacionando dois institutos: o *patrimonium* e o *matrimonium*. Nesse período, portanto, o significado das palavras continha a condição político social que se organiza, sem carregar nenhuma discriminação, pois, como deslinda o autor supracitado,

[...] aparece na designação de ambos o elemento vocabular monium, variação fonética de munus, que significa missão, função, ocupação. Daí, *patrimonium* era a missão do pai: gerar e manter os bens de Roma no *ager romanus* (campo romano) sem desvio algum. E *matrimonium* era a missão da mãe: gerar e criar na *domus romana* (casa romana), também sem desvio algum, os futuros cidadãos e chefes das famílias e gentes romanas, herdeiros das coisas romanas, a dar continuidade à *civitas romana*. Para isso, enquanto o pai saía para a vida fora de casa, a mulher – atual ou futura mãe – ficava em casa. Na origem primária, tanto o patrimônio quanto o matrimônio romanos corresponderam a funções sociais, bem definidas, do homem e da mulher. As discriminações vieram depois. Sobreveio a perda de status da mulher. A "rainha" se tornou "escrava" do lar, ainda no seio da própria *civitas romana*. (RESENDE BARROS, 2010, s/n)

Temos, portanto, na origem das palavras e dos usos, o enlace não apenas entre as relações matrimoniais e patrimoniais, mas também a diferenciação sexual das funções de homem e mulher na relação, na qual, a um é devido garantir e preservar os bens e a outro a maternidade.

Como um fenômeno social, altera-se historicamente, consolida-se na cultura e se manifesta na linguagem. Assim sendo, a pergunta que inicialmente despertou nosso interesse para esta pesquisa – por que designamos o casamento como matrimônio, cuja palavra contém uma raiz que possui significados referentes à mulher e dizemos patrimônio, cuja raiz é compartilhada com palavras ligadas ao homem, para bens? – começa a ser respondida na sua gênese. No entanto, este estudo há de transcorrer pelos processos de transformações da cultura do casamento até que possamos compreender o estágio mais atual.

Foi a partir desses questionamentos que procuramos as suas gêneses e, ao recompor o movimento do seu desenvolvimento na história, localizamos no casamento o seu mediador fundamental. Nesse processo, buscamos as alterações dos significados dessa instituição até os

dias atuais, com o objetivo de realizarmos uma análise da relação entre matrimônio e patrimônio, mas agora tomando o casamento como um mediador, regulado pelo sistema sociopolítico. Assim, avançamos para o objetivo principal da nossa pesquisa, que é conhecer como essa relação é representada na consciência das mulheres e se manifesta nos sentidos que orientam os seus pensamentos e comportamentos. Consideramos que o modo de produção é determinante na construção da cultura e formador das condições objetivas que vão compor a consciência dos sujeitos de uma sociedade, uma vez que as suas interiorizações sobre o casamento vêm se manifestando como uma normalidade sociocultural, que ocorre onde essa instituição social se consolidou durante o processo histórico.

Assim sendo, no que se refere a estas condições intrapsicológicas, baseamo-nos em Vigotski (1991), quem, fundamentado nos estudos de Marx (2004; 2008; 2011), compreende que os aspectos psicológicos individuais decorrem da interiorização das condições sociais e que a sociedade é uma consequência histórica do modo de produção, sendo, portanto, o desenvolvimento desta algo multiforme. Por conseguinte, seguimos considerando a história, por meio da qual há condições para analisarmos as relações que cada período social promove entre os seus membros e, assim, interpretarmos como as estruturas sociais determinam as características dos sujeitos. Vigotski (1991) relembra, ainda, que devemos considerar historicamente as sociedades já desaparecidas, em cujas relações próprias e específicas podem-se localizar a gênese dos processos que foram se transformando socioculturalmente, como é o caso da consciência e suas estruturas fundamentais: os significados e os sentidos do casamento e as suas implicações para o patrimônio e o matrimônio.

Esses elementos intrapsíquicos, bem como as suas interiorizações, que são processos realizados pelos sujeitos com a mediação das suas atividades e das representações pelos signos, são conservados e transmitidos socialmente para cada sujeito. Por isso, mesmo que os processos de produção e manutenção da vida sejam construções sócio-históricas, em nossa cultura, são propostos como naturais e a forma para o sucesso e a felicidade. (SIRGADO, 2000). Como se trata de ideologias, suas apreensões e interiorizações são promovidas desde a infância, por práticas e ideias culturalmente dedicadas à reprodução social, como brinquedos e brincadeiras, filmes e livros. Assim, as práticas e costumes determinam a reprodução das necessidades, que dão os motivos para homens e mulheres orientarem o processo de desenvolvimento das crianças e de si próprios. Porém, muitas vezes, esse processo de socialização não é possível, devido às condições biofisiológicas ou socioculturais que impedem os sujeitos de estudarem, terem empregos, se casarem, terem filhos e os educarem, assim como

fazem com que alguns tenham que trabalhar antes de estudar ou ter filhos antes de casar ou morram antes de envelhecer.

Porém, ainda que o curso da vida não ocorra como ideologicamente preconizado, em geral, durante o processo de desenvolvimento psicológico e social da vida, algumas pessoas optam por assumir um compromisso matrimonial. Ao perguntar às pessoas por que e para que se casam, respondem: por amor, para construir uma família com filhos, para não ficar sozinho, para completar o que falta em si, para ser feliz ao lado de quem se ama, para ter companhia na velhice ou por motivações religiosas. Essas respostas podem demonstrar alguns dos significados sociais e dos sentidos pessoais para se casar.

Porém, nem sempre o casamento teve essas motivações. Ao longo da história essa instituição já cumpriu muitas outras funções e o seu significado recebeu diferentes valorizações, ainda que seja constante a sua característica de relação entre duas pessoas, tradicionalmente, uma mulher e um homem. Também as obrigações imputadas cultural ou legalmente a cada um dos envolvidos foi sofrendo alterações ao longo da história das sociedades, o que promove diferentes representações desta forma de relação nas consciências individuais.

Dentre as instituições sociais que historicamente sustentaram a acumulação, reprodução e manutenção do capital está o casamento. Tradicionalmente, este era iniciado com o pagamento pela família da noiva de um dote ao noivo.

Esse tipo de união preponderou no Brasil até algumas mudanças sociais alterarem o contrato matrimonial. Foram decisivas para tal prevalência do individualismo e a separação entre os negócios e a família. Por força destas e outras condições históricas, o dote, como aporte de bens, deixou de ser obrigatório, mas foi se transformando em condição para a realização dos casamentos. Apesar de não ser mais praticado desde o século XIX, no âmbito legal ele continuou vigorando até o século XX. O dote desaparece juridicamente no Brasil em 2003, na reforma do Código Civil. (Folha de S. Paulo, 10. 01. 2003).

O dote tornou-se velado ao mudar de nome. Deixou de ser contribuição de recursos materiais da mulher ao patrimônio do casal. Mas, conforme a lógica do individualismo e dos negócios, é o seu sinônimo que passa a ser buscado, pois não se busca uma mulher dotada, mas uma mulher prendada, que, conforme o Dicionário Michaelis, tem qualidade apreciável, mérito ou dom natural, aptidão, habilidade e predicado. (MICHAELIS, 2021). Assim, a busca pela prenda ainda se mantém. Procura-se para casar a mulher independente e prendada. Ou seja, que vai aportar recursos financeiros ao patrimônio do casal por seus méritos.

Sendo essa a essência que se mantém implícita sob a aparência da união romântica, observamos um processo mediado pela ideologia no sistema capitalista, no qual a representação deste na consciência de grande parte das mulheres parece não abarcar os significados sociais, nem as sutilezas próprias do desenvolvimento social e histórico que a vida econômica impõe, até quando as disputas legais os mostram.

2.1 O casamento na história

Interpretar, com apoio da ciência psicológica, como a mulher contemporânea entende o significado que a sociedade atribui ao casamento e como constitui os seus sentidos para o que vivencia nesta relação, exigiu que compuséssemos uma parte do processo histórico do casamento.

Antes de prosseguir, admitimos que não foi possível apresentar todas as transformações históricas das famílias e nem de todas as classes sociais. No entanto, dedicamo-nos especialmente aos períodos de transição, quando ocorreram as transformações do casamento natural em monogâmico, daquele próprio do período feudal para o orientado pelo sistema capitalista e, como este se consolida no Brasil, desde o colonialismo até a formação da família na cultura brasileira.

2.1.1 O casamento monogâmico e a propriedade privada: do natural ao cultural

É comum buscar na natureza a explicação para eventos culturais, assim se os animais copulam e tem filhotes que vão carregar os genes e garantir a sobrevivência da espécie, os humanos também cumprirão este desígnio, que parece ser o curso natural da vida: após nascer, desenvolver-se até que possua meios para construir uma família e nela procriar. No entanto, isso que parece natural oculta em sua essência um fenômeno cultural, que, como tal, pode criar vários aspectos subjetivos acerca dele. Na estruturação da consciência, as particularidades sociais, como o casamento, geram significados e sentidos, cujas gêneses podem ser desveladas ao conhecermos a forma como foram interiorizadas.

Por ser cultural, a constituição de uma família humana, historicamente, esteve submetida a regras que mudaram conforme as especificidades da vida material. Por isso, o modo como o casamento é regulado na atualidade difere do realizado anteriormente, ainda que conserve alguns aspectos. Foi para identificarmos as suas determinações sociais e as consequentes características psicológicas que acarretam as diferentes totalidades sociais que

buscamos distinguir o período e descrever o contexto no qual se deu a transição da união tida como do plano natural para as diversas manifestações culturais.

Utilizamos como texto base para esta pesquisa o estudo de Engels publicado em 1884: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Essa obra traz contribuições inaugurais para a discussão sobre a gênese matrimonial. Nela, o autor analisa as transformações nas relações humanas das sociedades antigas e as suas transformações a partir da propriedade privada, associando a estrutura econômica ao casamento. Ele desenvolve sua investigação a partir dos estudos antropológicos de Lewis Henry Morgan e analisa com o método materialista histórico e dialético. (ENGELS, 2017).

Antes de mais nada, é preciso salientar que essa obra de Engels é localizada em um momento e cultura e não pode ser lida sem compreender as limitações que a determinam. Como observa Moschkovich (2020), a apresentação dos períodos de mais primitivo para o mais civilizado está pautada na teoria do evolucionismo social. É um estudo que parte do modelo de sociedade europeia, como se este fosse o estágio mais desenvolvido de sociedade e como se pesquisar junto aos povos originários pudesse fazer conhecer as sociedades antigas. Embora, portanto, não se possa generalizar as explicações, limitando-as à linearidade histórica de evolução social a partir desse modelo de sociedade, este estudo aponta para a mudança nos discursos que naturalizam a instituição familiar e confirmam o seu caráter histórico e cultural. (MOSCHKOVICH, 2013, 2020).

Sendo assim, Engels (2017) reconhece que a família passou por transformações, as quais descreve começando pelo que nomeia de família consanguínea. Ele designou esse modo de relação como matrimônio por grupos, uma vez que cada mulher podia ter relações sexuais com cada homem e que cada homem podia ter relações com as mulheres do seu grupo geracional. Ou seja, viviam coletivamente e a conjugalidade era separada por gerações, de forma que todos de uma mesma geração poderiam ter conjugalidade uns com os outros, mas não podiam com ascendentes e descendentes. (ENGELS, 2017). Ainda que o autor nomeie de casamento por grupos, não aponta para uma diferenciação entre relações sexuais e relações por casamento. (MOSCHKOVICH, 2013, 2020).

Da família consanguínea, surgiu a punalua, designação advinda do termo “punalua”, que queria dizer companheiro íntimo (ENGELS, 2017). Os casamentos, ainda aconteciam por grupos, ou seja: famílias extensas que viviam da economia doméstica do comunismo primitivo. No entanto, essa organização familiar inseriu uma regra que, pouco a pouco, proibia a união sexual entre irmãos, primeiro os uterinos e depois os irmãos colaterais, quais sejam, os filhos das irmãs das mães. Os motivos que levaram a isso ainda não são elucidados, mas essa

organização, segundo o autor, garantiu a sobrevivência e foi uma mudança quantitativa nas relações, possibilitando, igualmente, mudanças qualitativas. (ENGELS, 2017; LEACOCK, 2019; LESSA, 2012a, 2012b).

A exclusão progressiva de irmãos da linhagem materna das relações sexuais não se estendia ao paterno, já que se sabia de quem uma pessoa nascia, mas não se poderia ainda associar a participação do homem na procriação. Engels (1884) aponta essa sociedade como matriarcal, porém, não há comprovação de relação de dominação, senão garantia, a partir da mãe, a determinação da linhagem para formação de casamentos. (ENGELS, 2017; LEACOCK, 2019; LESSA, 2012a, 2012b).

Com a exclusão progressiva de parentes, o casamento grupal vai se tornando inviabilizado, surgindo, portanto, a família pré-monogâmica. Diversamente da punalua, a família sindiásmica tem como principal característica a extinção do chamado casamento por grupos. Nesse estágio, cada mulher vivia com apenas um homem, devendo respeito e fidelidade ao mesmo. A infidelidade conjugal era, por sua vez, apenas um direito dos varões. Essa organização tornava necessário construir alianças com outros grupos. (ENGELS, 1884; ARAÚJO, 2002).

Na família sindiásmica, o vínculo conjugal poderia ser dissolvido por ambos os cônjuges com facilidade, sendo que os filhos continuariam a pertencer exclusivamente à mãe. Outro traço característico dessa família condiz com a matrilinea, uma vez que a mulher era a responsável pelos encargos da família, afigurando-se como a grande força dentro dos clãs. (ENGELS, 2017).

Moschkovich (2020) aponta que, por não se confirmar a dominação da mulher sobre os homens, não se pode considerar família matriarcal, mas matrilinear, pois apenas seria o critério usado para determinar a linhagem. O matriarcado e o patriarcado correspondem às estruturas de poder que fazem parte da estrutura social. No matriarcado, quem domina é a mulher, com o caráter materno, e o patriarcado é o homem. Já os conceitos de matrilinear e patrilinear dizem respeito ao pertencimento a determinada linhagem e à transmissão de patrimônio, que é o que acontecerá com a introdução da propriedade privada nessa sociedade.

A criação de gado e o desenvolvimento das atividades agrícolas implicaram o surgimento de novas riquezas, bem como da propriedade particular. Nesse contexto, surge a figura do “pai” como o chefe da casa, responsável pela alimentação e pelo sustento de sua família. Isso marcou o fim do matriarcalismo. Para Engels (2017), “[a]” derrocada do direito materno foi a derrota do sexo feminino na história universal. O homem tomou posse também

da direção da casa, ao passo que a mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução.” (ENGELS, 2017, p. 78-79).

O casamento monogâmico se funda na necessidade de garantir filhos com paternidade inquestionável que irão assumir como herdeiros o patrimônio paterno. Engels (2017) explica que a degradação ocorre na medida em que a mulher é rebaixada à condição de servidão, devendo castidade, fidelidade e obediência ao homem, além de viver sob a possibilidade de sofrer castigos. Patrimonialismo e matrimonialismo se entrelaçam, enquanto a mulher deve gerar herdeiros do patrimônio.

Essa foi a origem da monogamia, tal como pudemos observá-la no povo mais culto e desenvolvido da antiguidade. Ela não foi, de modo algum, fruto do amor sexual individual, com o qual nada tinha a ver, já que os casamentos continuavam sendo, como antes, casamentos de conveniência. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas em condições econômicas e, de modo específico, o triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva que havia surgido espontaneamente. (ENGELS, 2017, p. 88 - 89).

A propriedade privada está, portanto, na gênese do casamento monogâmico. Essa será a passagem da organização familiar do plano natural para o cultural e contará com a estrutura patriarcal, na qual o homem detém o patrimônio e o poder de submeter a todos do seu grupo familiar. No entanto, a estrutura patriarcal, que deve ser compreendida historicamente, não se aplicará a todos os estratos sociais, já que essa família patriarcal é de uma determinada classe social. (SAFFIOTI, 2015; ENGELS, 2017; MOSCHKOVICH, 2020).

O patriarcado não se manifesta em oposição ao matriarcado, já que não se confirma a existência deste. Segundo Saffioti (2015), a estrutura patriarcal só pode ser compreendida no processo histórico, pois sem isso a explicação sobre ele naturaliza as desigualdades que promove. Ademais, importante lembrar que, conforme Engels (2017), a família monogâmica patriarcal não é natural. (ENGELS, 2017; SAFFIOTI, 2015).

Saffioti (2015, p. 57) explica que as relações patriarcais, “suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado”, de forma que não estaria limitado à ordem do privado, mas, como uma estrutura de poder ideológica, possuiria base material e não natural. Portanto, o patriarcado deve ser considerado um processo de dominação-exploração econômico, sexual de produção e reprodução para desigualdade. (SAFFIOTI, 2015; ENGELS, 2017).

A organização econômica estrutura as relações sociais. Segundo Engels (2017), a questão patrimonial vai se materializando com o desenvolvimento da propriedade privada e da família monogâmica de forma que aquilo que fosse apropriado pela família deveria ficar entre

os membros dessa família, mais especificamente entre os filhos homens. O conceito de família que Engels (2017) nos apresenta para o período pode auxiliar na compreensão da origem dos significados para o casamento monogâmico:

Entre os romanos, a palavra originalmente sequer se aplicava ao casal e a seus filhos, mas apenas aos escravos. *Famulus* quer dizer escravo doméstico e família é o conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem. No tempo de Gaio, a família, *id est patrimonium* (família, isto é, a herança) era legada por testamento. A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles. (ENGELS, 2017, p. 79).

A família que se enlaça nos nossos dias também por consanguinidade e afinidade traz na origem da palavra a semente ideológica da desigualdade, o que não se trata apenas de divisão sexual do trabalho, mas a raiz da servidão, que marcará os antagonismos de classe na estrutura da sociedade baseada na propriedade privada. (ENGELS, 2017).

Como podemos observar, a origem histórica e social das palavras demonstra como o casamento monogâmico estrutura-se inicialmente, com a mulher na condição de propriedade patriarcal. Engels (1884) explica que era necessário garantir a paternidade para produzir herdeiros legítimos; assim, a fidelidade feminina era uma exigência rigorosa, sendo que a quebra dessa ordem a levaria a punições severas. (ENGELS, 2017).

Engels (2017) aponta para um entrelaçamento entre o casamento monogâmico e a propriedade privada, desde suas origens. Isso ganha consistência se considerarmos o fato de que com o domínio de algumas pessoas sobre os conhecimentos, as técnicas e os instrumentos para a agricultura e a pecuária e com o aumento da intensidade de produção, há um processo de acumulação que faz com que a terra ganhe o significado de propriedade privada, ocasionando uma transformação na relação dos seres humanos entre si e com a natureza. (ENGELS, 2017).

Para o referido autor, juntamente com as transformações das relações entre os seres humanos e dos mesmos com a natureza, o casamento monogâmico passou a ser parte integrante do conjunto econômico e dos meios de produção e reprodução da vida, que vão constituir os sujeitos. Os interesses comuns passaram a ser particularizados e a família passou a estabelecer os modos de produção. Ao mesmo tempo em que se inaugura a produção e acumulação de riqueza, inaugura-se a monogamia. Nesse contexto, a mulher, simbolicamente, também se torna propriedade e sua função seria procriar e realizar atividades domésticas. É o que defende Engels (2017) ao afirmar que:

A monogamia, portanto, não entra de modo algum na história como uma reconciliação entre o homem e a mulher, menos ainda como uma forma mais elevada de casamento. Pelo contrário, surge sob a forma de subjugação de um sexo pelo outro. [...] Hoje posso acrescentar que a primeira oposição de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia e que a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (p. 89).

A monogamia torna-se uma imposição para a mulher, que passa a sofrer controle, isolamento, punições ou restrições sociais, caso se rebele contra ela. Se, antes, a mulher tinha um certo prestígio e liberdade na vida coletiva, a partir dessa mudança, o homem toma a centralidade por meio do domínio econômico de forma que o patriarcalismo e patrimonialismo parecem determinar-se reciprocamente, como veremos no período de transição do feudalismo para o capitalismo.

Entendemos que, embora a obra de Engels (2017) seja um estudo com diversas contribuições importantes, é preciso contextualizá-lo para compreender os seus limites, assim como explica Moschkovich (2020):

[...] o trabalho de Engels, por outro lado, foi pioneiro ao apresentar uma posição política em relação a esse fato, ao associá-lo às bases materiais das sociedades de classe e estabelecer relações, baseadas em evidências históricas, entre os princípios econômicos e políticos das sociedades capitalistas e o seu sistema de parentesco. Ao fazê-lo, o autor parece adiantar, de certa maneira, um movimento de inversão que só seria mais bem acolhido na antropologia algumas décadas depois: a virada epistemológica que tornou possível utilizar as ferramentas da antropologia e os dados produzidos antropologicamente (anteriormente sobre os “outros”) como forma de observar, analisar e produzir dados também sobre as sociedades capitalistas ocidentais/ocidentalizadas urbanas. (MOSCHKOVICH, 2020, p. 225).

No entanto, os conceitos como casamento, família e ciúme puderam ser desnaturalizados a partir da obra de Engels (2017), conforme explica Moschkovich (2020). Ao fazer isso, possibilitou questionamentos acerca da monogamia, que não poderia ser considerada como um processo natural das relações humanas, mas um processo cultural em transformação. Associar o amor como fundante do casamento seria, portanto, uma construção mais moderna, como veremos. (ARAÚJO, 2002; ENGELS, 2017; MOSCHKOVICH, 2020).

2.1.2 Os laços entre matrimônio e patrimônio na família capitalista

Ainda para avançarmos na compreensão da consciência das mulheres acerca do enlace entre matrimônio e patrimônio, precisamos de reconstruir a história, pois a relação entre o casamento monogâmico e o sistema econômico transforma-se com as mudanças dos determinantes econômicos, sociais, culturais, políticos e ideológicos.

Em se tratando de história ocidental, o escravismo no Império Romano, a servidão feudal e o assalariamento do capitalismo vão constituir formas de família diversas. A crise do império Romano, com a migração das pessoas para o campo e as transformações sociais que culminam no sistema feudal de produção e, conseqüentemente, na formação de outra forma de família; a crise do feudalismo, com a saída do campo para cidades e o avanço da industrialização que se transforma no sistema capitalista acabam por complexificar as relações familiares. Estas eram promovidas por multideterminações através do modo de produção da economia e da sociedade de classe.

O antigo sistema do Império Romano, no qual se vê um aumento da produção com a utilização de trabalho escravo, servindo de modelo para o patriarcalismo, em que um indivíduo detém poder político e econômico sobre todo o grupo subordinado a ele, vai ser substituído pelo sistema feudal.

Este período assiste ao avanço de uma instituição que também iria exercer fortes determinações sobre a formação da família e da subjetividade, não em desacordo com o sistema econômico, mas em aliança com este. Segundo Leão *et al.* (2006)

[...] também a supremacia da ideologia religiosa influenciou na organização da subjetividade, pois naquele período os homens se sentiam parte de uma ordem superior que os amparava e embora houvesse poucos elementos para que se reconhecessem como seres moralmente autônomos, capazes de iniciativas, dotados de sentimentos e desejos próprios; a identidade gerada coletivamente, ou seja, a percepção de quem (os homens) eram estava remetida a dois senhores: um terreno a quem deviam destinar o produto de seus trabalhos e outro representado sob o conceito de Deus, a quem deviam destinar as suas almas. Ou seja, esta duplicidade da representação de si mesmos lhes proporcionava dupla experiência subjetiva. Esta constituição da subjetividade dividida e a conseqüente cisão da consciência eram reforçadas pelo poder que a Igreja exercia, pregando a diferenciação social como determinação divina e o trabalho como uma missão de manutenção, reprodução e salvação da espécie. (p. 6).

Com o fortalecimento político da Igreja na expansão do cristianismo no século V, esta passa a deter, entre outras coisas, a legitimação do matrimônio. No século VII, a Igreja estabelece o casamento como um dos seus sacramentos, tendo como norma que seja monogâmico e indissolúvel. O Concílio de Latrão, em 1123 e, posteriormente, o Concílio de Trento (1546 a 1563) declararam o matrimônio como um sacramento indissolúvel e o ato sexual como adequado somente para procriação. Diante da sacralização do casamento, o Direito Canônico vai regular a vida matrimonial e, entre outras coisas, estabelece que a mulher casada que abandonasse o marido deveria ser deserdada. A sexualidade era objeto de controle da moral cristã, e o casamento era o único lugar legítimo do sexo com a finalidade de procriação. A Igreja Cristã expandida pela Europa mediu um tipo de moral sobre casamento oferecendo

novas determinações, contudo, a afinidade ou amor ainda não estaria entre elas. (ARAÚJO, 2002; FEDERICI, 2017).

Se, nas sociedades antigas, o casamento era um formador de alianças entre grupos, na Idade Média europeia, essas alianças são, também, políticas e econômicas, e aconteciam dentro do mesmo estrato social para ampliação de poder e riquezas neste e dominação e exploração sobre o outro estrato social. De um lado, a Igreja e a nobreza com poder político e econômico e do outro os trabalhadores, com sua força de trabalho, numa relação de exploração por aqueles. (GALANO, 2006).

Por um lado, a Igreja estabelece determinações nas relações matrimoniais, favorecendo o sistema econômico, por outro, há de se compreender que a família feudal não era um modelo único patriarcal, pois, como os modos de produção são determinantes para a formação dos arranjos familiares, em uma sociedade de estamento bem definidos – clero, nobreza e servos – , a família se organizava de formas diferentes em cada estamento. Na família dos nobres, os matrimônios garantiriam alianças políticas e o senhor feudal reproduzia a relação patriarcal; já na família dos servos, organizava-se por meio do matrimônio a divisão do trabalho para subsistência. Dessa forma, entre os determinantes do casamento e a formação da família está o trabalho. Este, como transformação da natureza, é também condição material que altera as relações sociais. (LEÃO *et al.*, 2006).

A transição do feudalismo para o capitalismo é compreendida como um longo processo de mudanças nos modos e meios de produção. O mundo do trabalho entra em transformação. Se no feudalismo há um aprofundamento da relação entre matrimônio e patrimônio, no capitalismo, essa relação continua a existir, mas adquire novos determinantes com as transformações no modo de produção com apoio da superestrutura, ou seja, com a inserção de outros fatores ideológicos para manutenção da estrutura capitalista.

Se buscamos compreender a consciência da mulher sobre o casamento, é preciso antes analisar as condições culturais, sociais e ideológicas que determinam esse processo de consciência. Temos, portanto, que, para a mulher feudal, essas condições mudavam conforme o estamento, não sendo uma posição estática. As que trabalhavam no feudo colaboraram com a economia doméstica e familiar que garantiria a subsistência do grupo. Na família dos servos, tanto mulheres quanto homens e crianças trabalhavam na terra. A economia doméstica de ordem patriarcal encontrada na história da família medieval é um fenômeno que se desenvolve dentro de um processo de dominação e exploração, o qual não se trata apenas de uma condição hierárquica, mas também da base econômica e do controle sexual do senhor feudal sobre todos: sua família e a família dos servos. (SAFFIOTI, 2015; FEDERICI, 2017).

No entanto, a mulher feudal gozava de certa autonomia na medida em que podia dispor dos produtos do seu trabalho. Estes tanto contribuíam para o sustento da família como não eram desvalorizados, de forma que essas mulheres poderiam não precisar dos maridos para se manterem. Além disso, embora a transmissão das terras ocorresse para a linhagem masculina, a mulher não era impedida de administrá-las, caso ficasse viúva. (FEDERICI, 2017).

Por volta do século XIV, as revoltas dos camponeses contra as opressões dos senhores feudais desencadearam conflitos cujas demandas eram a de preservação dos excedentes do trabalho, ampliação dos direitos econômicos e jurídicos, luta contra os impostos, contra o trabalho devido nas terras dos senhores, prestação de serviço militar obrigatório. Em consequência desses conflitos, o trabalho passa a ser retribuído por pagamento em dinheiro: monetização do salário. (FEDERICI, 2017).

No final do século XIII e devido às lutas feudais, entre os camponeses, houve aqueles que ficaram mais ricos, aumentando suas posses e contratando trabalhadores, e os que se endividaram a ponto de perderem tudo e passarem a oferecer seu serviço por dinheiro. A monetização do trabalho mudou a forma de dar valor a ele e ao produto. Escravos e servos não recebiam salário, mas meios para subsistência necessários para conservação e produção na força de trabalho. O assalariamento, ou seja, a remuneração em forma de dinheiro, torna escamoteada a apropriação do trabalho, de maneira que o dinheiro passa a ter efeito excludente na medida em que divide a sociedade entre aqueles que trabalham produzindo rendimento e aqueles que exploram o trabalho, formando as classes sociais. (FEDERICI, 2017).

Conforme explica Leão *et al.* (2006), do declínio do sistema feudal, surge um segmento social que ocuparia os núcleos urbanos provocando o aumento do comércio: a burguesia – um grupo revolucionário que lutava pelo rompimento do vínculo entre o senhor e o servo para que houvesse liberdade de trabalho e comércio. Essa liberdade faria com que cada indivíduo pudesse desenvolver habilidades para garantir o próprio trabalho, não mais amparado e administrado por um senhor. Com o crescimento do comércio, o avanço da tecnologia e a Revolução Industrial, a sociedade passa a se dividir em duas classes: a burguesia e o proletariado. A burguesia se torna hegemônica e uma nova estrutura social vai se formando, não apenas com novas relações de trabalho, sociais e econômicas, mas também com organização familiar. (LEÃO *et al.*, 2006).

No começo desse processo de comercialização do trabalho no século XV, as mulheres são excluídas da posse da terra e muitas passam a viver em condição de pobreza, fazendo atividades mal remuneradas, embora, algumas pudessem atuar como padeira, cervejeira,

comerciante, ganhando uma certa autonomia para administrar a própria vida. (FEDERICI, 2017).

O capitalismo que vai surgindo é marcado por contradições, muitas relacionadas ao trabalho que Marx revelou em sua obra. Entre elas, destacamos a condição na qual homens e mulheres podem oferecer livremente sua força de trabalho, não mais como servo ou escravo. Nesse contexto, a relação entre valor e mercadoria não obedece a lógica da necessidade e o trabalhador passa a ser sua força de trabalho, ou seja, ele mesmo passa a ser a mercadoria da qual o valor é apropriado pelo capitalismo. Isso produziu o que Marx (2011) nomeou de mais-valia, revelando uma sociedade de classes em que a desigualdade nas condições é uma marca profunda de exploração que ocorre nas relações entre as classes sociais. (SAFFIOTI, 2013; MARX, 2004; MARX, 2011). Dessa maneira, conforme Leão *et al.* (2006), “[...] os membros de cada classe vão constituir-se com características psicológicas diferentes, de acordo com as atividades diversas que desenvolverão devido à inserção em uma dessas classes opostas e as consequentes funções antagônicas que desempenharão na sociedade.” (LEÃO *et al.*, 2006, p. 6).

A condição de livre não se efetiva para todos. Segundo Saffioti (2013), a ideia de liberdade que sustenta o capitalismo, e se mantém numa estrutura de classes, dissemina a crença de que é a potencialidade humana que vai determinar as condições e o lugar de cada sujeito na sociedade de classes e não a competitividade que vai absorver e excluir. Nesse sentido, sexo e etnia têm lugar na estrutura das classes sociais, de forma a tornar individualizados e naturalizar os processos de vantagem ou desvantagem no sistema. As transformações que ocorreram no período pré-capitalista determinaram as condições objetivas para as relações entre as classes sociais que se formariam. Federici (2017) defende que a história das mulheres está inclusa na história das classes, mas que não se pode perder de vista o fato de que, no interior das classes, existem diferenças fundamentais entre homens e mulheres, marcadas pela divisão social e sexual do trabalho, que valoriza diferentemente os trabalhos produtivos e reprodutivos. (FEDERICI, 2017; SAFFIOTI, 2013).

A condição da mulher no casamento está relacionada também ao trabalho da mulher. Para Saffioti (2013), no período pré-capitalista, a mulher inglesa casada do século XVII poderia desenvolver atividades no comércio e, quando viúva, poderia herdar o negócio e dirigi-lo. A francesa casada poderia exercer atividades comerciais, ainda que em outras esferas jurídicas fosse necessária a tutela de um homem. Assim, “a felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade e prosperidade econômica.” (SAFFIOTI, 2013, p.

63). Ela prossegue dizendo que a incapacidade civil da mulher tornava sua existência dependente do marido, não apenas entre as camadas ociosas, mas também entre as trabalhadoras, já que essas deviam obediência ao marido. (SAFFIOTI, 2013).

A Revolução Industrial representou o avanço tecnológico, mas também a divisão da sociedade em classes sociais. A classe trabalhadora, oferecendo sua força de trabalho, vai depender da demanda capitalista, já que perde os instrumentos de trabalho com a incorporação das novas tecnologias. Se há excedente de mão-de-obra o trabalhador é descartado, se há oferta de mão-de-obra mais barata, é substituído. Nesse sentido, o espaço da mulher no trabalho dependia das condições exigidas pelo trabalho nas quais o homem tem precedência sobre a mulher. Assim sendo, com avanço tecnológico, se era período de guerra, as mulheres poderiam e deveriam ter ocupações nas fábricas, pois seriam as mantenedoras da família, mas também da produção capitalista. No entanto, com o retorno dos homens das guerras, o capitalismo faz o resgate ideológico de ocupação da mulher na família, para que elas voltem ao privado e doméstico ou a trabalhos com baixas remunerações, com a justificativa de que deve garantir a reprodução e socialização dos filhos. Ou seja, quando a produtividade é baixa, não se impõe a exclusão das mulheres do sistema produtivo, caso contrário, há imposição de barreiras e exclusão das mulheres, com oferta de posição menos compensadora, formando, assim, categorias subalternizadas que operam segundo as necessidades e conveniências do sistema produtivo. O resultado disso é a marginalização da mulher no trabalho produtivo. (SAFFIOTI, 2013; LEÃO *et al.*, 2006).

As contradições no capitalismo ficam ainda mais complexas com o trabalho da mulher, pois ora ela se insere pela demanda de força de trabalho, ora são lhes impostas barreiras para exclusão com a justificativa biológica e naturalizante acerca da reprodução e da responsabilidade sobre a socialização dos filhos. A mulher da classe trabalhadora adentra no capitalismo em desvantagem no mundo competitivo do trabalho, pois a superestrutura deste utiliza a tradição para justificar a marginalização do sexo e inferiorização social da mulher. Além disso, ao transformar o trabalho reprodutivo em não trabalho, faz com que muitas das atividades que a mulher realiza sejam não remuneradas. A mulher burguesa tinha como alternativa trabalhos pouco remunerados ou estar reclusa na vida privada, o que leva ao aprofundamento da relação entre matrimônio e patrimônio no início do capitalismo, especialmente devido à feminização da pobreza e à retirada de autonomia administrativa e financeira, que se davam por leis, regras culturais e até dogmas religiosos. (SAFFIOTI, 2013; FEDERICI, 2017).

Muitas mulheres fizeram frente à superestrutura a fim de garantir melhores condições de produção da vida, para emancipação política, econômica e matrimonial. Federici (2019) discute o trabalho doméstico e reprodutivo no sistema capitalista e afirma que o capitalismo foi bem-sucedido em transformar a ideia de trabalho doméstico não remunerado em prática de amor, obtendo, assim, uma grande quantidade de trabalho para reprodução da vida e naturalizando-o como se fosse uma característica feminina. Ela (2019) escreve:

Não existe nada natural em ser dona de casa, tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamento diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que se pode esperar da vida. [...] Muitas de nós ainda possuem a ilusão de que casamos por amor. Grande parte de nós reconhece que nos casamos por dinheiro e segurança. (FEDERICI, 2019, p. 44).

O capitalismo avança e persevera nas formas de manutenção da sociedade de classes na qual o trabalho é dado como possibilidade de elevação social, cuja riqueza, idealizada como fonte de prestígio, é almejada para fins de felicidade e a construção de uma família é garantia de sucesso na vida. A essa ideologia predominante subjaz às condições dos trabalhadores que buscam integrar-se à estrutura de classe, em especial a da mulher na sociedade de classes que já inicia em condições pouco vantajosas, como a quem foi dada a missão de se casar e procriar.

Nesse sentido, pertencente a uma classe ou outra na estrutura social, como seria a consciência das mulheres sobre a influência da cultura, determinada no movimento histórico, no qual as mulheres são subjetivadas a partir da marginalização das suas forças produtivas e o rebaixamento da autonomia patrimonial? Qual seria, ainda, a consciência que as mulheres desenvolvem sobre si em relação ao próprio patrimônio? Além de outras necessidades, o casamento é um espaço para a construção de patrimônio e, dessa forma, como as mulheres relacionam esse motivo à escolha por casar-se?

São questões que nos instigam a investigar junto às mulheres sobre a consciência que têm acerca do casamento na relação matrimônio e patrimônio. Entretanto, compreendemos que a história, embora apresentemos com linear, é um movimento pelo qual não é possível apresentar todas as contradições de cada evento ou fenômeno. Sabemos da existência de dissidências culturais, como por exemplo, ainda que houvesse o impulsionamento para que mulheres se casem e tenham filhos, algumas resistiriam a esse destino. Estamos falando de uma cultura hegemônica, mas que não é geral para todas as sociedades. No entanto, ao pesquisar essa história podemos encontrar no discurso da mulher atual a gênese e o movimento histórico que a trouxe até a consciência que tem sobre o fenômeno.

Portanto, prosseguimos para a composição da família brasileira, que embora seja feita de tantas histórias, começaremos especialmente pela colonização, quando a multiplicidade de culturas veio se encontrar aqui, algumas por vontade e muitas outras contra esta.

2.1.3 Matrimônio e patrimônio na história da família brasileira

No final do século XV, a Europa vivia em pleno avanço do capitalismo. As exigências de novas matérias primas e novos mercados fez expandir também os limites geográficos de sua origem, o que deu início ao processo conhecido como colonização. Foi assim que os portugueses chegaram ao Brasil a fim de tornar esse território uma colônia onde pudessem estabelecer a expansão de mercado por meio da exploração dos recursos disponíveis e domínio territorial. A organização econômica do Brasil ocorreu de forma a sustentar o processo europeu de consolidação do capitalismo em alguns países da Europa ocidental. (PRADO JÚNIOR, 2011). Embora a família brasileira não partisse desse evento histórico, já que milhões de pessoas e diversas culturas habitavam esta extensão territorial, avançaremos nossa discussão sobre a formação dessa família e a construção do casamento na relação histórica entre matrimônio e patrimônio no Brasil, a partir desse encontro cultural.

Prado Júnior (2011) atribui ao Período Colonial escravista a base para a identidade do Brasil como nação. Ele entende a colonização como um projeto internacional de expansão do capitalismo no qual o país se torna uma grande empresa lucrativa, pois com a extração e retirada de matéria-prima e exploração extenuante do trabalhador seria possível expandir as riquezas dos países colonizadores. (PRADO JÚNIOR, 2011).

Como, desde sua origem, a produção brasileira foi voltada para o mercado internacional, o país se constitui e é mantido dependente dos centros do capitalismo, ou seja, o seu desenvolvimento econômico se torna dependente das condições impostas pelos países de capitalismo hegemônico, de forma que estes conduzem aqueles para se manterem como tal. Porém, uma das particularidades nacionais é que esse sistema econômico, político e ideológico vai se organizar no Brasil, também, sobre o modelo patriarcal, escravista e colonial de família (PRADO JÚNIOR, 2011), que, embora não seja único, como veremos com Corrêa (1993), é a forma de família dominante.

Para Fernandes (2018), a função econômica da família patriarcal se constrói a partir da necessidade de expansão do mercado europeu. Determinada também pelas normas da Igreja junto às da coroa portuguesa, essa família deveria, portanto, ter traços essenciais que

favorecessem essa condição, seguindo o modelo europeu de família patriarcal, que se caracterizava pela

[...] crença na existência de laços consanguíneos, definidos através de um antepassado comum, mítico ou real; a vigência de critérios de transmissão hereditária da posição de ‘chefe’ ou de ‘senhor’ em linha masculina, com preferência ao primogênito da esposa legal ou de uma das esposas legais; o exercício do poder senhorial através de normas estabelecidas pela tradição, independentemente de sua origem ou fundamento religioso; o princípio de unidade econômica e política dos componentes da unidade familiar, sob a liderança do ‘senhor’; a comunhão religiosa; e o princípio de solidariedade no grupo de parentes, em todas as ações ou situações em que estes ou seus apaniguados ou subordinados se envolvessem como e enquanto membros ou representantes de uma unidade familiar. (FERNANDES, 2018, p. 61, grifos do autor).

Quando atracaram na Bahia em 1500, os portugueses encontraram uma terra habitada por povos de diversas culturas e muito diferentes da europeia, especialmente no que se refere às formas de conjugalidade e de desenvolvimento de relações sexuais (FREYRE, 2006). Autores como Freyre (2006) e Ribeiro (2015) identificaram entre as culturas indígenas as relações que podiam ser não monogâmicas. Para os autores, o casamento moldado por essa cultura permitiu aos colonizadores relacionarem-se sexualmente com diversas mulheres indígenas, o que teria dado início ao processo de miscigenação, do qual nasceram filhos que, para algumas culturas, não podiam ser considerados pertencentes ao grupo indígena, pois, sem a descendência paterna não seriam reconhecidos como tal, e nem europeus, pois não vieram de lá. (RIBEIRO, 2015; FREYRE, 2006).

Esta não seria a concepção de todas as culturas indígenas, mas o fato é que nascia nesta terra um povo miscigenado e com raízes culturais bastante diversas, desde a língua, alimentação, vestimenta até formas de se compreender a família. Dessa junção, novas formas de se constituir e se subjetivar surgiriam.

A mulher indígena que Freyre (2006) descreve como tendo a sexualidade livre estará na base da família brasileira. Além de gerar filhos dos colonizadores, contribuiu para a formação econômica com sua força de trabalho, reprodução e com seus conhecimentos sobre a terra, natureza e língua. Ela é inserida na vida dos colonizadores como esposa, concubina, mãe de família, ama de leite, cozinheira e para atividades sexuais. (FREYRE, 2006). Dessa forma, as relações entre colonizadores e mulheres indígenas teriam também um grande valor comercial, pois, cada europeu podia fazer muitos casamentos e, assim, estabelecer relações comerciais com muitos novos parentes, ao que Ribeiro (2015) chamou de cunhadismo.

O plano de expansão português para estabelecer uma estrutura econômica de monocultura latifundiária dependia, entre outras coisas, do povoamento e da força de trabalho.

A tentativa de escravização do indígena predominou no primeiro século, mas não foi tão bem-sucedida como esperavam. Isso aconteceu mesmo com a vinda dos jesuítas, que tinham uma missão: expandir a moral religiosa, muito favorável ao patriarcalismo e organização político-econômica da Europa. A missão jesuíta, embora se apresentasse como uma forma de tutela ao indígena, faz um esforço para eliminar a sua cultura, especialmente naquilo que estava relacionado aos conceitos de família e casamentos não-monogâmicos. Sob a justificativa de sociedade mais evoluída, essa moral religiosa deveria prevalecer para que o plano econômico europeu fosse bem-sucedido, pois isso garantiria subordinação do indígena. (RIBEIRO, 2015). Apesar da intensa tentativa de catequização, os jesuítas solicitaram a vinda de mulheres europeias não para conquistas territoriais, mas para se casarem e procriarem. Conforme explica Ribeiro (2015),

[...] os jesuítas, preocupados com tamanha pouca-vergonha, deram para pedir socorro do reino. Queriam mulheres de toda a qualidade, até meretrizes, porque ‘há aqui várias qualidades de homens [...] e deste modo se evitarão pecados e aumentará a população no serviço de Deus’ (carta de 1550 in Nóbrega 1955:79-80). Queriam, sobretudo, as órfãs del-rei, que se casariam, aqui, com os bons e os ricos. Poucas conseguiram. (p. 69, grifos do autor).

Isso elimina a posse das mulheres indígenas pelos portugueses e no século XVIII, passam a proibir a escravização dos índios no Brasil. A escassez de trabalhadores para a lavoura dá início em 1539 ao período da escravidão dos povos africanos. Segundo Albuquerque (2006), foram aproximadamente 11 milhões de pessoas trazidas de vários países da África para a América, entre os quais 4 milhões para o Brasil. O tráfico para escravidão representava uma nova fase, na qual o trabalho extenuante de muitas pessoas era uma atividade altamente lucrativa e gerou grande acúmulo de riquezas para aristocracia e para os países colonizadores. Essa ordem social cria condições objetivas para construção do casamento no país. (ALBUQUERQUE, 2006).

Assim, além da família indígena, o Brasil colonial escravista era composto pela família aristocrática e pela família de pessoas escravizadas que estaria ligada à primeira e pela família do brasileiro filho da miscigenação entre as raças. Freyre (2006) reconhece que a formação social dessa família brasileira constituirá a estrutura do Estado a partir do modelo patriarcal que não se restringiria ao engenho, mas se torna base na estrutura dominante ideológica, muito embora não contemplasse as diversas formas de família existentes.

A família aristocrática patriarcal se formava da negociação entre famílias ou por membros da mesma para realização de casamentos que, segundo Costa (1989), ocorriam especialmente com a finalidade de se estabelecer relações comerciais e, por conseguinte,

manter as riquezas entre membros da mesma classe. Era uma decisão, muitas vezes, unilateral para extensão de laços comerciais. Poderia, inclusive, acontecer de maneira endogâmica (consanguínea) com o objetivo de proteger os bens e mantê-los na família. Del Priori (2014) confirma que a preferência por casamentos endogâmicos seria uma forma de aumentar a influência e o patrimônio da família com o aumento de terras, pessoas escravizadas e bens.

A própria existência de conventos e recolhimentos demonstra que havia um controle social prevalecendo sobre determinações biológicas, pelo menos no caso das mulheres: na ausência de pretendentes adequados, as filhas dos senhores eram antes enclausuradas do que dadas em casamento a membros de outras classes sociais. Isso implica reconhecer que os membros das classes dominantes, apesar de sua cordialidade em relação aos dominados, eram muito ciosos de sua descendência legal, pelo menos a partir de um determinado momento. (CORRÊA, 1993, p. 13).

Era comum que as esposas tivessem entre 12 e 15 anos. Elas, algumas vezes, não sobreviveriam ao parto ou aos sucessivos partos, de forma que, frequentemente, não envelheciam, tornando possível que esse senhor casasse diversas vezes tendo filhos com várias esposas ao longo da vida. (FREYRE, 2006; COSTA, 1989).

Costa (1989) afirma que era necessário manter a dependência jurídica, afetiva, religiosa e moral dessa mulher, mantendo-a isolada, a fim de que, quando casadas, não cometessem adultério e, quando solteiras, não se casassem com pessoas de outra classe. Primeiro tuteladas pelo pai e depois pelo marido, essas mulheres, conforme Del Priori (2014), eram tratadas legalmente como incapazes e só poderiam sair de casa para três coisas: “batizar, ser enterrada ou se casar” (DEL PRIORI, 2014, p. 12), pois sair de casa, na cultura em questão, significaria perder a honra. No entanto, Corrêa (1993) aponta que a situação da mulher na família aristocrática, embora ainda fosse de inferioridade em relação ao homem, era privilegiada em relação às mulheres das outras classes. (CORRÊA, 1993).

Segundo Costa (1989), a função primordial dessa mulher seria favorecer o enriquecimento, de forma que, ao se casarem na mesma classe social, promoviam alianças econômicas para acúmulo e circulação de bens, porém, sem se apropriar. As heranças deveriam ser transmitidas para os filhos homens, logo, as mulheres deveriam gerar herdeiros legítimos que seriam os futuros administradores dos bens.

Ao lado da Casa Grande, há a formação de uma família diversa. Muitas das pessoas escravizadas, na chegada ao Brasil, eram separadas de seus grupos linguísticos e culturais. Embora buscassem se casar com pessoas da mesma etnia, muitas vezes não era possível, mas isso não impedia a formação de laços familiares e a preservação de heranças culturais africanas. Ao contrário, seria também uma forma de resistência ao poder senhorial, na medida em que

formava comunidades familiares com laços de solidariedade que buscavam certa autonomia. (SLENES, 1999; FREYRE, 2006; ALBUQUERQUE, 2006).

Além do descrito acima, outras condições desfavoráveis se apresentavam para que eles pudessem constituir uma família. Por terem chegado ao Brasil na condição de escravos, podiam ser separados em razão de sua venda ou realocação; além do fato de terem sido trazidos mais homens do que mulheres, tornando mais difícil os arranjos familiares. Contudo, as pessoas escravizadas construíam relações conjugais estáveis e formavam extensas redes de parentesco, não necessariamente consanguíneo. (ALBUQUERQUE, 2006).

A família poderia ser considerada um fator de proteção na sobrevivência da pessoa escravizada, pois possibilita a utilização de um espaço próprio para plantio. Também poderiam refazer laços de afinidade étnica e culturais perdidos com o tráfico humano. As relações familiares eram estendidas de forma que os padrinhos poderiam ser aqueles que comprariam a alforria dos filhos. Em muitos casos, era o senhor quem determinava se poderia casar-se e com quem. (ALBUQUERQUE, 2006).

Segundo Campos e Merlo (2005), a Igreja estendia às pessoas escravizadas o sacramento matrimonial para constituição de família e determinava que o senhor não poderia impedir que o casamento acontecesse. Entretanto, exigia que o casamento deveria ocorrer com uma cerimônia, evento que gerava um alto endividamento com o senhor. Portanto, poucos casamentos eram legalizados, conforme explica Del Priori (2014).

Fora dos latifúndios, uma rede de relações familiares vai se constituir junto ao processo de urbanização. “A família patriarcal não pode ser vista como única forma de organização familiar do Brasil colonial”. (CORRÊA, 1993, p. 13). Corrêa (1993) faz uma discussão sobre a história da família, que tem como ponto de partida o modelo da família patriarcal. Este, embora seja o padrão dominante no período colonial, não pode ser tomado como único, pois significaria excluir das relações humanas variados determinantes culturais, econômicos-sociais. Para ela, “seria necessário analisar com cuidado as intrincadas maneiras pelas quais as formas econômicas, sociais e políticas se articulam entre si – nas diferentes áreas de ocupações da sociedade brasileira – antes de decidir pela dominação de um determinado modelo familiar.” (CORRÊA, 1993, p. 14).

O questionamento importante sobre o modelo patriarcal de família que a autora faz é se esse é o “modo cotidiano de viver a organização familiar no Brasil colonial, compartilhado pela maioria da população ou o modelo ideal dominante vencedor sobre várias alternativas?” (CORRÊA, 1993, p. 7). A autora supracitada explica que a distribuição do trabalho agrário e o controle dos lucros seriam muito mais complexos do que restritos ao engenho.

Para Corrêa (1993), há uma diversidade de trabalhadores e trabalho no Brasil colonial que vai formar outra organização familiar. Agentes de fiscalização e controle a serviço da coroa portuguesa formarão os primeiros aglomerados urbanos, com comercialização de produtos de consumo e dos fabricados pelo artesão. Diferente do latifúndio e da monocultura, a diversificação de produção pecuária e agrícola, como criação de gado, agricultura do tabaco e algodão, muitas vezes, exigia poucos trabalhadores e, algumas vezes, promovia uma agricultura familiar, trabalho assalariado. Tudo isso será ao lado dos engenhos a base econômica sobre a qual o Brasil vai se constituir. Isso determinará também a diversidade de família que escapa à patriarcal. (CORRÊA, 1993).

Ao mesmo tempo em que as regras religiosas sobre o casamento são abrandadas, a igreja exerce forte controle no sentido de implantar uma moral que atendesse aos seus interesses, que ora coadunavam com a coroa, ora fazia oposição a esta.

No engenho ou fora dela, os aspectos econômicos são determinantes constituintes na formação da família. Embora as mudanças na estrutura econômica e social sejam acompanhadas de mudanças nos modelos de família, com a diversificação da economia no Brasil que se urbanizava, o modelo patriarcal prevalecia também nas cidades. Fernandes (2018) defende que a diversificação na estrutura econômica para a mineração e a lavoura ocorreram sem grandes mudanças na estrutura social, já que essas transformações aconteceram sem colocar em risco a organização social baseada em posse de escravos e exploração territorial. (RIBEIRO, 2015; COSTA, 1989; FERNANDES, 2018; DINIZ; COELHO, 2005).

No Brasil colonial, com a chegada dos jesuítas, a Igreja passou a construir determinantes na cultura para o casamento. Como um sacramento, houve a tentativa de imposição da monogamia para os povos indígenas e a construção de regras morais estabelecidas como forma de controle do comportamento para a família brasileira que se constituía. Para as mulheres, esse controle passava também pela maternidade, de forma que seria imprescindível o casamento para que a reprodução fosse legítima e para o ato sexual, com incentivo e valorização da virgindade feminina; estabelece, também, comportamentos como recato e submissão como forma de imprimir valor à mulher. No processo de aglomeração urbana, a Igreja esteve mais próxima de maior quantidade de pessoas, podendo exercer maior influência, no entanto, entre as camadas mais populares, algumas mulheres exerciam maior liberdade sexual e para junção e dissolução conjugal. Segundo Del Priori (2014), durante esse período, a maioria das mulheres não tinha dote, o casamento oficializado era muito dispendioso e muitas pessoas se uniam em conjugalidade sem oficializar o ato. Diversos arranjos eram possíveis para essa mulher na família e no trabalho: elas podiam não se casar, casar-se e separar,

ter filhos e continuar vivendo com as outras mulheres da família, como a mãe e a avó, entre outras. Elas também podiam administrar os negócios e ocupar a vida pública urbana. (DEL PRIORI, 2014).

Ainda assim, a Igreja pretendia regular as relações sexuais por meio de regras como: casados só poderiam ter relações sexuais de acordo com o calendário religioso; proibição de evitar filhos; punição para o adultério feminino, o que poderia levar, inclusive, à morte; o ato sexual antes do casamento era considerado pecado grave; o divórcio não era permitido pela instituição. No entanto, nada disso deixava de acontecer na dinâmica social, inclusive por fatores econômicos. (DEL PRIORI, 2014).

Assim, a Igreja era uma instituição que construía determinantes ideológicos na cultura para o casamento, que colaboraram em grande medida para o predomínio do ideal de família, sobre a qual se erguia a sociedade e o Estado, cujo valor econômico para construção de patrimônio familiar e do país ou reprodução da massa de trabalhadores se entrelaçara ao modelo de casamento.

Portanto, na gênese do casamento brasileiro, está a junção de forças das instituições Igreja, família e Estado operando em acordo com os meios de produção para transformação do país em um fornecedor internacional de riquezas colaborando com o avanço do sistema capitalista internacional. Dessa maneira, o desenvolvimento econômico e a constituição de família vão entrelaçando-se, mesmo que o modelo de casamento mediado por essas instituições seja ideológico, predominante e hegemônico, mas é um modelo que não explica a pluralidade e multiplicidade cultural do casamento para a totalidade do povo brasileiro; ao contrário, faz com que essa família patriarcal monogâmica, a qual se fará estrutura para o capitalismo, seja também um dispositivo de reprodução de classe.

2.2 O casamento na sociedade brasileira capitalista: a mediação do trabalho das mulheres

A cultura conserva as práticas e ideias de uma sociedade e o que faz a transmissão dela são as instituições sociais. A sociedade se concretiza nas instituições, que têm como função tradicional a atuação no controle, ora das transformações, ora da manutenção das práticas sociais, para reprodução da sociedade, mesmo que as instituições também possam ser revolucionárias. A prática do casamento monogâmico, que surgiu junto da propriedade privada, tem suas transformações mediadas pelas instituições: família, Estado e Igreja. No caso do Brasil, o casamento é regulado pelo Estado, por meio das leis e pela Igreja, por meio dos dogmas. Com a justificativa da moral religiosa e do instituto legal, o casamento mantém-se ao

longo da história sob controle das instituições, ainda que possa ser contraditória a elas devido à pluralidade de formas de conjugalidade na prática social.

Portanto, para avançarmos na compreensão da relação entre o casamento e as condições econômicas, é importante fazer um debate sobre as principais instituições mediadoras do casamento nas relações sociais, analisando-as do ponto de vista do materialismo histórico e dialético.

2.2.1 Instituições mediadoras na cultura do casamento: Estado, Igreja e família

A Igreja transformou o casamento em divino quando fez dele um sacramento no século XII. Tomou para si poderes para determinar a vida baseados na fé, mas não só nela, pois, como instituição mediadora nas relações humanas, foi historicamente determinante na construção dos meios de produção e para uma sociedade dividida entre exploradores e explorados, pregando a obediência e servidão. (FEDERICI, 2017).

Pode-se observar isso no movimento de caça às bruxas na Europa, que, conforme explica Federici (2017), durou dois séculos – período no qual se julgou, torturou, queimou e enforcou centenas de milhares de mulheres, especialmente as camponesas. Bruxas eram as mulheres acusadas de abrigar, por diversos motivos, o demônio, mas, em especial, o de ameaçar a estrutura de poder. Elas recebiam acusações, muitas vezes, sem relação entre ato e acontecimento, como fazer chover ou causar a morte do vizinho. No entanto, o que seria mais ameaçador era a resistência que as mulheres faziam ao impor autonomia no controle da reprodução e da capacidade de cura, ação incompatível com o capitalismo daquele momento que precisa de mão-de-obra. Por isso, a autora afirma que a caça às bruxas se torna um ponto de partida para refletir sobre o “processo de degradação social que as mulheres sofreram com a chegada do capitalismo.” (FEDERICI, 2017, p. 292).

Federici (2017) defende a tese que a perseguição às mulheres na caça às bruxas pretendia criar condições para a substituição do modo de produção feudal pelo capitalista. Poder-se-ia questionar como a Igreja Católica conseguiu realizar esse movimento de tortura e assassinato em massa de mulheres. Federici (2017) explica que a Igreja oferece o alicerce ideológico e metafísico para a perseguição, no entanto, foi na comunhão com o Estado que isso se tornou possível, pois ele criou os instrumentos oficiais para sua realização. A organização administrativa da caça às mulheres incluía imprensa, artistas, juristas, magistrados, intelectuais, filósofos e até cientistas.

Dessa forma, o movimento da Igreja na história aponta que, mais do que uma estrutura de fé que organiza a moral social, ela é parte das estruturas de poder ligadas aos meios de produção. Em conformidade com isso, ao vir para América, a Igreja usa a acusação de adoração ao demônio como instrumento para, no processo de colonização, colaborar com a prática patriarcal familiar, com a sujeição dos povos originários e com a escravidão. (FEDERICI, 2017; CAMPOS; MERLO, 2005).

Com a decadência do Período Feudal e surgimento do capitalismo, a Igreja perde a supremacia e passa a dividir a organização matrimonial com o Estado. No Brasil, era a Igreja que o celebrava e estabelecia as suas normas, até que, em 1890, ainda no Império, o Estado, por meio da promulgação do Código Civil no Brasil, fez o casamento deixar de ser uma prerrogativa apenas da Igreja. Ela passa a dividir com o Estado os trâmites matrimoniais. Esse primeiro texto jurídico traz que a mulher casada deveria ser considerada incapaz legalmente, devendo sempre receber permissão do esposo para trabalhar. Ela poderia receber herança, mas não poderia administrá-la. (DEL PRIORI, 2014; CAMPOS; MERLO, 2005).

Esse é o modelo rudimentar de Legislação que foi se modificando e especializando ao longo das transformações sociais. O Direito Civil é uma das formas do Estado regular o direito privado das relações entre as pessoas. Do Código Civil, surge o direito de família, que vai entender o casamento como uma instituição que precisa de contrato jurídico e cujo um dos objetivos é a proteção do patrimônio. Legalmente, o casamento é uma sociedade conjugal e considerado contrato econômico, devendo ser assinado na presença do representante do Estado, exatamente por se tratar de um negócio econômico. A assinatura do casamento deve ocorrer após a escolha do regime de separação de bens, que vai estabelecer as regras para divisão patrimonial no caso de dissolução do contrato conjugal. (DINIZ, 2009; GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2019).

As mudanças no Código são mais conservadoras em relação às mudanças sociais, no entanto, é sobre os valores consolidados da sociedade que estas vão erigir. Em 1916, é publicado o primeiro Código Civil do Brasil República, o qual legisla, entre outros assuntos, sobre o casamento e a família. Ele estabeleceu que família é aquela que surge do casamento; designa ao homem o lugar de chefe da sociedade conjugal com poder de administração dos bens; e à mulher é atribuída uma caracterização de relativa incapacidade, de forma que, como nos anteriores, ela poderia trabalhar somente com autorização do marido. Esse código já previa a possibilidade de separação, por desquite, mas apenas o Código Civil de 1943 permitiu à mulher casada trabalhar sem necessidade de autorização do marido. (BRASIL, 1916; DEL PRIORI, 2014).

A Constituição Federal de 1988 altera o entendimento sobre família, e passa a considerar, além da família matrimonial, aquela que surge do casamento, a convivencial, que gera a união estável, a família monoparental, aquela que é composta por um ascendente e os descendentes, e a anaparental, aquela formada sem a presença dos pais. O Código Civil de 2002 ratifica os conceitos de família trazidos pela Constituição Federal, buscando igualar os direitos e deveres entre homens e mulheres. A família não monogâmica não é reconhecida como família pelo Código Civil 2002 nem pela Constituição Federal de 1988, no entanto, jurisprudência recente garantiu à família paralela direitos sobre patrimônio. (BRASIL, 1988; BRASIL, 2002).

Se a Bíblia diz que a mulher deve ser submissa ao marido e este deve ser o cabeça (chefe) da casa e o Estado ratificava essa ideia o estabelecendo como administrador dos bens; ou, na forma atual, se a Bíblia traz em seu texto a proibição ao adultério e o Código Civil traz o princípio da fidelidade como parte do casamento, é compreensível que até pouco tempo atrás o adultério fosse tipificado como crime e a bigamia ainda o seja. Também houve, em outros momentos, a ação da Igreja para construir novos valores, tais como a proibição de se evitar ter filhos em um período no qual era preciso força de trabalho e a regulação do Estado, que por um período, restringiu a mulher casada de exercer trabalho sem a permissão do marido. Assim, podemos perceber que os valores religiosos se entrelaçam aos ditames legais do Estado, organizando a sociedade com regras que expressam esses valores que subjazem a estrutura de poder. (BRASIL, 1940; BRASIL, 2002; BÍBLIA, 2000).

Pela Constituição de 1988, o Estado é laico e, como tal, não pode estabelecer uma religião oficial para o país e deve garantir a liberdade de crença. (BRASIL, 1988). Porém, a maioria da população brasileira se autodenomina cristã e torna os princípios do cristianismo sobre o casamento preponderantes, o que influenciou no conjunto legal estatal, ainda que o Estado devesse zelar pela laicidade na sociedade. (BRASIL, 2010). Assim, como é possível perceber, ocorreram mudanças sociais e alterações importantes na lei, no entanto, prevalece nas instituições família, Estado e Igreja o poder de mediar a cultura que forma um enlace entre matrimônio e patrimônio.

2.2.2 O patrimônio das mulheres e o matrimônio dos homens - o trabalho feminino

Por que falar de trabalho feminino numa pesquisa sobre casamento e capitalismo? Partimos da concepção de que “o trabalho marcou a gênese do ser social” (LESSA, 2012, p. 15), pois foi pela atividade na transformação da natureza que o ser humano desenvolveu as

funções psicológicas que permitem a construção da consciência dos aspectos da vida material. Dessa maneira, o trabalho permite conhecer o mundo.

Com tal orientação, compreendemos até aqui como ocorreram os entrelaçamentos históricos e sociais entre o matrimônio e a propriedade privada, desde a origem da monogamia. Refletimos também sobre como as instituições mediadoras família, Igreja e Estado atuaram para manterem as práticas ou promoverem transformações nas relações matrimoniais para alinhá-las às políticas econômicas. Nessa discussão, foi possível reconhecer como as condições apresentadas na cultura por meio da família ou do Estado tornaram-se os determinantes nas práticas sociais para reprodução do casamento.

Porém, o trabalho também é determinante da cultura, pois vai direcionar para a utilização de instrumentos na modificação da natureza e, portanto, como os sujeitos devem proceder nas relações sociais. Isso porque reconhecemos como trabalho a aplicação da força humana direcionada a uma finalidade, como explicou Marx (2011b):

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. (MARX, 2011b, p. 326-327).

É, dessa maneira, que o trabalho, enquanto atividade sócio historicamente transformada, veio constituindo as subjetividades e as características psicológicas das pessoas nas sociedades, bem como determinando os processos das suas consciências. (LEÃO *et al.*, 2006).

Sendo assim, compreendemos que há um vínculo entre o trabalho feminino e o casamento relacionado ao modo de produção existente na sociedade e às estruturas de poder que o sustentam desde o século XIX.

Embora a divisão sexual do trabalho não surja com o capitalismo, é nele que as desigualdades em condições objetivas se aprofundam. Marx e Engels (2007) afirmam que:

[...] com a divisão do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem. (MARX; ENGELS, 2007, p. 36).

Não obstante o capitalismo proponha a liberdade para autorrealização por meio da produção da própria riqueza, a realidade objetiva que se apresenta é que, no capitalismo, a classe trabalhadora sofre um processo de superexploração, decorrente do aumento de jornada de trabalho e da redução salarial, que produzem mais valia. Os excedentes se tornam a riqueza do capitalista e, assim, “o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz” (MARX, 2004, p. 111), de forma que, a exploração de uma classe pela outra pressupõe uma liberdade que é ilusão, pois é uma condição que, na sociedade competitiva, não se efetiva para a maioria, pois as oportunidades sociais não são equivalentes para todos. (MARX, 2004; FERNANDES, 2013; MARINI, 2005; PRADO JÚNIOR, 2011; SAFFIOTI, 2013).

Nesse sentido, tanto homem quanto mulher tem a apropriação do seu trabalho, no entanto, o trabalho da mulher, no processo de individualização e competitividade, encontra desvantagens sociais e históricas que vão desde a subvalorização das suas capacidades até a superexploração da sua força de trabalho e, dessa forma, sofre mais diretamente os efeitos da apropriação do seu trabalho. Se, por um lado, há a recuperação da tradição do papel social da mulher para justificar a sua marginalização no mundo do trabalho, por outro, há o acúmulo de atividades remuneradas ou não remuneradas necessárias para a reprodução da vida. (SAFFIOTI, 2013). Qual seria, então, o lugar da mulher na economia capitalista?

Marx e Engels (1971) afirmam que o “processo de produção capitalista não é só uma produção de mercadorias. É um processo que absorve trabalho não remunerado e transforma os meios de produção em meios de absorção de trabalho não pago” (MARX; ENGELS, 1971, p.75). Diante disso, Federici defende que há uma relação entre a ausência de salário para o trabalho exercido pelas mulheres para reprodução da vida e a manutenção do capitalismo. A autora afirma que “o trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos pilares da produção capitalista.” (FEDERICI, 2017, p. 12). Isso acontece porque esse é um trabalho necessário, porém considerado não trabalho. Então, a “nossa subordinação aos homens no capitalismo foi causada por nossa não remuneração, e não pela natureza improdutiva do trabalho doméstico, e que a dominação masculina é baseada no poder que o salário confere aos homens.” (FEDERICI, 2017, p. 12).

Para Saffioti (2013), a mulher das camadas trabalhadoras sempre participou da produção de riqueza e subsistência da família, seja nos campos ou nas fábricas. No entanto, o casamento era condição necessária, pois, historicamente, devido a incapacidade civil, tornava-se dependente do marido na vida privada, pública, social e econômica. Segundo a autora, o casamento e a maternidade são tratados como missões naturais da mulher e não como determinações culturais e isso criou uma especialização que a destina às ocupações subalternas,

nas quais o empregador justifica os baixos salários pela própria condição de ser mulher. Assim, a desigualdade entre homens e mulheres não cessa de ser construída, uma vez que “a desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos nas tramas sociais.” (SAFFIOTI, 2015, p.75).

Conforme Maia e Moreira (2020), a realidade das mulheres no trabalho no Brasil, hoje, é que elas dedicam praticamente 30% de horas a mais que os homens para o trabalho doméstico; a remuneração delas é cerca de $\frac{3}{4}$ do salário do homem; e há uma dificuldade maior em serem empregadas e, quando são, têm dificuldade de se manterem no trabalho devido à maternidade. As autoras apontam que os estudos evidenciaram que 42% das mulheres sentem medo de perder o emprego se engravidarem. Ou seja, mesmo atualmente, as desvantagens históricas que marginalizaram a mulher no mundo do trabalho, embora tenham se transformado, estão presentes de diversas formas na atualidade da sociedade de classes. (MAIA; MOREIRA, 2020).

Simone de Beauvoir (2016) e Virginia Woolf (2019), refletindo sobre a mulher de seu tempo, afirmam que a autonomia financeira representaria também a autonomia da mulher em relação ao casamento. Porém, Beauvoir compreendeu que seria necessário mais do que isso. Ela escreveu:

Mas bastará mudar as leis, as instituições, os costumes, a opinião pública, todo contexto social para que homens e mulheres se tornem semelhantes? ‘as mulheres serão sempre mulheres’, dizem os céticos; e outros videntes profetizam que, despojando-as de sua feminilidade, elas não conseguirão transformar-se em homens e se tornarão monstros. Isso é admitir que a mulher de hoje é uma criação da natureza; cumpre repetir mais uma vez que nada é natural na coletividade humana e que, entre outras coisas, a mulher é um produto elaborado pela civilização; [...] Por certo não se deve crer que baste modificar-lhe a situação econômica para que a mulher se transforme: esse fator foi e permanece o fator primordial de sua evolução; mas enquanto não tiver acarretado as consequências morais, sociais, culturais etc. que anuncia e exige, a nova mulher não poderá surgir. (BEAUVOIR, 2016, p. 550 -551).

Dos tempos de Beauvoir aos dias de hoje, leis, costumes e contextos sociais mudaram. Muitas mulheres conquistaram espaços antes restritos aos homens; conseguiram a autonomia financeira e administração da própria vida – para as mulheres que conquistaram a autodeterminação para o trabalho –, lograram pelo menos a possibilidade de ter ocupações no trabalho antes restritas ao masculino etc. Lutam, ainda, por igualdade de oportunidades e salários, buscam também compartilhar do trabalho reprodutivo e uma transformação na cultura que possibilite uma mudança social ampla em relação à divisão sexual do trabalho.

No entanto, casar e ter filhos está presente entre os planos de vida de muitas mulheres. O casamento monogâmico permanece de forma hegemônica como uma necessidade, ainda que

construída, participando de uma estrutura importante na sociedade capitalista. O casamento como instituição existe para atender as necessidades da sociedade que o inventou para reproduzir, conservar ou para ampliação da força de trabalho. Os processos de consciência sobre o matrimônio e patrimônio devem, portanto, ter em consideração que são desenvolvidos a partir das condições materiais existentes para o trabalho feminino diante da história das mulheres que vai constituir suas subjetividades.

2.3 Educação e arte: mediadores necessários para os processos de consciência sobre as necessidades que motivam o casamento

Compreendemos que, entre outros, assim como as tecnologias sociais, sobre as quais não nos aprofundaremos, os institutos da arte e da educação podem ser tanto mediadores para os processos de consciência e transformação social, como para manutenção da estrutura, oferecendo condições materiais para construção de um fenômeno. Para Vigotsky (2004), a educação é uma das principais instituições que estabelece uma forma organizada, a partir da qual a sociedade age sobre os indivíduos. Mas ela é, também, mediadora possível nos processos de consciência para a transformação da sociedade. Já a arte é o produto de um período histórico, que, para Marx e Engels (1971), pode reproduzir os elementos ideológicos da classe dominante, seja operando na transformação da sociedade ao desvelar a essência dos fenômenos, seja operando como estrutura para preservação dos meios de produção. A educação, como a arte, seriam, portanto, possibilidades para promoção de processos de consciência.

Segundo Vigotsky (1999), a arte é uma forma de linguagem histórica e social, que está em relação com a realidade objetiva, porque ela possibilita apreender a realidade, já que, ao significá-la, traz a representação da consciência. Para o autor, a arte é, também, um produto cultural mediador nas relações humanas. Dessa forma, ela permite reconhecer e compreender como determinados fenômenos sociais, como o casamento, estruturam-se na sociedade, pois, não só apresenta a realidade, mas também a modifica. Dessa maneira, a arte atua, ora mediando para manutenção de um modelo de matrimônio na sociedade, ora para transformação dele; ora para consciência dos seus determinantes, ora para inconsciência deles.

Para Marx e Engels (1971), a literatura e a arte são reflexos das relações sociais. O Romantismo, por exemplo, foi um movimento que aconteceu nas artes, mas também era político e social de transformação da Europa medieval para o capitalismo europeu. Com as ideias individualizantes, que contribuíram para o fim do feudalismo, é fundado o liberalismo. No Brasil latifundiário, escravista e de economia de exportação, o movimento é parte da

transformação histórica que ajuda a destruir o modelo de casamento eminentemente político para construir o modelo liberal. (BOSI, 2017). Nessa perspectiva, o amor pode ser um elemento importante da cultura para mediação do casamento. A história do casamento registrada pela arte não está dissociada do contexto político e econômico, nem dos modos de produção da sociedade em que é construída.

Se, historicamente, o casamento foi um produto de formação de aliança econômica e política abrigado na instituição familiar, o amor, que surge na literatura, à margem do casamento, no capitalismo, passa a integrar a motivação que faz na união conjugal uma necessidade. A transformação desse casamento, de base econômica para a afinidade, é exibida nas artes: literatura, cinema, música e artes visuais. Assim, das condições determinantes pela cultura, a arte é uma das instituições disponíveis para sua consolidação. A arte representa o casamento, ora contestando, ora questionando o fenômeno; por vezes se unindo aos ideais religiosos e do Estado, por vezes expondo para além da aparência.

Na literatura, Marx e Engels (1971) vão notabilizar o surgimento do amor dos trovadores da Idade Média, como amor sexual, que se dava na forma de adultério. Já em 1591, William Shakespeare (2000) publicou o texto clássico: *Romeu e Julieta*, uma história sobre o amor que não se pode consumir em casamento quando não é construído pela aliança entre famílias. Nessa tragédia, o escritor evidencia o contexto social de sua época, mas também o questiona. O amor vai surgindo como necessidade e condição para o casamento, junto a outros elementos.

Com *Madame Bovary*, publicado em 1856, durante o realismo francês, Gustave Flaubert (1998) vai contar a história de Emma, uma mulher que apresenta os antagonismos entre a vontade de viver o amor dos romances que lê e o casamento da sua experiência real. Emma casa-se com Charles, escolhido por seu futuro promissor como oficial da saúde. Espera encontrar no casamento a felicidade e o amor. Depara-se com uma realidade tediosa e frustrante tanto no casamento quanto na maternidade. Estabelece relacionamentos amorosos fora do casamento. Ao final, quando morre voluntariamente, o marido a sepulta com seu vestido de noiva, o que parece bastante simbólico no livro de Flaubert. O texto que expõe os valores morais burgueses e patriarcais de sua época, expondo a influência da literatura na ideia de casamento por amor, mas evidenciando a questão patrimonial por trás da aparência. Com a morte de Emma, o autor sepulta também o casamento.

A vida da personagem Emma se parece com a descrição que Simone de Beauvoir (2016) expõe, em 1949, sobre o casamento que, até então, é muito diferente para homens e mulheres, para elas, o casamento seria uma forma de sobreviver. Sua existência justificar-se-ia na

prestação de um serviço sexual e de reprodução, pois, ainda que a mulher tenha posses, o marido torna-se o administrador do seu dinheiro, sexualidade, fidelidade. Ela questiona ainda a ideia de amor e casamento, entendendo que um nada tem a ver com o outro. Ela afirma que “reconciliar o casamento com o amor é uma tal façanha que se faz preciso nada menos que uma invenção divina para consegui-lo.” (BEAUVOIR, 2016, p. 202-203).

Uma vasta produção literária e cinematográfica vai reproduzir as questões matrimoniais: como Jane Austen, que no conjunto da sua obra vai tratar de questões que relacionam o amor, patrimônio e matrimônio; Marguerite Duras sobre amor e adultério em *Amante*; Gabriel Garcia Márquez possibilita a reflexão sobre as práticas de amor dentro e fora do casamento, em *Amor nos tempos do cólera*; no Brasil, destacamos Nelson Rodrigues, que faz das comédias da vida privada uma denúncia da distância entre a moral ideal da cultura e a real nas relações humanas.

No cinema, tanto para o público infantil, adolescente ou adulto, as relações amorosas e o casamento são temas bastante encontrados. Ao mesmo tempo em que há filmes como *A Pequena Sereia*, no qual a personagem da sereia opta por perder para ser a esposa de alguém; ou a categoria das comédias românticas que apresentam relações permeadas de identificação e romance cujo o objetivo é que sejam felizes juntos ao final; há também aqueles que retratam outra versão de amor e casamento, como o filme: *História de um casamento* (2019), dirigido por Noah Baumbach, que a partir do fim de um casamento, traz as nuances sobre a disputa de bens e guarda do filho. É possível identificar as questões: patrimônio, trabalho, maternidade e paternidade, amor e casamento relacionados.

Podemos, então, refletir sobre o porquê nos casamos e o porquê permanecemos casados na sociedade capitalista, a fim de entender quais são os mediadores culturais que motivam a ação e reconhecer as necessidades que nos afetam nessa decisão. Não sabemos se Beauvoir (2016) estava certa ao dizer que “não são os indivíduos os responsáveis pelo fracasso do casamento: é [...] a própria instituição, desde a origem, pervertida.” (BEAUVOIR, 2016, p. 273), mas ao compreender os mediadores culturais, é possível ampliar a consciência sobre o casamento e a decisão sobre ele.

3. A CONSCIÊNCIA, OS SENTIDOS, OS SIGNIFICADOS NA TEORIA PSICOLÓGICA SÓCIO-HISTÓRICA

Esta pesquisa é embasada na teoria psicológica sócio-histórica, na qual nos fundamentamos para analisar e explicar a psicodinâmica da consciência, seus sistemas e funções. Nossa opção por ela deve-se às suas fundamentações na filosofia, sociologia e ciência política estarem pautadas no materialismo histórico e dialético, cuja principal explicação oferecida, que influenciou a psicologia científica, foi o reconhecimento de que o ser humano é constituído social, histórico e culturalmente.

Tal determinação decorreu da mediação de Lenin (1870-1924), que conheceu os trabalhos de Marx enquanto esteve exilado na Alemanha e se embasou neles para orientar o novo modelo social que visava construir após a Revolução na Rússia. Quando, em 1917, a Revolução Russa ocorreu e estabeleceu o socialismo como etapa de transição para o comunismo, esse movimento político teve como objetivo trazer mudanças na estrutura social, de forma que modificasse, inclusive, o modo de se fazer ciência. Isso se deu porque, na Alemanha, as análises de Marx e Engels sobre o capitalismo e a proposição do socialismo, desenvolvidas na Inglaterra, já eram amplamente conhecidas. Então, com a eclosão do movimento dos operários e camponeses para a Revolução na Rússia, a tentativa de reconstruírem sua sociedade sobre uma estrutura política e social diferente apoiou-se no uso do método materialista histórico e dialético para investigar a sociedade.

Esse contexto possibilitou que o materialismo histórico e dialético, o qual se concretizou por meio das pesquisas do pesquisador russo Lev Semionovich Vygotsky, quem nasceu em 1896 e viveu até os 37 anos de idade, pudesse estabelecer-se como método científico também na psicologia. Nesse pouco tempo de vida, dedicou-se a desenvolver uma teoria psicológica com pressupostos da filosofia e do método marxista: o materialismo histórico e dialético. Foi a ênfase na materialidade das condições sociais como a gênese da constituição do psiquismo que deu a essa psicologia científica a denominação de psicologia sócio-histórica ou histórico-cultural. Aqui, adotaremos a primeira.

A partir dela, pôde-se vencer a visão dualista sobre o ser humano, explicado, até então, como um ser formado por um corpo e uma mente, cujas origens e desenvolvimento transcorreriam separadamente e sem explicações consistentes sobre como se mantinham unidos. Com a dialética materialista histórica entendeu-se que, apesar de terem gêneses diferentes, há unidade no desenvolvimento fisiológico e nas funções psíquicas superiores

humanas, ainda que o processo de suas formações tenha uma dupla história: sendo uma herdada da filogênese e a segunda constituída pela vida social e cultural.

A hereditariedade nos transmite as Funções Psíquicas Básicas, aquelas que nos possibilitam a adaptação biofisiológica ao meio e, por isso, são incapazes de nos orientarem nas sociedades complexas. Diferentemente, as Funções Psicológicas Superiores, que nos caracterizam como sujeitos históricos, aptos a viver em qualquer sociedade, decorrem das relações sociais que cada um estabelece durante as suas atividades na ontogênese e sociogênese. Isso significa que as Funções Psicológicas Superiores são constituídas pela cultura das sociedades e os seus desenvolvimentos promovem a formação da consciência, um processo mediado pela atividade e pela linguagem. (VYGOTSKY, 1995).

As contribuições de Vygotsky para a ciência psicológica foram essenciais, pois sua proposta era de superar as formas de se construir psicologia que existiam. Sua pesquisa foi desenvolvida numa Rússia que oferecia incentivos importantes à pesquisa. Segundo Toassa (2006), Vygotsky, então, publica o texto *O significado histórico da crise na psicologia*, em que analisa as teorias existentes na psicologia do seu tempo e apresenta sua proposta (TOASSA, 2006).

Vygotsky (1991) concluiu que a crise no pensamento psicológico decorria da diversidade de métodos utilizados e indicou que a psicologia precisava de um método que possibilitasse dar coerência ao conhecimento já produzido na área de maneira que fosse possível analisar dados heterogêneos, sistematizar leis dispersas, interpretar e comprovar resultados, apurar métodos e conceitos e estabelecer princípios. As abordagens psicológicas vigentes à época lhe pareciam tatear partes do ser humano, formando um grupo de psicologias específicas, enquanto seria necessário que uma psicologia geral resolvesse o problema do método. Vygotsky entendia que o método marxista poderia ser desenvolvido e aplicado à ciência psicológica para compreensão do sujeito humano. (VYGOTSKY, 1991).

Dentro da sua proposta, a abordagem teórico-metodológica possibilita que a explicação da realidade parta da realidade objetiva e não de uma abstração. Assim, enquanto a sociologia ocupa-se da sociedade, a psicologia deveria desenvolver-se a partir do sujeito, compreendido como um ser histórico, pois, ao nascer, por meio da relação com outros sujeitos, adquire do outro a cultura e a história que o antecedeu enquanto ser ativo, que constrói a história, transforma a sociedade e é transformado pela sua atividade, por meio dos mediadores da cultura. Portanto, a ontologia do sujeito é a de ser social, herdando os aspectos filogenéticos da espécie que lhe servem de aparato biológico para apreender as determinações sociais que lhe dão humanidade. (VYGOTSKY, 1991).

Para Vygotsky (1991), o método do materialismo histórico e dialético não deveria ser simplesmente apropriado pela psicologia, mas ser o fundamento para o desenvolvimento de uma nova abordagem do objeto de estudo dela. Se, para Marx e Engels, o objeto de estudo foi a sociedade, o que culminou, inevitavelmente, nos meios de produção como base para a sua constituição, a psicologia deveria investigar os sujeitos dessa sociedade. Porém, concluiu que a psicologia existente até então ocupava-se em construir teorias que tinham como objeto aspectos parciais do sujeito, como o comportamento, o inconsciente ou as percepções humanas. Para Vygotsky (1991), esses objetos de estudo diferentes resultaram em ciências diferentes, que não se integravam para oferecer uma explicação do sujeito real. Os limites e as contribuições de cada abordagem estavam apresentados, sendo necessário, então, que um método pudesse formar a Psicologia Geral.

A Psicologia Geral, cuja elaboração foi iniciada por Vigotsky, tem como objeto a consciência, ou seja, a instância psíquica por meio da qual o sujeito representa o mundo e opera para planejar as suas atividades na realidade material e subjetiva. Portanto, a consciência é entendida como a propriedade psíquica que integra o homem e a sociedade e permite a análise do sujeito como um todo. Com a compreensão de que a consciência dos sujeitos de uma sociedade constitui-se sobre as bases culturais de seu tempo histórico, segundo Vygotsky (1991), é necessário, para a compreensão dos sujeitos, investigar os movimentos da história que os constituíram, partindo do tempo presente, para reconstruir a trajetória histórica desde a gênese de dado fenômeno e, então, refazer a trajetória de como se constituiu a consciência dos sujeitos e o que determina as suas atividades. Esses processos exigem o conhecimento dos elementos da infra e da superestrutura social, que sustentam, mantêm ou transformam certo fenômeno que fará parte das consciências (VYGOTSKY, 1991).

Para Vygotsky (1995), é na trajetória histórica das transformações sociais que a psicologia deve buscar as leis específicas da formação das funções psíquicas superiores, que resultam da interiorização dos processos sociais para o desenvolvimento psicológico, dados na apropriação da cultura, determinados pela atividade produtiva e difusão da ideologia. Isso implica dizer que a natureza da cultura é histórica e, assim, a naturalização de uma dada instituição social, como o matrimônio, é cultural, mas encoberta pelas camadas históricas que formam a sua estrutura.

Portanto, a teoria vigotskiana permite compreender como algo com existência material passa a fazer parte da consciência dos sujeitos. Se, para Marx e Engels, a atividade é a ontologia do ser humano social, para Vygotsky, esta atividade de transformação que o humano promove na natureza exige mediadores, os quais são os promotores do desenvolvimento da consciência

dos sujeitos. Portanto, para analisar a consciência, o objeto da psicologia, é necessário entender os seus mediadores subjetivos e objetivos. (LEÃO, 2007; NETTO, 1994; TOASSA, 2006).

Isso se dá porque é na relação com o meio social que o sujeito se apropria da cultura e se insere na história, produzindo e reproduzindo-a. Dessa forma, é a sua atividade que coloca o sujeito humano em relação com o mundo. Assim, a atividade possibilita o desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores, pois vai permitir o desenvolvimento da cultura, que faz o salto dos processos básicos para os superiores, como processos de pensamento e linguagem (LEÃO *et al.*, 2006; VYGOTSKY, 1991, 1995).

Como a sobrevivência de um indivíduo da espécie *homo sapiens* depende das relações sociais desde o instante do nascimento, é no meio social que o indivíduo se torna sujeito humano. Ao ser cuidado, esse sujeito vai adquirindo a linguagem, o que lhe permite representar o mundo material. Assim, ao afetar o sujeito, o mundo é interiorizado por ele, o que possibilita não só que ele interiorize o que está posto no mundo, mas o que há para ser transformado e transformá-lo (VYGOTSKY, 2001).

Portanto, para a teoria psicológica sócio-histórica, a atividade é a gênese da linguagem. Para a sobrevivência da espécie humana foi imprescindível que os indivíduos se compreendessem. Como a linguagem possibilita o compartilhamento de significados e representações do mundo, permite, entre outras coisas, o trabalho eficiente, o registro e a preservação da história. A linguagem torna-se, então, um instrumento cultural e, além disso, é por meio dela, que vai ser possível o aperfeiçoamento do pensamento (VYGOTSKY, 2001).

A representação permite planejar e organizar ações que são possibilitadas pelos signos criados culturalmente. Por isso, Vygotsky (2001) tomou a língua própria de cada grupo social como a principal mediadora das relações sociais, bem como demonstrou que a apropriação e desenvolvimento das linguagens e do pensamento decorrem do interpsicológico para o intrapsicológico, ou seja, é na relação com outros sujeitos que se adquire a linguagem e o pensamento. Portanto, linguagem e pensamento derivam das necessidades do grupo social em que o sujeito se desenvolve. O pensamento depende da interiorização da linguagem, que é, também, o instrumento para se ter consciência de algo. Tudo que é interiorizado, tudo que é intrapsicológico, vem da cultura, do interpsicológico. Por isso, é necessário considerar que a organização do pensamento e da consciência é construída no meio social (LEÃO, 2007; VYGOTSKY, 1991).

Isso acontece porque a interiorização de uma língua traz a apreensão dos significados das palavras, o que possibilita o compartilhamento de conceitos e estabelece a comunicação, o pensamento e a consciência. A palavra é o símbolo que mantém a correlação com o objeto e a

representação material dele, fazendo-o presente. Para Vygotski (2001), “cada palavra é o microcosmo da consciência” (p. 233) e a linguagem é condição para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Dessa forma, os processos básicos, como sensação, memória, atenção e percepção, se tornam funções psicológicas superiores, na medida em que a cultura os desenvolve. Embora precise do corpo para ocorrer, essa transformação não é um processo biológico natural, pois trata-se de mudanças em processos da filogênese que só ocorrem na sociogênese. É imprescindível que as relações sociais criem a necessidade, que vai afetar o sujeito pela sensação e percepção, submetendo-o às necessidades culturais, as quais orientam a atenção a determinados estímulos e formam a motivação, que é social. O trabalho humano é orientado por essas necessidades (VYGOTSKY, 1995).

Por isso, entende-se que as emoções são motivações. Ao ser afetado pelos estímulos sociais, o sujeito sente. Essas sensações manifestam-se como alterações biofisiológicas, as quais são vivenciadas pelo sujeito como desequilíbrios biopsíquicos, que o colocam em atividade para resolver a situação. É essa atividade que promove a formação das emoções. A emoção é a nomeação de um sentimento pela cultura, ou seja, o significado social de dado fenômeno conceituado pela cultura e que oferece ao sujeito um entendimento sobre a situação em que se encontra e dirige a sua atividade. Assim, ele atribui um sentido ao evento. (VYGOTSKY, 1995).

Portanto, o processo da tomada de consciência ocorre quando uma necessidade recebe significado e sentido. O reconhecimento de uma necessidade dá origem aos processos psicológicos para o seu atendimento. Isso acontece porque é ela que promove a ação e o pensamento, pois desvela o motivo que coloca o sujeito em movimento. Embora derive da sociedade, é o sujeito quem vai entrar em atividade para suprir a sua necessidade. Quando a necessidade coincide com um conceito já internalizado, ela é reconhecida pelo sujeito, que pode utilizar processos de atividades já construídos para a solução.

Os processos subjetivos, que se constituíram a partir dos processos básicos e da linguagem com significado e sentido, elaboram as Funções Psicológicas Superiores, que permanecem disponíveis e permitem que o sujeito organize a sua relação com o mundo material e social. Isso significa que a atividade do sujeito na realidade objetiva se apoia, também, nos processos já construídos com as representações dos fenômenos com significados e sentidos que integram a consciência. Leão *et al.* (2006) explicam que:

[...] o significado é social e o sentido é individual, pois o significado é elaborado pelos grupos no contexto sociocultural onde o indivíduo se insere e é ressignificado pela sua atividade, que a medeia atribuindo-lhe sentido próprio com base nas suas experiências afetivas anteriores e pelas necessidades que atende. Aquele nos permite analisar o objeto, distinguir nele propriedades essenciais e relacioná-lo a determinada categoria e o sentido exprime os componentes afetivos que impulsionam a exploração da realidade. (p. 10).

Assim, para entender a representação de um dado fenômeno, como o casamento, em cada consciência, é necessário conhecer como os conteúdos que a compõem na cultura são interiorizados. Isso porque o ser humano é afetado por meio da percepção e do sentido da realidade objetiva, e os sentimentos gerados orientam a ação, ou seja, promovem a atividade, já que a cultura é a gênese da necessidade. A atenção que o afeto determina vai iniciar a tomada de consciência, que é um processo social inter e intrapsicológico sobre aquilo que o sujeito conhece. (LEÃO, 2007).

Na realidade objetiva, o sujeito é poli motivado e multideterminado pela cultura que, segundo Laraia (2005), o sujeito precisa adquirir por ser “um sistema de conhecimento [para] operar de maneira aceitável dentro de uma sociedade.” (p. 61). Isso porque a cultura é a forma como a sociedade organiza o conjunto de práticas e conhecimentos acumulados durante a sua história. O casamento é cultural, um conjunto de práticas que compõem a síntese de múltiplas determinações que, de certa forma, materializam uma moral que passa pela ideologia sob a qual o sujeito sustenta sua visão de mundo. (LARAIA, 2005).

As construções sociais sobre o casamento participam da constituição dos processos psicológicos dos sujeitos de uma determinada cultura. Na medida em que há transformações na base econômica, os significados sobre os fenômenos são modificados, já que o mediador fundamental de uma cultura é o seu meio de produção, por ser a sua gênese. Essa base, ou infraestrutura, é o conjunto das relações de produção, ou seja, das relações entre as classes estabelecidas em determinada sociedade. Sobre essa estrutura econômica se ergue a superestrutura, que cria as formas de consciência social, como a política, a filosofia, a cultura, as ciências, as religiões, as artes, entre outros. A superestrutura é integrada, também, pelos modos de pensar, as visões de mundo e os demais componentes ideológicos de uma classe.

Assim, além de determinar os comportamentos e significados sobre o casamento na cultura, os meios de produção serão determinantes também para que a organização da família reproduza os sentidos sobre o casamento no âmbito psicológico. As relações sociais que ocorrem na estrutura capitalista é uma das mediações fundamentais para a interiorização dos processos que participam na constituição da subjetividade, uma vez que eles se desenvolvem no meio social, na relação com outros sujeitos da sociedade. Mas, como o modo de produção

é a base material para as relações sociais, essas são um fenômeno histórico. Por isso, Marx (2008) alertou que “não é a consciência que determina o ser, ao contrário, é o ser social que determina sua consciência” (p. 47), o que, filosófica e sociologicamente, já indicava que não seria possível investigar a consciência dos sujeitos dissociada dos modos de produção da sociedade (MARX, 2008; VYGOTSKY, 1995), e é o que estamos considerando nesta investigação sobre o casamento.

Em seus estudos, Marx e Engels (2007) explicaram que as sociedades capitalistas se organizam em classes sociais por determinação do seu modo de produção. É esse modo de produzir a vida que exige a dominação e a exploração da classe capitalista sobre a classe trabalhadora. Para manter esse modo de produção, a classe capitalista, que tem recursos para sustentar o trabalho dos intelectuais, promove a ideia que esse tipo de divisão social como natural e necessária. Assim, ao divulgarem essas suas ideias e instituições como as únicas verdadeiras e compatíveis com uma vida produtiva e feliz, a classe capitalista apresenta todas as outras visões de mundo como erradas ou inadequadas, o que dificulta as proposições da classe trabalhadora e a impede de entender a sua própria forma de existir. (ENGELS, 2017; MARX; ENGELS, 2007; MARX, 2004, 2008, 2011a).

Marx e Engels (2007) conceituam como ideologia a explicação da sociedade proposta por uma classe que é apresentada como a única verdade. E essa, ao se consolidar, gera as instituições que as concretizam e defendem. Portanto, as instituições foram criadas para garantir a reprodução da sociedade e a sua consolidação na cultura, solidificando as ideias da classe dominante, reorganizando os elementos simbólicos da atividade humana. (ENGELS, 2017; MARX; ENGELS, 2007; MARX, 2004, 2008, 2011a).

No processo de interiorização da cultura, a realidade é representada na linguagem. Por ser uma representação que sintetiza as vivências e experiências dos sujeitos, “cada palavra é um microcosmo da consciência humana”. (VYGOTSKY, 2001, p. 233). Porém, o pensamento verbalizado por um sujeito não apresenta apenas as produções da sua consciência, visto que a sua constituição é promovida pelos mediadores da sociedade, a linguagem manifestará o discurso interpsicológico, pois, segundo Vygotsky (2000a, p. 24), “necessariamente tudo o que é interno nas funções superiores ter sido externo: isto é, ter sido para os outros, aquilo que agora é para si”. Em outras palavras, tudo que é intrapsicológico foi, primeiramente, interpsicológico (LEÃO, 2007; VYGOTSKI, 2000).

Para Vygotsky (2001), as palavras desenvolvidas são conceitos que contêm um significado, que não muda por uma ação individual porque é produzido socialmente conforme a ideologia, e um sentido, que é construído individualmente na materialidade. No processo de

estruturação da consciência, esses dois componentes de cada palavra vão se constituindo conforme as vivências de cada sujeito, por tudo aquilo que ele viveu, em decorrência de uma conjuntura (VYGOTSKY, 2001).

Por isso, a investigação sobre a consciência deve considerar as condições objetivas que são determinantes para a constituição da subjetividade, ou seja, as condições materiais presentes na cultura. Isso se deve ao fato de que ela, entre outras coisas, estabelece as regras para a socialização dos sujeitos que a interioriza e pensa com seus conteúdos e métodos. Então, é a própria cultura que possibilita os processos de consciência e a avaliação crítica sobre os fenômenos que fazem parte dela, mas também é ela que mantém as condições para alienação das ideologias que fazem parte da estrutura dos fenômenos. Portanto, é necessário identificar o caráter ideológico presente nas condições materiais que constroem a cultura do casamento e constituem os sujeitos que atuam na manutenção e transformação das formas de casar-se. (LEÃO, 2007; SANTOS; LEÃO, 2012; TOASSA, 2006).

O materialismo é o conjunto de ideias que demonstra que a matéria existe independentemente da consciência dos sujeitos. Essa é uma questão fundamental para a ciência psicológica, pois a realidade existe objetiva e regular. Conhecer as determinações da cultura sobre o casamento seria, então, uma forma de ampliar a liberdade de ação sobre o evento. A liberdade, aqui, é tomada como a consciência do que determina o comportamento e causa emoções. É possível que, quanto mais se amplie a consciência, considerando-se a origem da necessidade que cria, transforma e mantém o fenômeno, mais os sujeitos serão livres na possibilidade de autodeterminação e autocontrole sobre ele. (VYGOTSKY, 1995).

3.1 Uma teoria de Psicologia Geral

Vygotsky, em 1924, apresenta um texto seu com críticas às metodologias de algumas teorias psicológicas, “Os métodos de investigação reflexológicos e psicológicos”, no Congresso Nacional de Neuropsicologia, em Leningrado, o que lhe proporcionou um convite para trabalhar na Universidade de Moscou. A partir daí, teve 10 anos para desenvolver sua obra questionadora e propositiva antes de morrer de tuberculose, em 1934. Ele realizou análises e reflexões que questionaram as teorias da psicologia predominantes no século XX e que ainda hoje continuam a explicitar as limitações da psicologia. Essas análises dialéticas foram necessárias porque ele viveu no período de construção da sociedade socialista na União Soviética, e o modo de produção vigente exigia um novo modo para o desenvolvimento científico, uma vez que as mudanças na estrutura política e econômica determinaram, também,

as mudanças no pensamento científico. Sobre esse processo, Leão *et al.* (2006) já analisaram como o modelo político econômico socialista serviu de base para constituir novas características psicológicas nos sujeitos dessa sociedade, as quais exigiram o desenvolvimento e a aplicação de uma nova psicologia, bem como de uma produção científica voltada para as necessidades daquela sociedade (LEÃO *et al.*, 2006; TOASSA, 2006).

Porém, o texto de análise histórica e dialética sobre a psicologia elaborado por Vygotsky com mais rigor e radicalidade foi publicado em 1927, “O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica (SHCP)”. Segundo Cole e Scribner (1996), foi nesse texto que Vygotsky mais aprofundadamente se contrapõe às teorias existentes, argumentando que elas não conseguiam explicar os comportamentos mais complexos, ou seja, as funções psicológicas superiores, as quais ele já investigava, e conclui que são advindas da atividade. Mostrou, então, que para o entendimento daquelas, seria necessário que o objeto da psicologia não fosse o inconsciente freudiano ou o comportamento respondente de Pavlov, mas a consciência, entendida como produção material e social interiorizada e individualizada por cada sujeito.

Para Vygotsky (1991), essas psicologias eram particulares ou específicas, mas se desenvolviam com pretensão de serem gerais, sem haver um método que possibilitasse estabelecer leis e princípios gerais. O geral não seria encontrado no particular e o particular não conteria a totalidade. O psicólogo vai, então, analisar os três tipos de psicologia em evidência: uma psicologia subjetivista, cujo objeto seria o fenômeno psíquico, a psicanálise, que tem o inconsciente como objeto, e a reflexologia, cujo objeto é o comportamento. Três diferentes abordagens para um fato levariam a três tipos de ciência para esse mesmo fato.

O inconsciente, para Vygotsky (1991), conceito do qual Freud vai partir para construir a psicanálise e compreender a patologia e, assim, descrever a normalidade humana, teve como consequências a explicação do humano típico pelo não típico, o que os separou, colocando o primeiro como protótipo. Já a reflexologia parte da ideia de que seria possível compreender o comportamento humano a partir do animal.

Segundo Toassa (2006), Vygotsky apontava para necessidade de se construir uma psicologia geral, não introspectiva, como a da escola de Wundt, não apenas com a visão reflexologista, de Pavlov. Seria necessário compreender que o humano é parte da natureza, mas que rompe com ela e constrói sua vida no meio social, por isso, não seria possível basear-se numa psicologia animal. Assim, a consciência não seria uma qualidade apenas do cérebro, mas do cérebro desenvolvido em um meio social.

A sua proposta para a superação da crise da psicologia foi desenvolver um método científico que permitisse à psicologia se tornar concreta e objetiva, possibilitando a construção de princípios generalizadores, comprovados e válidos, que a tornassem uma ciência em movimento. Porém, a psicologia deveria ser considerada na sua materialidade, rompendo com as ideias metafísicas, naturalistas e fenomenológicas. Ela é entendida como um processo que não é individual, mas social, e que ocorre devido à existência de mediadores culturais, que também compõem as suas estruturas principais: os significados e os sentidos dos fenômenos da realidade (TOASSA, 2006).

No entanto, para Vygotsky (1991), só podemos compreender essa conjuntura se analisarmos a gênese e o processo de desenvolvimento a partir do último estágio do fenômeno, ou seja, do mais avançado para o menos avançado. Como, então, partir do animal não humano para compreender o humano? Como estabelecer um protótipo de normalidade e fazer dele a régua que medirá o humano? Vygotsky questiona que ciências surgirão partindo dessa compreensão. Uma ciência fragmentada e múltipla para explicar um objeto?

Por considerar que toda teoria é histórica e, portanto, está em movimento, Vygotsky (1991) indicou como seria a sua Teoria Geral de Psicologia:

[n]o los trataremos desde el punto de vista de la lógica abstracta, puramente filosófica, sino como determinados hechos de la historia de la ciencia. Es decir, como acontecimientos concretos, históricamente vivos. Nos referiremos a los sistemas teniendo en cuenta sus tendencias, las oposiciones entre unos y otros, sus condicionamientos reales y su esencia teórico-cognoscitiva, es decir, su correspondencia con la realidad, a cuyo conocimiento están destinados. Es a través del análisis de la realidad científica y no mediante razonamientos abstractos como pretendemos obtener una idea clara de la esencia de la psicología individual y social —en tanto que aspectos de una misma ciencia— y del destino histórico de ambas. Y del mismo modo que el político extrae sus reglas de actuación del análisis de los acontecimientos nosotros extraeremos de ese análisis nuestras reglas para organizar la investigación metodológica, que se basa en el estudio histórico de las formas concretas que ha ido adoptando la ciencia y en el análisis teórico de estas formas para llegar a principios generalizadores, comprobados y válidos. En nuestra opinión, ahí debe estar el germen de esa psicología general (VYGOTSKY, 1991, p. 158).

Segundo Cole e Scribner (1996), a construção da Teoria Geral, proposta por Vygotsky, foi desenvolvida aplicando o método materialista histórico e dialético, uma vez que considera que, para investigar a consciência dos sujeitos, é necessário analisar o seu processo de desenvolvimento. Isso significa conhecer a sua origem e seus movimentos históricos na ontogênese e sociogênese, que permitem observar os saltos dos processos psicológicos básicos para os superiores e as mudanças provocadas pela constituição das Funções Psicológicas Superiores (VYGOTSKI, 1996).

Para Vygotsky (1995), diferentemente dos Processos Básicos, que têm o natural como base para o seu desenvolvimento, os Processos Psicológicos Superiores não ocorrem naturalmente, mas é possível reconhecê-los nas regularidades encontradas na história da sociedade que apontam para a interiorização da cultura pelos sujeitos mediada pelas relações sociais. A cultura contém a história da sociedade, e o indivíduo vai, ao longo do seu desenvolvimento, interiorizar os aspectos nela organizados e se apropriar daquilo que está nela acumulado. Assim, a cultura constitui as consciências individuais por determinar as Funções Psicológicas Superiores.

Por isso, segundo Leão (2006), para Vygotsky, as funções básicas do indivíduo devem se tornar funções superiores no sujeito. Atenção, memória, percepção e sensação, que são funções psíquicas desenvolvidas na filogênese e transmitidas naturalmente, são superadas e tornam-se orientadas pelos conteúdos mais avançados da cultura, que são interiorizados. A autora afirma que tais transformações decorrem do:

[...] conjunto de conteúdos e processos subjetivos, tais como imagens sensoriais, percepções, representações da realidade e os significados sociais e sentidos pessoais interiorizados a partir da atividade individual. Este conjunto é elaborado pelas Funções Psicológicas Superiores, através das quais o homem organiza as suas relações com o ambiente material e social e pôde também construir a cultura e a sociedade. A gênese da consciência se dá por meio da atividade do indivíduo na realidade objetiva. Ao entrarmos em atividade, criamos novas conexões intrapsíquicas, formando assim as Funções Psicológicas, com as quais iremos nos orientar no mundo. (LEÃO, 2006, p. 10).

A internalização da cultura começa com a atividade do sujeito, que é mediada pela utilização da linguagem utilizada pelos outros sujeitos da cultura. Assim, a atividade constrói as funções psicológicas superiores, ou seja, o desenvolvimento dessas é mediado pela linguagem, que é o instrumento que vai estruturar a consciência não de forma natural, mas sim de acordo com as necessidades sociais que promovem as atividades. (VYGOTSKY, 1995).

Os instrumentos para as formações das Funções Psicológicas Superiores são os meios oferecidos pela cultura para operar sobre a realidade e potencializar as ações dos sujeitos sobre a vida material, o que promove o desenvolvimento da consciência dos sujeitos. Esse processo é provocado porque os instrumentos são utilizados para potencializar o corpo na ação humana sobre a natureza e são construídos pelos sujeitos a partir das necessidades promovidas pela atividade. Já a necessidade, ao afetar o sujeito, é o que vai motivar a ação, que não está precisamente ao nível da consciência, mas é a consciência sobre os seus aspectos sociais que amplia as possibilidades de autodeterminação. Em suma, a necessidade leva a atividade ao

afetar o sujeito, mesmo que este não tenha consciência de todo o processo de afeto, necessidade e atividade. (VYGOTSKY, 1995).

O ser humano constitui-se por meio da sua atividade, realizada com instrumentos práticos e psicológicos, que possibilita agir no meio em que vive. Como primeiro mediador histórico, a atividade vai ser a gênese dos processos de consciência por ser instrumental e própria do momento histórico, promovendo a internalização da cultura que ocorre no processo de constituição do sujeito mediada pela linguagem. Esse processo se inicia com os movimentos e a sensorialidade, os quais atraem os cuidadores que se tornam os mediadores culturais, quem, nessa interação social, vão oferecendo os meios para entender o que precisa para reproduzir a vida e a sociedade. São eles que se tornarão as Funções Psicológicas Superiores, que são desenvolvidas baseadas nesse contexto instrumental, prático e psicológico (LEÃO *et al.*, 2006; VYGOTSKY, 1995).

3.2 A consciência social e individual – o objeto de estudo da teoria psicológica sócio-histórica de Vygotsky

Em concordância com o materialismo marxista, a teoria psicológica sócio-histórica pressupõe que a realidade independe de como o sujeito a percebe. No entanto, é a ciência que ele tem dela que chamamos de consciência e vai ser determinada pelos mediadores existentes no tempo histórico desse sujeito. Portanto, as características de cada consciência são próprias do tempo e da sociedade na qual é desenvolvida e onde ela se mantém em constante transformação. Por isso, tudo que for consciente é social antes de ser individual. Isso quer dizer que a consciência não é inerente ao ser humano, mas é desenvolvida nos processos de relações sociais pelos quais a sua estrutura é apreendida. O ser social é o que determina a consciência, pois ela é uma consciência do mundo. É histórica e sempre está em movimento. (LEÃO, 2007; VYGOTSKY, 1991).

Toassa (2006, p. 63) destaca que, em 1924, Vygotsky considerava que a consciência é a tomada de consciência dos atos e estados como um “sistema de transmissores”, o qual seria regido por uma causalidade complexa. Isso significa que a consciência não seria natural, baseada apenas na capacidade biológica, mas decorrente da inter-relação de conexões neurais e sociais. Essa visão já considera que a matéria existe independente da consciência que se tem dela e que a consciência depende da materialidade do mundo para acontecer. Trata-se, portanto, de um processo social de conhecimento do outro que constrói a representação de si e, como explica Vygotsky:

[o] mecanismo da consciência de si próprio (autoconhecimento) e de reconhecimento dos demais e pelo mesmo mecanismo, porque somos com respeito a nós o mesmo que os demais com respeito a nós. Reconhecemo-nos a nós na medida em que somos outros para nós, isto é, pelo quanto somos capazes de perceber de novo os reflexos próprios como excitantes (VYGOTSKI 1924/1991, p. 12 *apud* TOASSA, 2006, p. 64, tradução nossa).

Toassa (2006) explica, também, que, em 1925, Vygotsky adotara a consciência como “vivência das vivências” (TOASSA, 2006, p. 64). Para a autora, Vygotsky, no livro “Psicologia pedagógica”, vai explicar a consciência como consciência social, além de defender que a educação tem um papel importante na formação e no desenvolvimento da pessoa. Dessa forma, a consciência depende de uma mediação interpsicológica, na qual a sociedade, a história e a cultura formam os seus fundamentos (TOASSA, 2006).

Dessa maneira, para Vygotsky (1991), a consciência é a síntese dos processos psicológicos superiores, que são desenvolvidos a partir da atenção, sensação, percepção e memória naturais. As Funções e Processos Psicológicos Superiores são determinados pela atividade, que é, por sua vez, uma exigência das necessidades biológicas e sociais, que motivam o sujeito para atividade no meio social. A consciência deve ser entendida, então, como um sistema estrutural de função semântica e um sistema aberto das Funções Psicológicas Superiores que compõem as funções especiais do cérebro devido ao meio cultural, que lhes proporcionam signos, instrumentos, modos de operação com esses na própria realidade (VYGOTSKY, 1991; 1995). Dessa forma, segundo Leão *et al.* (2006):

[...] a consciência é pautada pela representação social, isto é, pelo significado, que é um conjunto de representações construídas socialmente e convencionadas por determinada cultura; e pelo sentido, que se constrói como representação individual produzida pela atividade do sujeito em relação ao significado social. Em outras palavras, o significado é social e o sentido é individual, pois o significado é elaborado pelos grupos no contexto sociocultural onde o indivíduo se insere e é ressignificado pela sua atividade, que a medeia atribuindo-lhe sentido próprio com base nas suas experiências afetivas anteriores e pelas necessidades que atende. Aquele nos permite analisar o objeto, distinguir nele propriedades essenciais e relacioná-lo a determinada categoria e o sentido exprime os componentes afetivos que impulsionam a exploração da realidade. (p. 10).

Para Vygotsky (1991), a propriedade da matéria é demonstrar que a realidade é objetiva e existe fora da consciência. A matéria exprime a negação de que a realidade seja apenas o que nós sabemos dela. A consciência do mundo não o faz existir, mas o nomeia. É nesse aspecto que a ideologia passa a oferecer sentidos que vão participando das operações da consciência. Por isso, Vygotsky definiu que o objeto de estudo da psicologia é a consciência, que permite conhecer os conteúdos ideológicos que participam da construção cultural, compreendendo as

estruturas de poder geradas pelas contradições da realidade durante as suas transformações históricas, tal como a instituição do casamento. Dessa maneira, podemos compreender que a consciência não é construção individual, nem é puramente subjetiva, pois os mediadores culturais podem ser reconhecidos em seus processos, bem como as condições materiais que são nela manifestas.

Sendo assim, a subjetividade é construída individualmente como uma instância da consciência e, por isso, cada mudança na consciência altera também a subjetividade. Portanto, nem a consciência nem as características subjetivas são estáticas; elas estão em movimento, em processo constantemente determinado pelas mediações que circundam o sujeito e o colocam em atividade. (SANTOS; LEÃO, 2012)

Considerando que o sujeito é ativo e criativo na transformação da realidade, a consciência dos determinantes da necessidade, oferecidos pela cultura, é também uma forma de ampliação da liberdade. A partir do momento em que se tem a consciência evoluindo, consegue-se ser mais livre, pois “[a] liberdade humana consiste precisamente em que pensa, quer dizer, em que toma consciência da situação criada” (VYGOTSKY, 1995, p. 288).

3.3 O inconsciente é o polo oposto da consciência, mas é sócio-histórico

Vygotsky (1991) explicou que o inconsciente é o polo oposto da consciência no psiquismo humano. Por isso, ambos mantêm relações constantes que tornam possível receber estímulos sensitivos sem termos consciência do que ocorreu. Sendo assim, o sujeito se torna consciente apenas de parte dos estímulos que o atingem, isso não significa que não seja afetado. De fato, ocorre o contrário pois, como já mostramos, a realidade material existe independentemente da consciência que se tem dela. Dessa maneira, um estímulo pode afetar o sujeito e, uma vez não nomeado, é sentido sem que a ele seja atribuído significado. A isso damos o nome de inconsciente.

Porém, para a investigação dos aspectos da inconsciência, é indispensável manter a relação dessa com a consciência, pois, conforme explicam Santos e Leão (2012), uma não existe sem a outra, uma vez que a inconsciência é parte da dinâmica psíquica que nega a consciência na síntese da atividade. Assim, os elementos culturais afetam os sentidos, mesmo que não lhes sejam atribuídos significados.

No entanto, diferentemente do inconsciente psicanalítico, considerado como um aspecto intrínseco e individual, segundo Santos e Leão (2012), para Vygotsky, assim como os outros aspectos psíquicos, também o inconsciente tem caráter histórico e é determinado pelas

condições materiais e culturais na constituição do sujeito. Trata-se dos mediadores das relações sociais que, ao determinarem a estruturação da consciência, criam, também, a inconsciência sobre os aspectos da realidade. É o que ocorre no processo social de alienação, quando os mecanismos culturais ocultam a realidade, disseminando uma falsa explicação da realidade que a vela e sustenta em uma ideologia, a qual torna-se inconsciente para uma classe social, pois não encontra a sua confirmação nas suas atividades e realidade. Assim, aquilo que ficará oculto da consciência continua tendo existência social, e apenas a análise dos comportamentos dos sujeitos de uma sociedade oferece indícios sobre quais fenômenos culturais os estão mediando de forma inconsciente. (VYGOTSKY, 1999).

Como é a consciência que torna possível ao sujeito compreender a realidade e organizar as suas atividades de modo a agir nela para atender adequadamente as suas necessidades, a inconsciência, ao contrário, impossibilita a compreensão das necessidades que motivam sua ação, fazendo com que o sujeito se comporte com menor poder de autodeterminação e amplie as possibilidades de insatisfação. Isso porque um afeto, mesmo quando não é reconhecido ou não pode ser nomeado, tem a capacidade de ser desencadeador de satisfações ou sofrimentos, os quais farão com que um comportamento possa se repetir, reproduzir ou ser copiado sem ser compreendido. (SANTOS; LEÃO, 2012).

No entanto, a relação entre consciência e inconsciência é um processo dialético cuja dinâmica possibilita que seus conteúdos e processos transitem de uma instância à outra, mediados pela aprendizagem, por alterações de sentidos, desenvolvimento de conceitos e transformação de sentimentos em emoções. Segundo Santos e Leão (2012), esse “processo de passagem do inconsciente para o consciente caracteriza-se por ser uma catarse, que pode ser definida como a solução do conflito pela criação de algo novo” (SANTOS; LEÃO, 2012, p. 44). Portanto, se o inconsciente influencia as ações, é tornando-o consciente que se torna possível ampliar o poder de autodeterminação e liberdade de ação dos sujeitos na sociedade.

3.4 Linguagem e pensamento – categorias teóricas, processo mediacional e função psicológica superior

Outra categoria importante para esta pesquisa é a Linguagem. Ela é instrumento histórico de humanização e de reconhecimento, por meio do discurso, dos aspectos da consciência e inconsciência acerca de determinado fenômeno, neste caso, o casamento na relação entre matrimônio e patrimônio. Curiosamente, a primeira indagação que fazemos decorre das palavras: por que utilizamos a palavra “matrimônio”, que significa “casamento” e

deriva de outras palavras com significados ligados a “mulher”, e “patrimônio”, sendo que esse último significa “bens” e surge de outros significantes relacionados ao paterno? A partir desse questionamento, é possível reconhecer que a linguagem é instrumento de mediação das relações sociais e que as palavras fazem a representação simbólica do objeto devido aos seus significados, mas também permitindo que elas construam sentidos a partir desses significados.

A linguagem é imprescindível à organização da sociedade. O salto evolutivo por meio do qual os indivíduos da espécie *Homo Sapiens* tornaram-se seres sociais teve a linguagem como um dos mediadores, possibilitando a sua transformação em seres humanos. Ainda que a linguagem vá se transformando, os novos membros da sociedade vão se apropriando dela no seu estágio histórico mais avançado e também transformando-a de acordo com a cultura e as necessidades do seu tempo. É a linguagem que possibilita representar o mundo e reproduzir a realidade na consciência individual, através dos signos, significados e conceitos, que sustentam os sentidos. Ontogenética e socio geneticamente, ela é uma construção gradativa que vai modificando-se com o domínio da cultura e possibilitando o desenvolvimento da consciência nos sujeitos. (VYGOTSKY, 1991).

O fundamento psicológico para a nossa análise é que a linguagem é mediadora das relações sociais e os significados das suas palavras são um dos estruturantes das consciências individuais. A linguagem é um sistema de representação que se organiza por meio de, entre outras coisas, palavras, que são feitas de signos, significante e significado, como estruturou Saussure no seu “Curso de introdução à linguística”, em 1916. Na ocasião, o autor explica que a linguística deve:

[...] fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família; procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares das histórias; delimitar-se e definir-se a si própria. (SAUSSURE, 1995, p. 13).

Diferentemente disso, conforme Luria (1994), para a psicologia, o que se destaca é que o pensamento se constitui com a língua, pois depende do domínio que se tem dela, enquanto a linguagem, que é construída socialmente, apoia-se na palavra para reproduzir além de um conceito, um sistema complexo de significados, que seria compartilhado pelo grupo social. O autor afirma, ainda, que a palavra é a unidade da língua e traz em si a representação material e o significado. A representação é material porque os signos e significados são compartilhados pela comunidade falante e não dependem das consciências individuais. Cada palavra tem um significado complexo, que, por constituir o pensamento, permite acesso a ele. Além do

significado, há o sentido da palavra, que é uma construção baseada no significado, mas que o modifica de acordo com a experiência do sujeito na relação com os objetos. Assim, uma palavra tem alguns significados e muitos sentidos (LURIA, 1994).

Isso acontece porque os significados das palavras são históricos, sociais e culturais e podem ser compartilhados pelos grupos, enquanto os sentidos das palavras, ainda que tenham a mesma gênese dos significados, são individuais e só podem ser apreendidos dos discursos, entre outras formas de linguagens. As palavras e seus usos na cultura são expressões das estruturas ideológicas dominantes e podem determinar as formas como se constroem as relações sociais. Então, uma cerimônia de casamento que se encerra com a expressão: “eu os declaro marido e mulher”, pode suscitar uma dúvida: se ser marido é uma das atividades desempenhadas pelo homem, se tornar uma esposa parece determinar a mulher por inteira!? Assim, qual seria o significado do casamento ao longo da história para a sociedade? Vygotsky afirma que:

[t]oda palabra es una teoría; la denominación del objeto es el concepto que se le aplica. Es verdad que con ayuda de las palabras. queremos interpretar los objetos. Pero es que cada denominación, cada utilización de la palabra, de ese embrión de la ciencia, queremos interpretar los objetos. Pero es que cada denominación, cada utilización de la palabra, de ese embrión de la ciencia, constituye una crítica de la palabra, un desgaste de su imagen, una ampliación de su significado. Los lingüistas han demostrado con toda claridad cómo varían" las palabras con el uso; de lo contrario, la lengua no se renovarían jamás, las palabras no morirían, no nacerían, no envejecerían (VYGOTSKY, 1991, p. 167).

Por ser uma construção social, no sujeito, a linguagem inicia com a necessidade de comunicação. Leão (2006) explica que a palavra é elemento fundamental da linguagem verbal, pois é um meio de representação da realidade, instrumento para comunicação e unidade da consciência; ela é o símbolo que faz referência ao objeto simbolizado. Já Vygotsky (2000, p. 486) considera a palavra o “microcosmo da consciência”, ou seja, além de possibilitar a linguagem com a representação do objeto, ela é mediadora da consciência. (LEÃO *et al.*, 2006; VYGOTSKY, 2000). Para ele,

[...] a consciência se reflete na palavra como o sol em uma gota de água. A palavra está para a consciência como o pequeno mundo está para o grande mundo, como a célula viva está para o organismo, como o átomo para o cosmo. Ela é o pequeno mundo da consciência. A palavra consciente é o microcosmo da consciência humana. (VYGOTSKY, 2000a, p. 486).

Devido a essas características, a Linguagem é um importante mediador para a ampliação da consciência e dos seus processos, os quais ocorrem pelo desenvolvimento da

representação dos signos que, segundo Toassa (2006, p. 68), é também uma “representação que remete a algo fora de si mesmo, mas é, antes de tudo, um sinal arbitrário, socializado e não coincidente com a sensação do objeto que representa”. Essa representação, a que chamamos de signo, vai compor os significados e sentidos na consciência dos sujeitos.

O significado, embora seja uma abstração, é concreto e garante a comunicação, já que é construído e compartilhado socialmente. Para Vygotsky (2001, p. 120), “o significado das palavras evolui. Este ponto de vista deve substituir o postulado da imutabilidade dos significados das palavras.” Trata-se, assim, de um fenômeno social de caráter duradouro, fato necessário para tornar a linguagem um instrumento da atividade e das relações sociais. Enquanto o significado é da linguagem, o sentido, que é individual, pode não ser. Isso se dá porque ele se inicia no afeto e pode não se tornar consciente. Algo que afeta o sujeito, se não for nomeado, será sentido sem significado. (VYGOTSKY, 2001). Em outras palavras,

[a] consciência é pautada pela representação social, isto é, pelo significado, que é um conjunto de representações construídas socialmente e convencionados por determinada cultura; e pelo sentido, que se constrói como representação individual produzida pela atividade do sujeito em relação ao significado social. Em outras palavras, o significado é social e o sentido é individual, pois o significado é elaborado pelos grupos no contexto sociocultural onde o indivíduo se insere e é ressignificado pela sua atividade, que a medeia atribuindo-lhe sentido próprio com base nas suas experiências afetivas anteriores e pelas necessidades que atende. Aquele nos permite analisar o objeto, distinguir nele propriedades essenciais e relacioná-lo a determinada categoria e o sentido exprime os componentes afetivos que impulsionam a exploração da realidade. (LEÃO, 2006, p. 10).

Para Vygotsky (1995), um fenômeno estrutura-se na cultura mediado pela atividade e se concretiza na linguagem com a formação de signos. Porém, a interiorização dos mediadores para o desenvolvimento histórico das funções psicológicas superiores depende, também, da mediação de outros elementos socioculturais durante os processos de desenvolvimento na filogênese, antropogênese e sociogênese. A interiorização da cultura, que ocorre no processo de constituição do sujeito, começa pela atividade, que vai exigindo a linguagem, que oferece os meios para entender o que é necessário para reproduzir a vida, tanto que as funções básicas vão evoluir para Funções Psicológicas Superiores no processo interpsicológico, processo que, para Vygotsky, é central para a psicologia.

El concepto de «desarrollo de las funciones psíquicas superiores» y el objeto de nuestro estudio abarcan dos grupos de fenómenos que a primera vista parecen completamente heterogéneos pero que de hecho son dos ramas fundamentales, dos cauces de desarrollo de las formas superiores de conducta que jamás se funden entre sí aun que están indisolublemente unidas. Se trata, en primer lugar, de procesos de dominio de los medios externos del desarrollo cultural y del pensamiento: el lenguaje, la escritura, el cálculo, el dibujo; y, en segundo, de los procesos de desarrollo de las

funciones psíquicas superiores especiales, no limitadas ni determinadas con exactitud, que en la psicología tradicional se denominan atención voluntaria, memoria lógica, formación de conceptos, etc. Tanto unos como otros, tomados en conjunto, forman lo que calificamos convencionalmente como procesos de desarrollo de las formas superiores de conducta del niño. (VYGOTSKY, 1995, p. 15, grifos do autor).

A linguagem que se torna intrapsicológica foi antes discurso interpsicológico. Contudo, para entender o discurso do outro, não basta conhecer a palavra, é preciso entender o pensamento e o motivo que o levou à ação, já que o pensamento não se expressa na palavra, mas se realiza nela (VYGOTSKY, 2000a). Isso ocorre porque o discurso é instrumento para apreender, reorganizar e articular os significados (LEÃO, 2007; VYGOTSKY, 2000).

Por isso, Vygotsky (1991) destaca que para estudar o pensamento é preciso pensamento, para estudar linguagem é preciso linguagem, para estudar processos de consciência é preciso essência. A compreensão dos sentidos do casamento e dos processos de consciência que os articulam deve considerar a totalidade do fenômeno, reconhecendo as determinações que lhe estruturam. Dessa forma, não se poderia fragmentar processos complexos, pois se perderia o seu caráter estrutural.

Portanto, a consciência acerca de algo depende das possibilidades de representá-lo. Por isso, Vygotsky (2000a) reconhece que o pensamento e a linguagem são fundamentais para compreender a natureza da consciência. Para ele, a relação entre pensamento e palavra é um processo que possibilita o surgimento do pensamento com as palavras, pois é por meio delas que é possível inclusive “abstrair, analisar e generalizar as características das coisas, categorizando-as.” (LEÃO, 2006, p. 13).

3.5 O pensamento - categoria teórica, processo e função psicológica superior

O pensamento é um processo intrapsíquico que ocorre com a interiorização da linguagem. Assim sendo, um sujeito elabora a realidade conforme a construção da sua consciência a partir da linguagem e do pensamento. Um não ocorre sem o outro. Pensar exige conhecimento dos modos como esse processo pode ser realizado, embora seja intrapsíquico, os seus vários métodos só se desenvolvem na dependência das suas disponibilizações pelo meio cultural em que se nasce e acontece a aquisição da linguagem.

Ainda que o pensamento seja um processo reproduzido com a linguagem, conforme Vygotsky (2000), para entender o discurso do outro não basta conhecer as palavras usadas para expressar o que foi pensado, é preciso entender o processo que elaborou o pensamento, que foi desencadeado pelo motivo que levou a essa atividade. Devido à complexidade desse processo,

o autor explica que o pensamento não se expressa nas palavras, mas se realiza nelas, e é por isso que o pensamento não coincide com a forma como o discurso transcorre, já que pensar é um ato integral, que ocorre como um todo. O pensamento não surge de outro pensamento, mas dos significados que o compõem, de forma que sua elaboração e o modo de comunicação dependem do “campo da consciência que o motiva.” (VYGOTSKY, 2000, p. 477).

Embora não haja relação natural entre pensamento e linguagem, para Vygotsky (2001), o significado está unido ao pensamento:

[...] o significado de uma palavra representa um amálgama tão estreito do pensamento e linguagem que é difícil dizer se se trata de um fenômeno do pensamento, ou se se trata de um fenômeno da linguagem. Uma palavra sem significado é um som vazio; portanto, o significado é um critério da palavra e um seu componente indispensável. Pareceria, portanto, que poderia ser encarado como um fenômeno linguístico. Mas do ponto de vista da psicologia, o significado de cada palavra é uma generalização, um conceito. E, como as generalizações e os conceitos são inegavelmente atos de pensamento, podemos encarar o significado como um fenômeno do pensar. No entanto, daqui não se segue que o pensamento pertença a duas esferas diferentes da vida psíquica. (p. 119).

Pensar é um ato que ocorre quando se é afetado por um fenômeno do mundo. Assim, uma necessidade vai ser criada e gerar no sujeito o sentimento que o leva a entrar em movimento, a ação se direciona ao objetivo, e esse processo promove o pensamento, que orienta o comportamento de acordo com os significados e sentidos que compõem a representação. Esse é o processo de todo pensamento e comportamento, pois

[é] a interiorização da linguagem que estabelece as bases para a constituição do pensamento. Este é entendido como um processo que tem sua gênese na história social, dado inicialmente como uma atividade material, com ações e operações e que faz uso do sistema da linguagem tanto como um sistema de relações semânticas quanto um sistema gramatical. Só posteriormente assume formas reduzidas, adquirindo o caráter de atos intelectuais internos e originando o comportamento intelectual, que é caracterizado por resolver tarefas complexas primeiramente no plano mental e posteriormente concretizar-se em ações exteriores. O pensamento do homem está baseado na atividade material e nos recursos da linguagem. (LEÃO, 2006, p. 14).

Como já destacamos, pensar é aprendido, pois há vários métodos para pensar. O dialético é um deles. Por meio do pensamento dialético, ocorre o confronto entre dois fenômenos, que produz uma nova ideia síntese, para a qual, devido às mediações, uma ideia destruiu a outra. O pensamento dialético exige considerar as contradições que apontam os erros. Porém, esse não é o método de pensamento disponível na nossa cultura, pois o modo como se pensa deriva do modo de produção, de forma que agir e pensar a realidade depende da própria

realidade, que, no modo de produção capitalista, induz ao pensamento lógico formal, que não contempla as contradições.

Porém, tentamos construir esta pesquisa baseada na teoria psicológica sócio-histórica, que impõe a utilização do materialismo histórico e dialético, seu fundamento filosófico. Buscamos utilizá-lo, também, por considerá-lo um método científico consistente para investigar aspectos da consciência que se manifestam na linguagem e que nos possibilitou conhecer os significados atribuídos à relação entre o matrimônio e o patrimônio no casamento e os sentidos que esse fenômeno gera na consciência das mulheres. Trata-se de uma base teórica e epistemológica que permite sair do nível da aparência, pois, além do movimento histórico, considera os mediadores da cultura que vão construir o fenômeno e constituir os sujeitos que o vivenciam.

4. ANÁLISE GRÁFICA DO DISCURSO: UMA TÉCNICA PARA COMPREENDER A CONSCIÊNCIA DA RELAÇÃO ENTRE MATRIMÔNIO E PATRIMÔNIO

Esta é uma pesquisa em Psicologia Social, fundamentada no materialismo histórico e dialético, que se caracteriza por reconhecer a relação dialética entre a materialidade e a subjetividade dos fenômenos. Buscou-se a compreensão das inter-relações que sustentam a existência dos seguintes fenômenos: casamento na relação do matrimônio com o patrimônio na consciência dos sujeitos. Entende-se que o modo de produção de cada sociedade determina as relações sociais e é transformado por elas. Nessa ótica, os significados e os sentidos são os mediadores entre a cultura e o indivíduo e estruturantes das consciências.

Portanto, apoiamos nossos estudos na perspectiva de que a ontologia do ser humano é ser social e histórico. Essas são as condições as quais permitem conhecer a consciência do indivíduo sobre si em relação a determinado fenômeno, como o casamento. Isso é possível não por existir neutralidade de pesquisadores, mas sim porque é na materialidade do discurso desse sujeito histórico-social que identificamos as condições ideológicas que determinam a necessidade e conseqüentemente a atividade do indivíduo, bem como as contradições sociais presentes no discurso e as transformações históricas que o afetam. Assim, para Lane (1985):

[...] as condições históricas sociais do pesquisador e de pesquisados que respondem pelas relações sociais que os identificam como indivíduos permitem a acumulação de conhecimento na medida em que as condições são as mesmas, onde as especificidades individuais apontam para o comum e social, ou seja, para o processo histórico, que, captado, nos propicia a compreensão do indivíduo como manifestação da totalidade social, ou seja, o indivíduo concreto. (p. 18).

Segundo Lane (1985), dois fatos empíricos vão nos possibilitar aprofundar a análise do sujeito: um ser humano só sobrevive na relação com o outro; e a linguagem é a mediadora dessa relação. Assim, segundo ela, “se a língua traz em seu código significados, para o indivíduo as palavras terão um sentido pessoal decorrente da relação entre pensamento e ação, mediadas pelos outros significativos.” (LANE, 1985, p. 16). Dessa maneira, para atender a uma necessidade, o sujeito entra em atividade com ações encadeadas pela linguagem, executando um plano de ação desenvolvido pelo pensamento. Ao refletir sobre a atividade é que o sujeito processa a consciência sobre o fenômeno (LANE, 1985).

Foi a partir dessas considerações teórico-metodológicas que Lane, no desenvolvimento de uma teoria psicológica social latino-americana capaz de compreender o ser humano concreto na sua totalidade histórico-social, construiu uma técnica de análise do discurso a qual nomeou como Análise Gráfica do Discurso.

A Análise Gráfica do Discurso é um procedimento técnico que permite o desvelamento dos processos psicológicos presentes de forma condensada nas ideias, ou seja, “encobertos pela atividade cotidiana” (LEÃO, 2007, p. 69), a partir da reconstrução dos seus processos de elaboração e das “transformações estruturais suscitadas pelas atividades práticas e pelas aprendizagens.” (LEÃO, 2007, p. 69). Isso promove o “acesso aos conteúdos e seus movimentos no curso real da constituição da consciência.” (LEÃO, 2007, p. 69).

De acordo com Leão (2007), a Análise Gráfica do Discurso, desenvolvida por Lane, compreende a linguagem como uma construção histórica e cultural, a qual é interiorizada por cada sujeito nas suas relações sociais e, por isso, revela a constituição psicossocial do sujeito. Devido a esse entendimento da gênese da linguagem e a sua função mediadora para e na consciência, a abordagem da Análise Gráfica do Discurso possibilita mostrar “o elemento linguístico que explica a constituição da consciência a partir da relação entre o homem e a sociedade.” (LEÃO, 2007, p. 69).

Para Lane (1989), no discurso articulado, encontra-se o movimento da consciência. Dessa forma, os dados captados por meio da linguagem desvelam o pensamento em sua materialidade. Conforme ensina a autora, essa técnica parte “do discurso articulado em representações sociais (empírico) para, através de análises de conteúdo, chegarmos ao movimento da consciência que se processa pela articulação entre pensamento e linguagem.” (LANE, 1989, p. 37). Sendo assim, o discurso que o sujeito da pesquisa faz sobre o casamento revela a sua consciência sobre o fenômeno, pois nos permite captar o pensamento e as mediações ideológicas que dão consequência às ações vinculadas ao casamento, tais como a vontade, a necessidade, o casar, o manter-se casada e o separar-se. Dessa maneira:

[...] essa técnica torna a análise propriamente dita extremamente simples pois, através da descrição dos núcleos encontrados e das unidades significativas que se relacionam com eles, temos a Representação que o indivíduo elaborou com suas contradições, com suas rupturas o que permite detectar elementos ideológicos que permeiam suas representações e assim, chegamos a constatar a sua consciência se processando. (LANE, 1989, p. 41).

Desse modo, para desenvolvimento da técnica da Análise Gráfica do Discurso, segundo Lane (1989), devemos realizar alguns procedimentos já na coleta para análise dos dados, incluindo não fragmentar o discurso e manter a relação entre os significantes. Além disso, devemos compreender que o discurso se dá em uma espiral na qual se fazem retornos e avanços, com semelhanças e diferenças, mas com significações centrais. Assim, a Análise Gráfica do Discurso viabiliza:

(a) localizar, através dos discursos, os núcleos de consciência que foram construídos e/ou desenvolvidos pelos sujeitos durante as suas atividades específicas de produção; (b) acompanhar e analisar a influência dos diferentes aspectos subjetivos, expressos no sentido das palavras, para a organização das consciências e das atividades desenvolvidas nas interações; (c) demonstrar o movimento de alteração dos conceitos, relacionando suas expressões, significações e sentidos. (LEÃO, 2007, p. 70).

Logo, a análise dos dados exige que as funções, os processos, os significados e os sentidos integrantes da consciência sejam concretizados para ser possível analisá-los e interpretá-los. Para tanto, utilizamos as suas manifestações nos processos discursivos, os quais foram elaborados durante as entrevistas realizadas. Ou seja, utilizamos uma técnica apropriada para oferecer dados materiais, cujas análises levam à explicação dos processos e sistemas da consciência humana e, por isso, possibilitam-nos uma investigação dos sentidos e significados.

A técnica da Análise Gráfica do Discurso exige a coleta do discurso emitido livremente pelo sujeito, no qual ele relata sua experiência. É por meio desse discurso que se analisam os aspectos ideológicos e emocionais e as contradições, revelando, assim, os sentidos e significados que ele atribui a certo fenômeno. Conforme destacado por Leão (2007) a partir dos estudos de Vigotsky, compreende-se, então, que os sentidos são individuais, e os significados sociais, portanto um discurso revela os aspectos da subjetividade consciente nos sujeitos e as marcas históricas e sociais que o constituem.

Assim, a autora (2007) reafirma que a Análise Gráfica do Discurso permite conhecer os núcleos com os quais o pensamento foi elaborado. Visualizando-se as palavras pela incidência de repetição ao longo do discurso, é possível explorar os aspectos subjetivos da consciência ao explorar as sínteses construídas pelo movimento dialético. Considera-se, ainda, que esse movimento ocorre na relação dos processos inter e intrapsicológicos. Dessa forma, o resultado apreendido revela não apenas o que subjaz à consciência desse sujeito, mas também os determinantes histórico-culturais que o afetam, possibilitando reconhecer os sentidos do fenômeno para o sujeito, bem como os seus significados na sociedade.

Tendo em vista essas considerações, buscamos delimitar a totalidade histórica e social do nosso fenômeno analisado. Segundo Leão (2007), os processos da consciência podem ser desvelados nos discursos, nos quais o sujeito apresenta a sua representação do mundo e assim a sua “realidade subjetiva, determinada e determinante de seu comportamento e atividades.” (LEÃO, 2007, p. 68). Com isso, a análise do discurso permite apreender os aspectos conscientes e ideológicos presentes nele.

Ainda segundo a autora supracitada, os estudos desenvolvidos para validação de amostras representativas para as pesquisas em Psicologia Social demonstraram que a

amostragem não precisa ser composta de várias fontes para garantir a generalização dos resultados para um grupo social culturalmente vinculado. Mesmo assim, deve contemplar as especificidades da constituição da subjetividade dentro dessa totalidade, pois a psicologia tem como objeto de estudo a especificidade da individualização.

Essa técnica de análise dos dados respeita os fundamentos metodológicos e os ensinamentos da teoria psicológica sócio-histórica. Por fim, esta pesquisa concebe o sujeito, conforme Schaff (1913), como um indivíduo que, em vez de ser passivo, introduz o conhecimento pela atividade, transformando a realidade.

4.1 Análise gráfica do discurso de uma mulher sobre a sua vivência do casamento

Esta pesquisa surgiu de um questionamento sobre a relação entre matrimônio e patrimônio na consciência dos sujeitos da sociedade. É dele também que partimos para a escolha do sujeito, pois, se há um enlace do matrimônio com o feminino e do patrimônio com o masculino, entendemos que seria necessário optar pela análise do discurso de uma mulher que pudesse dizer a sua vivência no casamento: desde o surgimento da necessidade ao ato, englobando toda sua vivência com o fenômeno. Assim, elaboramos a seguinte frase: *Fale sobre quais são as suas emoções e os seus pensamentos mais constantes sobre o uso do seu patrimônio pessoal no seu casamento.*

Em seguida, passamos pelos procedimentos de submissão da pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O trabalho foi aprovado com o Parecer 4.320.541 e, portanto, foi desenvolvido de acordo com os princípios éticos estabelecidos na Resolução 466/2012 do CNS.

Foram convidadas três mulheres para a entrevista com base nos seguintes critérios de inclusão: ter mais de 18 anos, ser casada ou ter vivido a experiência de casamento e ter condições para descrever e elaborar a relação matrimônio e patrimônio no seu casamento. O convite ocorreu via ligação telefônica e pessoalmente. Duas delas souberam da pesquisa e demonstraram interesse em participar, e a outra foi indicada. Das três, apenas duas confirmaram a participação.

Para realização da entrevista, foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, disponível no Anexo II, aprovado pelo CEP. As entrevistas aconteceram após a imunização da covid-19, portanto ocorreram presencial e individualmente, em salas com ventilação, com privacidade e sem interrupções externas.

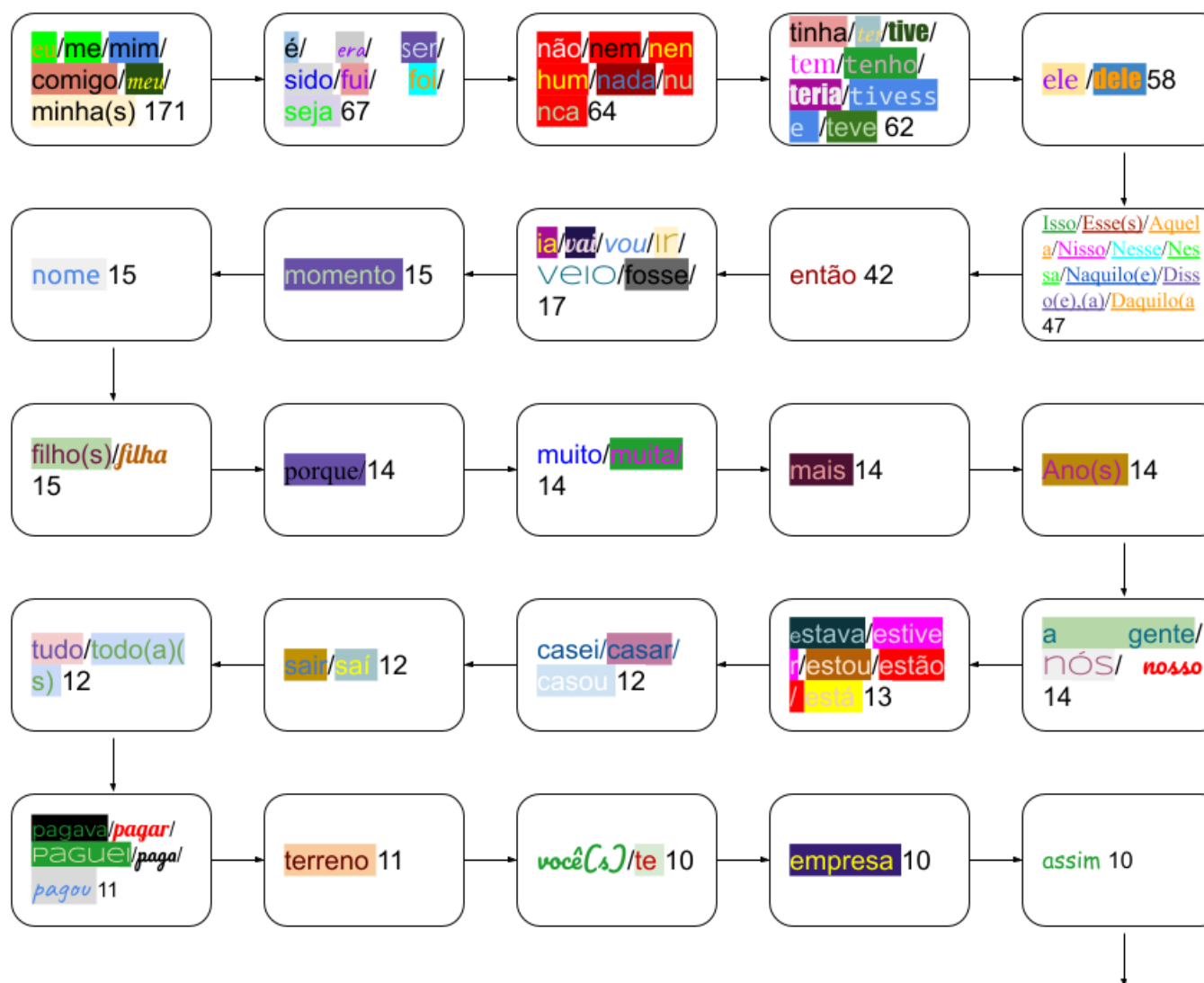
Antes de começar a entrevista, tivemos o cuidado de informar à entrevistada a finalidade da pesquisa e a forma como os dados seriam tratados, analisados e interpretados. Das duas entrevistas realizadas, apenas uma foi analisada, pois considerou-se que, conforme a teoria já apresentada, não seria necessária a ampliação da coleta de dados. O motivo é que, na Psicologia Sócio-histórica, um sujeito é representativo da sociedade de que participa, ou seja, a constituição ontológica do ser é social, de modo que os processos de subjetivação do sujeito são a maneira como ele internaliza as condições históricas, culturais e sociais da sociedade em que vive, e, dessa maneira, ele se torna um sujeito representativo. Nosso critério de seleção foi a primeira entrevista realizada.

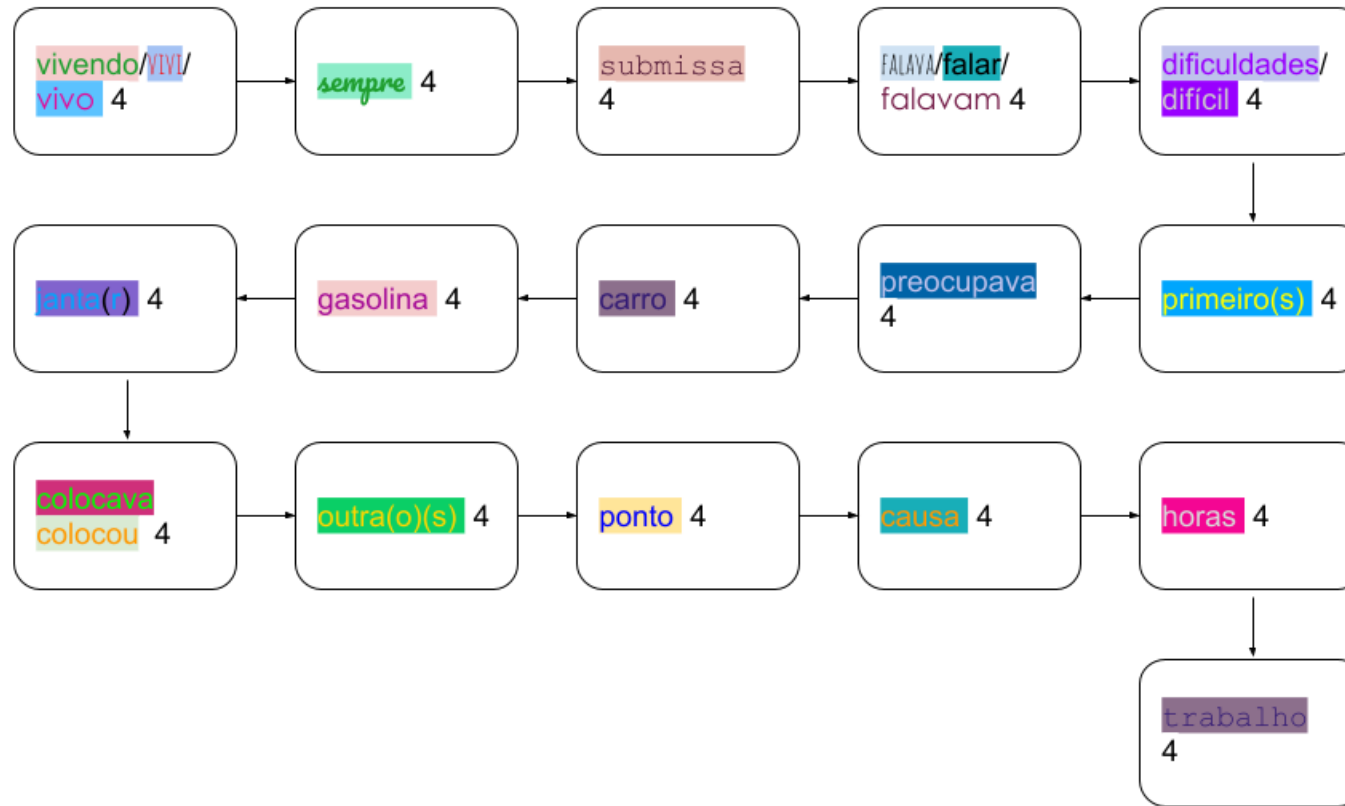
Na qualificação da pesquisa, ocorrida no dia 3 de novembro de 2021, a banca orientou que se realizasse uma entrevista complementar. Como as perguntas solicitadas pela banca constavam nas que foram aprovadas pelo CEP, foi realizada outra entrevista com essas mesmas questões. Empregamos, nas entrevistas, o aplicativo *Speechy*, que, além de gravar o áudio, transforma-o em escrita. O discurso completo transcrito está disponível no Apêndice IV. A entrevista complementar não foi utilizada na Análise Gráfica do Discurso, mas contém informações que podem orientar discussões posteriores.

Conforme as orientações técnicas de Lane (1989), seguimos os procedimentos de coleta, partindo do discurso inteiro, sem fragmentá-lo, detectando as palavras que se repetiam e incluindo na mesma célula as que possuísem o mesmo significante, para formar um quadro de incidência de palavras. O quadro está organizado de forma decrescente, iniciando com as palavras que mais foram verbalizadas. Após a transcrição, no texto do discurso, foram marcadas da mesma forma as palavras iguais para que fosse possível localizá-las mais facilmente para contagem. O quadro de registro da frequência de emissão das palavras que explicitam o núcleo do discurso pode ser visualizado no Apêndice V.

Ainda conforme os ensinamentos de Lane (1989) e de Leão (1999), o quadro de palavras mais emitidas gerou o Gráfico 1, a seguir, no qual constam posicionadas em ordem decrescente de emissão. Isso nos permite visualizar o fluxo do pensamento da entrevistada e captar o seu processo de consciência acerca do casamento, possibilitando-nos apreender os sentidos que integram as representações de casamento apresentadas pelos sujeitos (LEÃO, 1999).

Gráfico 1 - ANÁLISE GRÁFICA DO DISCURSO DA ENTREVISTADA





O núcleo do pensamento, captado a partir da contagem de palavras, elabora enunciados que desvelam os aspectos conscientes e inconscientes, não só confirmando o que está presente no discurso, mas também indicando o que está subjacente a ele e revelando, então, aquilo que não é consciente para a pessoa produtora do discurso.

Da incidência de palavras que compõem o Gráfico 1, temos o núcleo duro do pensamento. Por se construir daquilo que está mais presente no discurso do sujeito, os elementos não seguem uma lógica gramatical, e não necessariamente estarão presentes de forma evidente no discurso. Para facilitar a compreensão do conteúdo, introduzimos os conectivos que estão entre parênteses. Assim, essa análise nos revela o seguinte enunciado:

Meu era nada. Tinha (o) dele nisso. Então, ia. (até o) momento (do) nome (dos) filhos. Muito mais porque a gente (por) anos estava (para) casar. Sai! Tudo paguei: terreno, empresa. Assim, (como) você, queria ficar (com a) casa (com as) coisas. Fazendo (no) começo (do) casamento (por) sentimento. Hoje passando (pelo) tipo separada, (porque) deu dinheiro só depois. (Pela) relação, poderia metade. Bem, (na) verdade, segurança financeira construída. Vivi sempre submissa. Falava (das) dificuldades. Primeiro preocupava (com) jantar, carro, gasolina. Colocava outro ponto: (por) causa (das) horas (de) trabalho.

Do enunciado, podemos partir para a interpretação dos conteúdos manifestos e seus desdobramentos. Para isso, consideramos o referencial teórico da psicologia, para o qual a palavra representa o movimento da consciência. Assim, a partir dela, reconstruímos os processos de subjetivação do sujeito a partir da sua forma de inserção social. Dessa maneira, ainda que utilizemos apenas uma entrevista para esta pesquisa, ao se considerar que os processos intrapsicológicos ocorrem em relação aos processos interpseudológicos — ou seja, considerando as determinações socioculturais na sua constituição —, podemos reconhecer, nas condições subjetivas do sujeito da entrevista, os conteúdos ideológicos que determinam a construção do casamento na sociedade (LEÃO, 2007).

5 A CONSCIÊNCIA DO PATRIMÔNIO NO MATRIMÔNIO

Nosso objetivo nesta pesquisa é investigar a consciência de mulheres sobre a relação entre o matrimônio e o patrimônio no casamento. Para tanto, selecionamos e entrevistamos uma mulher que correspondia aos critérios de sujeito representativo.

Um sujeito é representativo na medida em que compreendemos a consciência como algo constituído pelas representações e pelos significados sobre o casamento apropriados nas relações sociais. Além disso, embora os sentidos sejam elaborados individualmente, são igualmente construídos sob as determinações da cultura do grupo social de que o sujeito participa. Portanto, através do discurso específico da entrevistada, são desvelados seus aspectos conscientes e não conscientes acerca do fenômeno, mas tais aspectos também estão presentes na sociedade como um todo.

Os movimentos da consciência são dialéticos. Assim, buscamos compreender como são os processos psíquicos do sujeito desta pesquisa, desde o que ela mostra até o que não manifesta em seu discurso. Da mesma forma, pretendemos reconhecer quais são os significados apropriados e os sentidos atribuídos por ela ao patrimônio no casamento. Para tanto, utilizamos aspectos manifestos no seu discurso para encontrar o núcleo do pensamento.

Sabemos que as vivências da participante da pesquisa, as quais influenciam a apreensão da realidade, integram os sentidos constituintes das necessidades que a afetam e motivam os seus comportamentos de se casar, manter-se casada e separar-se. Tal afirmação confirma-se na Análise Gráfica do Discurso da sua fala, o que nos possibilitou desvelar os aspectos conscientes e inconscientes da entrevistada sobre o tema.

5.1 O matrimônio e o patrimônio dela: uma interpretação

Da Análise Gráfica do Discurso, captamos os enunciados que, por serem o núcleo duro do pensamento, não guardam coerência gramatical com a estrutura da língua portuguesa, portanto foram acrescentados conectivos para facilitar a interpretação, como mencionado anteriormente. Repetimos aqui:

Meu era nada. Tinha (o) dele nisso. Então, ia. (até o) momento (do) nome (dos) filhos. Muito mais porque a gente (por) anos estava (para) casar. Saí! Tudo paguei: terreno, empresa. Assim, (como) você, queria ficar (com a) casa (com as) coisas. Fazendo (no) começo (do) casamento (por) sentimento. Hoje passando (pelo) tipo separada, (porque) deu dinheiro só depois. (Pela) relação, poderia metade. Bem, (na) verdade, segurança financeira construída. Vivi sempre submissa. Falava (das) dificuldades.

Primeiro preocupava (com) jantar, carro, gasolina. Colocava outro ponto: (por) causa (das) horas (de) trabalho.

O pensamento que o primeiro enunciado revela e que é constituído pelos núcleos em torno dos quais os demais enunciados serão desenvolvidos é: *Meu era nada*. A entrevistada representa-se e apresenta-se como quem não tinha posse do patrimônio, frisando tempo pretérito. Essa indicação temporal já anuncia que ela reconhece que mudou, que se tornou outra pessoa no presente. Assim, iniciamos a exploração da sua consciência tomando como base orientações vigotskianas sobre a estruturação e o desenvolvimento da personalidade como a instância que sintetiza todas as funções e processos psicológicos superiores:

[...] la personalidad que es un concepto social abarca lo sobrepuesto a lo natural, lo histórico en el ser humano. No es innata, surge como resultado del desarrollo cultural, por ello la «personalidad» es un concepto histórico. La personalidad abarca la unidad de la conducta que se distingue por el indicio del dominio. (VIGOTSKI, 1995 p. 229).⁵

Na gênese da sua constituição, buscamos o momento em que ser ou existir passa a coincidir com ter. Esse pensamento é reafirmado por ela quando toma a submissão como sua característica inicial, a qual foi alterada ao conquistar sua segurança financeira — segundo ela, construída pela dedicação ao casamento e aos serviços domésticos.

Essas novas construções socioculturais, que a diferenciam daquela mulher que, no início do casamento, fazia as atividades domésticas e mantinha-se submissa por seus sentimentos, foram sendo interiorizadas e construíram significados e sentidos os quais passam a potencializar suas transformações, consolidando-as: *Saí! Tudo paguei: terreno, empresa. Assim, (como) você, queria ficar (com a) casa (com as) coisas*. Então, podemos apreender como a trajetória dos movimentos da sua personalidade constrói a sua nova visão de mundo, pois esta decorre das vivências e não das experiências, como alertou Vigotski:

Tampoco entendemos por concepción del mundo un sistema lógico, meditado, en forma de una concepción consciente sobre el mundo y sus aspectos más fundamentales. Utilizamos también dicho término en el sentido sintético que en plano subjetivo corresponde a la personalidad. Para nosotros la concepción del mundo es todo aquello que caracteriza la conducta global del hombre, la relación cultural [...] con el mundo exterior. [...] ‘concepción del mundo’ un significado puramente objetivo de la actitud [...] frente al mundo en que vive. (VIGOTSKI, 1995, p. 229).⁶

⁵ Tradução para o português: [...] a personalidade, que é um conceito social, engloba o que se sobrepõe ao natural, ao histórico no ser humano. Não é inata, surge como resultado do desenvolvimento cultural, portanto, «personalidade» é um conceito histórico. Personalidade abrange a unidade de conduta que se distingue pelo indicio de domínio [sobre si mesmo]. (VIGOTSKI, 1995, p. 229).

⁶ Tradução para o português: Tampouco entendemos por concepção de mundo um sistema lógico, meditado, na forma de uma concepção consciente sobre o mundo e seus aspectos mais fundamentais. Também usamos este

Considerando que a visão de mundo do sujeito orienta os comportamentos, podemos deduzir que, para a entrevistada, os sentidos do casamento construídos e transformados na sua vivência desde antes de ter a experiência do casamento vão fazer parte da construção de sua personalidade, sendo que esta, para Vigotski (1995), se constituía a partir das relações sociais e culturais. Para o entendimento do processo no qual ocorre a personalidade, é imprescindível saber que ela decorre da vivência. Assim:

[...] por vivências propomos compreender o processo de organização da relação da pessoa com o seu cotidiano, com determinadas situações da vida, baseadas naquelas tomadas da cultura e para a cultura devolvida pela atividade da pessoa transformadora de formas e valores signo-simbólicas. De uma maneira mais lacônica, vivência poderia ser definida como um processo de formação do campo semântico pela pessoa, por meio do sistema de significados. Ou seja, vivência ou sempre transforma o que existe, ou gera um novo sentido. (PRESTES; JEREBSOV, 2019, p. 680).

A vivência decorre de eventos significativos os quais transformam as emoções e os sentidos sobre determinados acontecimentos, participando dos processos de consciência promovedores das escolhas relativas aos comportamentos diante desses eventos. A vivência acontece nas relações interpessoais e promove a formação do sistema semântico de significados e sentidos. Dessa maneira, a vivência sobre o casamento é anterior a ele. É a partir do modo como a entrevistada concebe o casamento que ela vai se relacionar com os afetos ligados a ele e atribuir-lhe sentidos.

A partir do núcleo do pensamento extraído do discurso, é possível reconhecer o movimento e a transformação da sua visão de mundo sobre o casamento. Ela parte de um reconhecimento de não haver *nada* dela antes do casamento, mas, com a relação, ela poderia construir a *segurança financeira*, porém, para isso, seria preciso viver *sempre submissa*. A entrevista também parece com um questionamento sobre si. Depois disso, passa *pelo tipo separada*, mesmo querendo *ficar com as coisas*, sabendo que havia pagado por *tudo*, porém ficar com os bens só era possível *pela relação*.

Da sua vivência, emerge a personalidade, cuja gênese, em uma perspectiva vigotskiana, é social, pois ocorre por meio da apropriação dos significados e da produção de sentidos (DELARI, 2020). A personalidade não é estática: ela muda ao longo do desenvolvimento, embora possam coexistir formas anteriores e atuais. Assim, essa relação entre a apropriação da cultura e o uso dela pode favorecer o processo de emancipação do sujeito (DELARI, 2020).

termo no sentido sintético que em um nível subjetivo corresponde à pessoa. Para nós a concepção de mundo é tudo o que caracteriza o comportamento global do homem, a relação cultural [...] com o mundo exterior. [...] 'concepção de mundo' um significado puramente objetivo da atitude [...] em relação ao mundo em que vive. (VIGOTSKI, 1995, p. 229).

No enunciado, a mudança que denota a emancipação está nos núcleos *Saí* e *Hoje passando (pelo) tipo separada*. As transformações ocorrem no conflito, no qual o sujeito tem de decidir entre ações excludentes. Nas palavras de Delari (2020), “a produção de processos de significação, como generalização da realidade, implica estabelecer valores, sobrepesar relações entre fins e meios e tomar decisões, com as conquistas e perdas que isso envolve” (p. 64).

Assim, para a teoria psicológica sobre a gênese social da personalidade, segundo Delari (2020):

[...] os princípios que se constroem sobre a vida organizam os posicionamentos pessoais diante dela. Os modos de concebermos a realidade são indissociáveis das formas de nos relacionarmos afetivamente com ela. Este aspecto de nossa generalização da realidade mediante ‘princípios’. (DELARI, 2020, p. 66).

Ou seja, o modo como se desenvolverá a relação com a realidade será determinado pelo afeto. Assim, no núcleo do discurso da entrevistada, surge *Fazendo (no) começo (do) casamento (por) sentimento*. Delari (2020) explica que os sentimentos são históricos e dependem da cultura, a qual os nomeia e atribui-lhes valores. Dependem também das condições econômicas e políticas do sujeito dessa cultura. Dessa maneira, um afeto como o amor que motiva o casamento (chamamos hoje de casamento por afinidade) é possível nesse estágio histórico. Isso ocorre porque é essa cultura que medeia a consciência dos sentimentos que vão afetar os sujeitos e modificar a conexão entre os pensamentos acerca do casamento.

Os sentimentos compõem a estrutura da personalidade e ocorrem tomando como referência os valores da sociedade e das condições políticas e econômicas do sujeito, por isso são históricos, ideológicos e psicológicos. “Assim, a estrutura da personalidade é histórica. Mas, por ser social, não está submissa a qualquer ‘contingência de reforço’, sem nenhuma estabilidade ética. Ela se transforma enquanto se mantém e só pode manter-se porque se transforma.” (DELARI, 2020, p. 66-67). É dessa maneira que Vigotski (1995) conclui que a personalidade é o social em nós, nessa relação consigo, com o outro e com o mundo, num processo dialógico. Portanto, é no processo de desenvolvimento da cultura que se define o conteúdo da personalidade e a sua visão de mundo (VIGOTSKI, 1995).

A forma como ela percebe e representa a realidade possibilita a sua construção de sentidos. Portanto, ao considerar, no enunciado formado no núcleo do pensamento, que nada era ela ou dela antes do casamento, vemos outros significados sociais que afetam os sujeitos na sociedade, motivando-a para o casamento. Isso porque ser equivalente a nada pode estar relacionado à ausência de valor social, de forma que os aspectos ideológicos de valor da

sociedade capitalista estarão presentes nos sentidos do casamento. Assim, essa mulher se sentiria valorizada a partir do casamento.

Compreendemos que a personalidade é um “produto da atividade individual condicionada pela totalidade social” (MARTINS, 2001, p. 114) e que “em sua gênese, a personalidade resulta de relações dialéticas entre fatores externos e internos sintetizados na atividade social do indivíduo” (MARTINS, 2001, p. 107). A atividade, para a teoria vigotskiana, não se resume à ação do indivíduo. Para ocorrer, necessita de sujeito, motivo e mediadores. A atividade contém a historicidade e as contradições dos fenômenos sociais. Assim, quando ela produz significado para um sujeito, as necessidades produzidas na sociedade afetam-no, desencadeando as suas ações a fim de alcançar um objetivo, o que faz o indivíduo entrar em atividade. Portanto, a atividade é uma ação transformadora na natureza tanto externa quanto interna, pois é por meio dela que o sujeito desenvolve suas capacidades e sua consciência sobre as suas condições materiais. Sendo assim, para compreender a universalidade no sujeito, buscamos conhecer o seu movimento na atividade para recompor a atividade psicológica constitutiva que é a síntese de outra atividade (VIGOTSKI, 1991; LEÃO, 2007).

O núcleo do pensamento seguinte, *Tinha (o) dele nisso*, que surge após *Meu era nada*, sugere o movimento do sujeito pela necessidade. Ao mesmo tempo que não se sente proprietária do patrimônio, a entrevistada atribui este a ele (nesse caso, o marido), já que é a quem ela se refere ao falar do seu casamento. Em outras palavras, o núcleo do pensamento poderia ser compreendido como: ela tinha o patrimônio dele no casamento, mas ela tinha nada.

De certa forma, a necessidade motivadora do casamento está na ideologia apresentada na cultura de que se pode ser valorizada por ser uma mulher casada. Porém, se por um lado nada era dela, por outro ocorre uma equivalência entre o *nada* e o sentido atribuído a *ele*, quando, logo após o *nada*, surge o *Tinha (o) dele nisso*. Ela compreende que casar não muda o valor de si, bem como que ter algum patrimônio a partir dele não vai garantir a sua posse do patrimônio. Portanto, entram em movimento os significados do casamento produzidos na ideologia e apropriados por meio da cultura pelos sentidos que ela produz e a partir das condições objetivas postas na vivência. Assim, a entrevistada passa a ser afetada pela realidade: ainda que o sentido de valor não esteja no seu discurso, ele dá motivo para o casamento.

Dessa maneira, os sentidos sobre patrimônio no casamento construídos pela entrevistada eram de que dela era nada. A presença de dois indicativos de posse (pronome possessivo e o verbo “ter”) como núcleo do pensamento ligados a *nada* e a *dele* evidencia sentidos que subjazem a consciência da relação entre matrimônio e patrimônio. Se, na construção histórico-cultural, o casamento é a instituição de construção de patrimônio, esse significado não é sentido

como pertencente a ela, pois dela é o nada; ou seja, para ela, ainda que participe da construção patrimonial do casamento, há uma percepção de ausência de posse.

Quando, no núcleo do discurso, ela atribui ao marido os sentidos de patrimônio, já que os bens pertenciam a ele, e atribui a si a missão de ser submissa no casamento, podemos reconhecer a dicotomia matrimonial e patrimonial, na qual o casamento é associado à esposa e o patrimônio ao marido nos processos subjetivos, ainda que não estejam dispostos no discurso. Isso porque, mesmo que algo não esteja reconhecido ou nomeado, isto é, o afeto não seja consciente, ele é desencadeador de atividade que produz satisfação ou sofrimento.

Verificamos os mediadores histórico-sociais para a instituição matrimonial, recompostos e apresentados nesta pesquisa em capítulos anteriores, na tentativa de determinar os sentidos do casamento para ela. Lembramos da pergunta que inicia esta pesquisa: por que chamamos matrimônio de casamento e designamos bens de patrimônio? Em suas etimologias, a palavra “matrimônio” tem uma raiz latina, *matrem*, da qual surgem as palavras ligadas ao feminino, como maternidade e matriarcal, enquanto a palavra “patrimônio” possui radical *pater*, que origina patriarcal ou paterno; a terminação vem de *monium*, cujo significado é missão. As palavras então remetem a uma representação histórica e social que determina a missão materna da mulher no casamento e a missão patrimonial masculina.

Posto isso, o fluxo do pensamento captado do discurso transcorre, e surge *Então, ia. (até o) momento (do) nome (dos) filhos. Muito mais porque a gente (por) anos estava (para) casar.* Como vimos, a personalidade compõe-se da apropriação das condições sociais existentes na cultura. Nessa parte do núcleo, podemos reconhecer o enlace entre matrimônio e maternidade, presente na cultura e na história, constituindo a consciência da entrevistada. Nessa direção, os filhos podem ser interpretados não só como o motivo para a manutenção e a durabilidade do casamento, mas também como o destino do patrimônio. A razão disso é surgirem, no núcleo do pensamento, dois sentidos. No primeiro, há uma aliança entre a longevidade do casamento (*Muito mais porque a gente (por) anos estava (para) casar*) e a existência dos filhos, núcleo que antecede a este, parecendo ser um motivo da durabilidade. No segundo, aquele núcleo enfatiza como o pensamento trata não apenas da maternidade, mas também do *nome dos filhos*. Os filhos são os herdeiros dos bens, e é para o nome deles que segue o patrimônio. Esse segundo núcleo confirma o primeiro, no qual ela não possui bens porque dela é nada, revelando também uma contradição: esse sentido de desapropriação, que ocorre antes de casar, prossegue após o casamento, já que o patrimônio é transferido aos filhos. Assim, o sentido de patrimônio no casamento, para ela, vai se desvelando como não pertencimento. Como a motivação está contida nos sentidos, nesses o patrimônio não lhe pertence, mas o matrimônio e a maternidade sim.

Com isso, a valorização como necessidade dá-se, para ela, com o próprio casamento e a maternidade.

Tudo paguei: terreno, empresa. Nessa parte do enunciado formado no núcleo do pensamento, a consciência de não apenas ter contribuído para a construção do patrimônio no casamento, mas também ter pagado pelos bens indica uma contradição com relação ao primeiro enunciado: o reconhecimento de que, embora nada tenha, por tudo pagou. Essa contradição aponta para os conflitos que promovem as transformações no pensamento e nas ações sobre o casamento. Dessa maneira, os sentidos do casamento para a entrevistada vão revelando o modo como ela se apropria do social para constituir a sua personalidade, além do modo como, a partir também da cultura, ela mesma vai tomando novos significados e transformando-se. É por isso que, a despeito das condições iniciais, o processo da consciência de si, que leva à transformação e ao desenvolvimento de novos nexos que possibilitam a emancipação, produz outro enunciado: *Saí.* Na relação do seu patrimônio no matrimônio, desenvolve-se uma vivência conectada com a realidade que atualiza os sentidos de casamento e modifica as necessidades relacionadas a ele.

Então, o que ela queria? O enunciado a seguir pode ser lido a partir do recurso da linguagem utilizado por ela ao longo do discurso de deslocamento para segunda pessoa, ou seja, é uma maneira de falar de si, mas se ocultando. Isso pode ser interpretado como uma forma de distanciar-se do conteúdo para deslocar de si aquilo que deveras seja pensamento dela: *Assim, (como) você, queria ficar (com a) casa (com as) coisas.* Não obstante tenha pagado por tudo e quisesse as *coisas* e a *casa*, essas não lhe podiam pertencer. A vontade de ficar com as coisas não poderia ser assumida nem expressa, pois, embora produza sentidos, a participante parece expressar uma barreira imposta pelos significados da produção da cultura sobre o patrimônio da mulher e assim se oculta na vontade de ficar com os bens. Ainda que haja uma condição material (a necessidade de moradia, por exemplo), o determinante ideológico predomina na consciência e na formação de valores estruturantes da personalidade, fazendo com que, no conflito, a moral sobreponha-se e escamoteie as necessidades subjacentes.

Por outro lado, afeto é motivo para a ação. É componente das Funções Psicológicas Superiores e, portanto, também participa do processo de consciência que pode promover a emancipação e a liberdade dos sujeitos. Assim, em *Fazendo (no) começo (do) casamento (por) sentimento* e em *Hoje passando (pelo) tipo separada*, há uma revelação de que um afeto desencadeia as ações na entrevistada: no começo, o casamento; mas hoje, a separação.

Há um movimento dialético, em que as contradições e os conflitos presentes na vivência modificam e reconstroem as necessidades e conseqüentemente as ações. Para Vigotski (2003), a emoção convoca o sujeito para aceitação ou rejeição de determinado evento, impulsionando-

o à atividade, com a alteração das conexões iniciais e a produção de novas conexões. A emoção, por se complexificar nos processos histórico e ideológico, transforma-se e, a partir disso, o sujeito pode também se transformar com a produção de novos sentidos para o mesmo fenômeno — nesse caso, sair do lugar de mulher solteira para casada e do lugar de casada para separada. (VIGOTSKI, 2003; TOASSA, 2004).

Essa transformação não acontece sem conflito com as contradições conscientes e inconscientes sobre o casamento. Assim, passar *(pelo) tipo separada* pode significar uma perda material objetiva e uma perda ideológica sustentada pela moral presente na cultura. Nesse sentido, quanto maior é a consciência desses processos, mais é possível ampliar a autonomia e a liberdade de tomada de decisão. No entanto, como é complexa a emoção, essa liberdade entra em conflito com as condições materiais presentes para produção da vida. Assim, seguindo o fluxo no núcleo do pensamento, vemos desvelada a necessidade que motiva o casamento no enlace entre o matrimônio e o patrimônio. Nessa parte do enunciado, revela-se uma condição objetiva, referente a ser necessária, para se ter dinheiro, a existência da relação: *(porque) deu dinheiro só depois*. A ideia da condição necessária para receber dinheiro seria estar na relação, e ao estar na relação, *poderia metade*. Por ser metade da relação, não poderia ter metade dos bens, mas a sua motivação para o casamento está marcada nesta parte do enunciado: *bem [na] verdade, segurança financeira [construída]*. Então, embora não esteja presente no discurso, a segurança financeira a ser construída no casamento é a necessidade que motiva não apenas o casamento, mas também a manutenção dele.

Um fenômeno como o casamento é histórico, construído e transformado na cultura. As mudanças sociais sobre ele também vão produzir mudanças na vivência do sujeito. Vivenciar é como o sujeito participa da realidade que apreende, relacionando a sua experiência com suas características pessoais construídas no seu desenvolvimento histórico e social. A ideia de submissão que também comparece no discurso (*Vivi sempre submissa*) é a condição para a construção do casamento.

A mediação da cultura que estabelece o modelo de comportamento da mulher valorizado faz com que ela reconheça no discurso, bem como no núcleo do pensamento, a sua experiência de viver submissa. Essa ideia, estando no núcleo do pensamento, faz perceber também o preço que se paga por estar no casamento: ser submissa como forma de viver e como forma de ser nada. É o *nada* que parece ser ideia central no núcleo desse enunciado. A anulação do ser para a construção do casamento é o modo de pagamento da segurança financeira.

Nesse enunciado, apreendemos o processo de transformação da consciência, com valor positivo e negativo. É positivo no sentido de revelar que a entrevistada tomou atitudes esperadas

dela no matrimônio, e negativo no sentido de que isso que a cultura determina para ela é também objeto de anulação de si. A partir dos significados possuídos pela participante da pesquisa, podemos, portanto, depreender o conflito entre valor e desvalor no comportamento de submissão. Ainda, nessa parte do enunciado, é perceptível um ensinamento de Lane (1985):

A consciência da reprodução ideológica, inerente aos papéis socialmente definidos permite aos indivíduos no grupo superarem suas individualidades e se conscientizarem das condições históricas comuns aos membros do grupo, levando-os a um processo de identificação e de atividades conjuntas que caracterizam o grupo como unidade. (p. 17).

Embora o enunciado tenha outras questões e não se esgote nessa interpretação, finalizamos neste ponto, por compreender ser o suficiente para esta análise.

5.2 O casamento e o nada: uma breve discussão sobre o matrimônio da mulher

No núcleo do pensamento captado no discurso da entrevistada, observamos que está concatenada com a história do casamento a ideia de que a mulher, embora participe da construção do patrimônio, seja com trabalho produtivo, seja com trabalho reprodutivo, não se sente proprietária dos bens, mas sim responsável pelo sucesso do casamento.

A subjetividade é um processo de apropriação dos significados sociais, do modo como o sujeito representa a sua realidade, atribuindo sentidos a partir das relações estabelecidas em sociedade. *Meu era nada* — é dessa maneira que o enunciado do núcleo do pensamento inicia: do nada. Começa com uma primeira pessoa do singular que pode tanto ter quanto ser, já que *nada* é dela ou ela. Podemos depreender os sentidos que a constituem, compreendendo que, se partirmos da ideia de que se nada é ela, então ela necessitaria do casamento para ser.

Se nada é aquilo que não existe (é a ausência), então casar representaria a existência. No entanto, na história desse sujeito, casar não lhe garantiu isso. Segundo o preceito religioso, ao se casar, a pessoa torna-se um com o outro, mas isso seria coisa impossível, já que, se são dois, ao se tornar um, alguém se tornaria zero, e então o casamento não poderia simbolizar o passar a existir.

Portanto, em *Meu/eu era nada*, não possuir valor parece construir para a entrevistada a necessidade de ter valor que a levará para a ação de se casar. O motivo para o casamento é tanto ser quanto ter algo. Ser nada equivale a ser sem valor, já que o nada não é vazio e sim a presença da ausência, seja de valor, seja de ser.

Como vimos, isso se confirma no núcleo do pensamento quando surge *Meu era nada [...] Tudo paguei*. Esse núcleo é complementado por *Vivi sempre submissa*. Essas ideias de que a mulher é responsável pelo casamento e de que ser submissa é uma parte estruturante dele, embora venha dos preceitos religiosos cristãos, não se explica apenas por essa determinação. Podemos analisar inclusive na construção histórica do casamento monogâmico as funções atribuídas à mulher, especialmente a maternidade e as tarefas domésticas.

A necessidade de se casar é construída socialmente, e o casamento é apontado como fonte de realização, muito embora isso não necessariamente se concretize no casamento. A sociedade ainda atribui à mulher o trabalho reprodutivo e as responsabilidades cognitiva, moral e emocional de estruturar a relação, ainda que, para tanto, ela precise se submeter. Muitas vezes, isso torna o casamento uma relação hierarquizada. Assim, a construção social que atrai a mulher para a necessidade do casamento vai produzir sentidos contraditórios com aquilo que o motivou. Ao mesmo tempo que tal união é construída como um lugar especial de valorização, a realidade material do casamento pode ser a precarização da vida, com alto custo para a mulher, ou pode, simplesmente, não se concretizar como lugar de realização.

O amor romântico produzido na cultura sustenta e determina a necessidade consciente do casamento na sua idealização. Como defende Essig (2019), o capitalismo utiliza-se ideologicamente do amor romântico para se manter, bem como para ampliar e transformar as relações. A autora afirma que o romance é o ópio do capitalismo, pois este vende a ideologia do romance e escamoteia a realidade: o amor é promessa de felicidade, e o romance é caminho para ser feliz. O ideológico esconde a realidade do casamento que é a finalidade do romance (ESSIG, 2019).

Podemos, portanto, observar que o amor está presente no discurso da entrevistada como o motivo para se casar. Na primeira entrevista, ela diz: *eu casei por amor* e depois *sentia falta de amor*. Na segunda entrevista, ela conta sobre um noivo anterior, com o qual não se casou, porque entendeu que não seria feliz com ele. Dessa maneira, a necessidade consciente motivadora para o casamento estaria enlaçada com a ideia de felicidade que o amor produziria.

Todavia, o amor está ausente no núcleo do pensamento sobre o casamento — uma ausência significativa, já que se faz presente ao se refletir sobre a sua função na cultura de construir necessidade. A origem do casamento monogâmico não foi o amor, como afirmou Engels (2017). Além disso, a idealização do casamento monogâmico como concretização do amor romântico é outro determinante construído na sociedade que produz sentidos nas vivências, especialmente nas femininas.

Podemos ainda refletir sobre como esses dois núcleos: *vivi sempre submissa* e (*por causa (das) horas (de) trabalho*) que se liam a uma ideia que aliança o casamento ao trabalho para mulher. O preceito cristão de que é a mulher sábia quem edifica a sua casa, coloca para ela a responsabilidade sobre o sucesso do casamento, que se dá com a sua dedicação. Isso permite comparar o casamento ao trabalho para mulher, pois, embora não remunerado, há uma avaliação social do desempenho e um resultado esperado que vai garantir o sucesso do lar. É o que a entrevistada coloca em questão: se viveu sempre submissa, edificando o seu casamento, dedicando seu trabalho nele, por que não seria feliz no casamento?

Assim, enquanto a mulher busca no casamento a felicidade da realização do amor, uma realidade material e objetiva torna precária a sua condição patrimonial, tendo a mulher, inclusive, que ser submissa, ou seja, anular a própria vontade para que a do outro prevaleça. Portanto, a hipótese de que há uma relação subjacente entre matrimônio e patrimônio no casamento, na qual a mulher está em desvantagens sociais e culturais, confirma-se nessa análise no discurso. Isso nos faz querer avançar por essa temática a fim de buscar compreender ainda mais a relação entre casamento e trabalho e como a violência patrimonial se expande ou não pelo casamento aliada à história e à estrutura social do matrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de compreender a relação entre matrimônio e patrimônio e as implicações dessa relação nas atividades de casar e construir patrimônio. Ou seja, investigamos como as determinações ideológicas sobre o casamento constroem significados e sentidos fundamentais para os processos da consciência sobre o fenômeno para o sujeito. Partimos do método do materialismo histórico e dialético, que entendemos ser o adequado, pois permitiu que fizéssemos a interpretação a partir da materialidade do fenômeno no sujeito, considerando a sua elaboração histórica, social e cultural. Esse método embasa a teoria psicológica sócio-histórica e a técnica de Análise Gráfica do Discurso, os quais foram os instrumentos de coleta, análise e interpretação dos dados desta pesquisa.

O método do materialismo histórico e dialético, desenvolvido por Marx (2008), concebe a ontologia do ser como sendo o ser social que determina a sua consciência. Dessa maneira, percorremos a construção histórica, social e cultural do matrimônio e do patrimônio. Compreendemos que a cultura do casamento não pode ser considerada deslocada do modo de produção na sociedade, já que a conservação das tradições ou a transformação dos fenômenos são promovidas pelo capitalismo. Não só o modo de produção vai gerar uma ideologia; os eventos da cultura também estarão implicados nela (MARX, 2008; NETTO, 1994).

O casamento, sobre o qual se carrega um significado social construído desde a infância, é entendido como uma instituição que estrutura um fenômeno social, sendo também sustentado pelo modelo idealizado de família, constituído ideologicamente e interiorizado pelas determinações socioculturais. A palavra casamento evoca uma representação que remete aos modelos ideológicos hegemônicos em cada cultura, no seu tempo histórico. A palavra pode ser representada pela cerimônia ou pela imagem da forma predominante de família, mas os sentidos podem ser diversos: desde uma recusa completa à ideia até uma motivação que o torne o sentido da vida (SANTOS; LEÃO, 2007; VYGOTSKI, 1991).

Entendemos que a vivência do sujeito no casamento, ou seja, a sua relação e as histórias vividas em determinado tempo e cultura, é o que vai constituir o sentido do fenômeno para o indivíduo. É o sujeito que vivencia e produz sentidos, sendo esse o aspecto psicológico, que também é dinâmico e ocorre durante o processo contínuo de interiorização. Enquanto o significado da palavra é concreto e existe de fato, compartilhado na sociedade, pois já é um conceito que carrega a sua explicação para o grupo, o sentido, diferentemente, é derivado de um contexto pessoal, da realidade decorrente das vivências. As relações sociais vão implicar se

na visão de mundo interiorizada pelo sujeito, ainda que, para interiorizá-la, sejam necessários mediadores, ou seja, ela ocorre do interpsicológico para o intrapsicológico. Sendo assim, o sentido e o significado do casamento articulam-se pela linguagem para construção da consciência sobre ele (LEÃO, 2007; VYGOTSKI, 1995). Foram as implicações da história e da cultura na constituição da consciência sobre o casamento que buscamos reconstruir ao apresentar seu movimento histórico.

A necessidade é aquilo que coloca o sujeito em atividade, no entanto essa necessidade não é filogenética. Embora precise do corpo biológico para acontecer, ela é interiorizada na sociogênese (LEÃO, 2007; MARX, 2004, 2011b; SANTOS; LEÃO, 2012; VYGOTSKI, 1995, 2001). Na perspectiva adotada, portanto, as necessidades presentes na consciência, apesar de serem dos sujeitos, decorrem das determinações culturais da sociedade e do período histórico em que eles vivem. Marx e Engels (2007), estudiosos das necessidades criadas pela sociedade capitalista, demonstraram que o casamento é um requisito para a instituição familiar, a qual é mediadora entre os sujeitos e a sociedade. Nesse sentido, a família reproduz a sociedade, e, por isso, o casamento é ensinado como necessidade.

Fizemos, portanto, uma recomposição histórica do casamento desde a gênese nas relações monogâmicas e o desenvolvimento da propriedade privada; consideramos os modos de matrimônio no período de transição do feudalismo para o capitalismo; e mencionamos a gênese do casamento monogâmico no Brasil colonial que aponta para o processo de formação da família brasileira. Além disso, fizemos uma recomposição histórica sobre as seguintes instituições: Igreja, Estado, educação e arte em suas contribuições para promover os determinantes culturais sobre o casamento.

Ademais, discutimos também como os sentidos acerca do casamento têm sua gênese no afeto, seja ele social, seja ele psíquico, uma vez que, havendo a presença do afeto, o sujeito coloca-se em atividade. Então, quando se pergunta o porquê de as pessoas casarem-se e manterem-se casadas, na verdade se quer saber qual o afeto gerado e o motivo que influencia suas ações nessa direção.

O discurso de uma entrevistada foi o instrumento para examinar os significados e sentidos presentes no campo da consciência dos sujeitos. Dessa maneira, para a teoria, a consciência depende da linguagem, e a língua usada em cada grupo social determina a consciência. A linguagem, então, é imprescindível para pensar, pois é por meio da linguagem interiorizada que se pensa. Foi por meio desse mediador, a linguagem, que buscamos compreender a consciência manifestada no discurso, com a aplicação da técnica de Análise Gráfica do Discurso.

Fizemos uma entrevista sobre a temática do estudo e aplicamos essa técnica a qual permitiu a captação do núcleo do pensamento. Esse núcleo expressou não somente os aspectos da consciência, mas também os elementos inconscientes para o sujeito sobre a relação entre matrimônio e patrimônio. Do enunciado formado, pudemos reconhecer o movimento da consciência na sua relação com o casamento junto às mudanças do sujeito desenvolvidas nas suas vivências.

Na interpretação da Análise Gráfica do Discurso, discutimos como casamento pode ser construído, na história da sociedade, como uma necessidade para formação da família. Se hoje os motivos podem ser diversos, tais como satisfação de necessidade afetiva, de procriação e religiosa, além de *status* social, entre outros, na história, com a família consanguínea, punaluna, pré-monogâmica e monogâmica, havia, na gênese do casamento, o vínculo entre a posse e o matrimônio como motivação para a monogamia (ENGELS, 2017; LESSA, 2012a).

Como vimos, a consciência do casamento não é natural nem inerente. Para ocorrer, vai depender da síntese que o sujeito faz sobre ele a partir dos processos psicológicos superiores: atenção, sensação, percepção, memória voluntárias e reorganizadas socialmente e, em especial, as linguagens. Mesmo que pareçam processos apenas biológicos, já que é necessário um corpo para realizá-los, a formação deles depende da cultura, pois são processos aprendidos, ou seja, dependem dos mediadores para serem desenvolvidos como são. Dessa forma, quando um sujeito é afetado por uma ideia, como o casamento, o modo como ela se torna atividade está relacionado com a construção histórica e as transformações sociais dela (LEÃO, 2007; NETTO, 1994, 2011; SANTOS; LEÃO, 2012; TOASSA, 2006).

Como as mudanças subjetivas não ocorrem de forma natural, o que é possível perceber pelo movimento histórico, o psiquismo é resultado de uma construção coletiva e altera-se enquanto acontecem transformações sociais. Porém, como um fenômeno social é naturalizado, e a cultura aparece como subjacente ao processo de naturalização, só podemos verificar esses processos analisando instituições como a família, pois ela vai se reorganizando conforme as transformações sociais no sistema de produção. Essas transformações alteram o processo econômico determinante dos processos sociais e compositor dos mediadores socioculturais para formação de um poder hegemônico e ideológico que sustenta e mantém o sistema capitalista. Logo, se as mudanças sociais têm contribuído para conservar o capitalismo, as transformações do casamento na história também operam engendradas por elas.

Dada as suas funções sociais e promotoras das consciências, a superestrutura é esse conjunto de ideias manifestadas por meio das instituições jurídicas, religiosas, educativas e familiares. Ela pode ser entendida, por analogia, como a consciência social que atribui ao

casamento seus significados e sentidos, juntamente com outras convergentes para a sustentação das mudanças ou a manutenção da infraestrutura econômica. Os significados sociais mantêm-se ou alteram-se de forma dependente da infraestrutura, mas são conservados e divulgados pela superestrutura (LEÃO *et al.*, 2006). A consciência sobre uma instituição social, como o casamento, está implicada pelas condições da base econômica, que é a infraestrutura da sociedade, de forma que as mudanças na base econômica vão alterar também as questões psicológicas dos sujeitos (LEÃO *et al.*, 2006). Isso se confirma na nossa pesquisa e pode ser analisado na interpretação da análise do discurso.

Entendemos que o casamento é um fenômeno complexo, com múltiplas determinações na construção da motivação para o casamento na nossa sociedade. Continuar as pesquisas sobre as relações matrimoniais e patrimoniais é importante, pois esse fenômeno, como vimos, é um produto da cultura que vai afetar os sujeitos de forma tanto positiva como negativa, produzindo saúde ou adoecimento. Portanto, a ampliação do conhecimento significa também a ampliação da autonomia para a liberdade de agir sobre a realidade, e essa foi a proposição desta pesquisa. Entendemos que há muito mais ainda a ser investigado sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra; Walter, Fraga Filho. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALVES-SILVA, Júnia Denise; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio. Casamentos de longa duração na literatura científica. **Revista contextos clínicos**, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 32-50, 2016.

ANDERY, Maria Amália *et al.* **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 5 ed. Rio de Janeiro: Educação Espaço e Tempo, 1996.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 22, n. 2. p. 70-77, jun. 2002.

BRASIL. Código Civil (1916). **Lei n. 3.071**, de 1 de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm . Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. Código Civil (2002). **Lei 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. Código Penal (1940). **Decreto-Lei 2848**, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm acesso em: 05 nov. 2020.

BRASIL (2010). **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. 2010. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag_203_Religi%C3%A3o_Evang_miss%C3%A3o_Evang_pentecostal_Evang_nao%20determinada_Diversidade%20cultural.pdf Acesso em: 22 nov. 2020.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BÍBLIA. **Bíblia de referência Thompson**. São Paulo: Editora Vida, 2000.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura**. São Paulo: Cultrix, 2017.

BOTTOMORE, Thomas. *et al.*, **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CAMPOS, Adriana; MERLO, Patrícia. Sob as bênçãos da igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11. p. 327-361. jul./dez. 2005.

COLE, Michael; SCRIBNER, Sylvia. Introdução. In: VIGOTSKI, Lev. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil”. In: CORRÊA, Mariza. (org.). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 5-16.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

DELARI Junior, Achilles. **Gênese social da personalidade na visão de Vigotski: aproximação indireta à “educação estética”**. In: Abreu, Fabrício Santos.; Gonçalves, Augusto Charan; Martins, Patrícia Lima. (orgs.) Educação estética: a arte como atividade educativa. São Carlos: Pedro & João, 2020, p. 53-74.

DEL PRIORI, Mary. **Histórias e conversas de mulher: amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história**. São Paulo: Planeta, 2014.

DINIZ, Gláucia; COELHO, Vera. A História e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família. In.: FERRÉS-CARNEIRO, Terezinha. (org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2005. p. 138- 157.

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil anotado**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/my-drive>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ENGELS, Friedrich. **Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2017.

FARIA, Luiz Augusto E. Olhares sobre o capitalismo: estruturas, instituições e indivíduos na economia política. **Ensaio FEE**, Porto Alegre. v. 28, n. 2. p. 325–352, 2007.

FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Florestan. **O Brasil de Florestan**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2018. (Pensadores do Brasil: do Tempo da Ditadura ao Tempo da Democracia / organizador Antônio David).

FERNANDES, Florestan. **A sociedade de classes e o subdesenvolvimento**. São Paulo: Global Editora, 2013.

FERRÉS-CARNEIRO, Terezinha. (org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1998.

FOLHA DE SÃO PAULO. Família - Durante o matrimônio, o regime de bens pode sofrer alteração. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jan 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2003/codigocivil/familia-4.shtml>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

GALANO, Monica Haydée. Família e história: história da família. In: OLIVEIRA, Ceneide (org.). **Família e São Paulo**: Casa do Psicólogo, 2006.

GAGLIANO, Pablo Stolze.; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de Direito Civil - Direito de Família**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 6 Disponível em: <https://drive.google.com/drive/my-drive>. Acesso em: 15 nov. 2020.

GARCIA, Agnaldo; MACIEL, Mariana. A influência da religião na busca do futuro cônjuge: um estudo preliminar em comunidades evangélicas. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 10, n. 1, p. 95-112, 2008.

GARCÍA-MARQUEZ, Gabriel. **O amor nos tempos do cólera**. 45 ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

GONÇALVES, Maria da Graça. Psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In.: BOCK, Ana Mercês Bahia.; GONÇALVES, Maria da Graça; FURTADO, Odair (org.). **Psicologia Sócio-histórica** - uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez. 2007. p.37-52.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Tradução Paulo Meneses, 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

JEREBTSOV, Serguei & PRESTES, Zoia . O papel das vivências da personalidade na instrução no caso de estudos da psicologia. **Revista Educação em foco**, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 679-692, Mai/Ago 2019.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução Manuela Pinto do Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KONDER. Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense. Coleção primeiros passos, 2008.

KONDER, Leandro. **HEGEL, a razão quase enlouquecida**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

LANE, Sílvia. **A psicologia Social e uma nova concepção de homem para a psicologia**. In.: Orgs.: LANE, Sílvia & CODO, Wanderlei. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 10-19.

LANE, Sílvia. Uma técnica de Análise do Discurso: análise gráfica. **Revista Psicologia e Sociedade**, Revista da ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social, São Paulo, n. 7, set. 1989. p. 37- 41.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina: uma Coletânea de Artigos sobre as Mulheres numa Perspectiva Transcultural**. São Paulo: Instituto Lukács, 2019. Disponível em: www.institutolukacs.com.br. Acesso em: 10 nov. 2020.

LEÃO, Inara Barbosa. Um método para investigar a consciência: do intrapsicológico ao interpsicológico. **Psicologia e Sociedade**, [S. l.], v. 19, n. Special Issue 2, p. 67–75, 2007. DOI: 10.1590/s0102-71822007000500021.

LEÃO, Inara Barbosa, *et al.* Implicações psicossociais do desemprego para a consciência individual: manifestações no pensamento e emoção. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2006.

LEÃO, Inara Barbosa. **Os professores universitários: a emoção e o pensamento em um trabalho intelectual institucionalizado**. 1999. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

LEMAIRE, Ria. Patrimônio e matrimônio: proposta para uma nova historiografia da cultura ocidental. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 70, p. 17-33, jul./ago. 2018.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica**. São Paulo: Instituto Lukacs, 2012a. Disponível em: www.institutolukacs.com.br. Acesso em: 10 nov. 2020.

LESSA, Sérgio. A atualidade da abolição da família monogâmica. **Revista Crítica Marxista**, [S. l.], n. 35, p. 41–58, 2012b.

LIMA, Laís Leni. Aparência e essência: da alienação ao fetiche. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí, v. 2, n. 5, [p. 1-16], jul./dez. 2008. Acesso em: 30 nov. 2021.

LURIA, Alexander. **Curso de Psicologia Geral**. Volume 4 - Linguagem e Pensamento. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

MAIA, Marina.; MOREIRA, Rebeca. **O que é ser trabalhadora pra você?** Análise das respostas nas redes sociais do Ministério do Trabalho. *In*: Antloga, Carla Sabrina; Maia, Marina; Santos, Noemia (org.). **Trabalho feminino: desafios e perspectivas no Brasil**. Curitiba: Editora Appris, 2020.

MARINI, Ruy Mauro. **A dialética da dependência**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, L. M. **Análise sócio-histórica do processo de personalização de professores**. Tese de doutorado. Unesp-Marília, São Paulo. 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX, Karl. **Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl, **Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**, 1852. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm> Acesso em: 21 jan. 2020.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre literatura e arte**. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

MICHAELIS, Dicionário Michaelis. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2021.

Michaelis, **Dicionário** (on-line). [s.d.]. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=OWQE>. Acesso em: 15 nov 2020.

MIOTTO, Rafael. Significados de 'patroa' e 'mulher-solteira' mudam no Google depois de críticas de Anitta e Luísa Sonza. **G1**. 18/09/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/09/18/significados-de-patroa-e-mulher-solteira-mudam-no-google-depois-de-criticas-de-anitta-e-luisa-sonza.ghtml> 2020 Acesso em: 27 mai 2021.

MOSCHKOVICH, Marília. A crítica da família e os estudos antropológicos de Engels. **TV Boitempo**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vHqopTUnoEY>. Acesso em: 16 jun 2021.

MOSCHKOVICH, Marília. Posfácio à edição brasileira – Entre marxismo, feminismo e antropologia. In: ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx: uma biografia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

NETTO, José Paulo. Razão, ontologia e práxis. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 44. Ano XV, Editora Cortez, 1994.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo: brasiliense, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Teoria Marxista do conhecimento**. São Paulo: Ridendo Casting Mores, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RESENDE DE BARROS, Sérgio. **Matrimônio e Patrimônio**. São Paulo. 2010. Direito de Família. Disponível em: <http://www.srbarros.com.br/pt/matrimonio-e-patrimonio.cont>. Acesso em: 23 jun. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação de sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Livia Gomes Dos; LEÃO, Inara Barbosa. O inconsciente sócio-histórico: Notas sobre uma abordagem dialética da relação consciente inconsciente. **Psicologia e Sociedade**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 638–647, 2012. DOI: 10.1590/S0102-71822012000300017.

SANTOS, Livia Gomes; LEÃO, Inara Barbosa. O inconsciente sócio-histórico: aproximações de um conceito. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. spe. 2, p. 38-47, 2014.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. [s.l.] : Cultrix, 1995. SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SIRGADO, Angel Pino. A psicologia concreta de Vigotski: implicações para a Educação. **Psicologia da Educação**, Campinas, 1999. DOI: ISSN 2175-3520.

SIRGADO, Angel Pino. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação & Sociedade**, [S. l.], v. 21, n. 71, p. 45–78, 2000. DOI: 10.1590/s0101-73302000000200003.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX. 2 ed. corrigida. São Paulo: Campinas, Editora UNICAMP, 2011. [1999].

SHAKESPEARE, William. **Romeu e Julieta**. Ebook. Edição Ridendo Casting Mores. s/l. 2000.

TOASSA, Gisele. Conceito de consciência em Vigotski. **Psicologia USP**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 59–83, 2006. DOI: 10.1590/S0103-65642006000200004.

TOASSA, Gisele. Conceito de Liberdade em Vigotski. Revista **Psicologia Ciência e profissão**, 2004, 24 (3), 2-11

TONET, Ivo. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Lukács, 2013.

VIGOTSKI, Lev. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VYGOTSKY, Lev. **Obras Escogidas**. Tomo I. Madrid: Aprendizaje Visor y Ministerio de Educación y Ciencia, 1991.

VIGOTSKY, Lev **História do Desenvolvimento das Funções Psíquicas Superiores**. In:

VIGOTSKY, Lev. Obras Escogidas III. Madrid: Visor Distribuciones, 1995. p.1-261.

VIGOTSKY, Lev. **Construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.

VIGOTSKY, Lev. Lev Vigotski: Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano XXI, n. 71, jul./2000b.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e Linguagem**. [s.l.]: Edição Ridendo Castigat Mores, 2001.

VYGOTSKY, Lev. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VYGOTSKI, Lev. **Psicologia pedagógica**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

APÊNDICE I

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Pesquisa: OS SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA RELAÇÃO MATRIMÔNIO E PATRIMÔNIO MEDIADAS PELO CASAMENTO NO SISTEMA CAPITALISTA

Pesquisadora responsável: Rebeca dos Santos Moreira Soares

Orientadora: Prof^ª. Dra. Inara Barbosa Leão

Considerações iniciais

O questionamento que dá origem a esta pesquisa vem da ordem da linguagem sobre por que chamamos bens e heranças de patrimônio e casamento de matrimônio. Seria, assim, o patrimônio uma questão masculina, cujo significado deriva da propriedade paterna. Desse modo, surge a necessidade de investigar como essa relação entre matrimônio e patrimônio se apresenta na consciência das mulheres. A finalidade desta pesquisa é a produção de conhecimento teórico sobre as representações, significados e sentidos presentes na consciência de uma mulher sobre o casamento e a destinação do seu patrimônio durante a sua vigência.

PERGUNTA PRINCIPAL

Quais são as suas emoções e pensamentos mais constantes sobre o uso do seu patrimônio pessoal no seu casamento?

Essa pergunta tem o objetivo de desencadear um discurso livre sobre o tema, no qual a participante poderá discorrer sobre a sua experiência pessoal a respeito do uso de seu patrimônio no cotidiano do casamento. Ela explorará os aspectos presentes na sua consciência sobre as suas vivências matrimoniais, a relação com a sua visão de mundo e o modo como se dá a construção social do casamento na sua relação com o patrimônio.

Além disso, permite que a participante narre sua história, bem como as possíveis conexões entre a construção da necessidade, o motivo que leva à ação e às emoções desencadeadas no movimento da sua história.

PERGUNTAS AUXILIARES

Estas perguntas são apenas guias para a entrevistadora verificar se a entrevista está fornecendo as informações necessárias para atingir os seus objetivos na pesquisa. Só serão feitas à entrevistada caso os aspectos psíquicos a elas vinculados não sejam mencionados.

O que significa ser uma mulher casada para você?

Essa pergunta especifica e personaliza o sentido de estar casada e permite explorar os aspectos da consciência que motivam ou desencadeiam a necessidade de se casar. Deve, também, verificar se o discurso carrega as questões ideológicas que sustentam e mantêm a necessidade do casamento ou apresentar as condições adversas sobre estar casada.

Por que você acha que as pessoas se casam?

Essa questão permite explorar os elementos da cultura que fazem parte da consciência que motiva as pessoas a se casarem. Ela responde também o sentido pessoal para se casar.

Por que você acha que as pessoas se mantêm casadas?

Essa questão permite aprofundar os aspectos da consciência que saem do nível da aparência em relação ao casamento. Supondo que uma resposta possível para porque as pessoas se casam seja o amor, é possível que a pergunta sobre a manutenção do casamento conduza aos aspectos da consciência mais próximos da realidade e da verdade sobre o evento.

Por que você acha que falamos “matrimônio” quando queremos dizer casamento e “patrimônio” para bens envolvidos?

Trata-se de uma pergunta mais direta sobre a temática da pesquisa que pode trazer as reflexões que a participante faz sobre a relação entre a questão patrimonial e o casamento.

Como você percebe a relação entre matrimônio e patrimônio na sociedade?

Essa questão pretende explorar os significados sociais da relação entre matrimônio e patrimônio.

OUTRAS QUESTÕES QUE PODEM SER INSERIDAS COM INTUITO DE COMPLEMENTAR AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS

Idade;

Religião;

Naturalidade;

Filhos ou filhas;

Orientação sexual.

Sobre casamento:

Tempo casada;

Regime civil;

Forma de relação (arranjo familiar).

Essas questões são importantes para a contextualização histórico-cultural e social da participante.

APÊNDICE II

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa **“OS SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA RELAÇÃO MATRIMÔNIO E PATRIMÔNIO MEDIADA PELO CASAMENTO NO SISTEMA CAPITALISTA”**, de responsabilidade da pesquisadora **Rebeca dos Santos Moreira Soares**. Ela é parte das atividades obrigatórias em nosso curso de Mestrado em Psicologia, realizado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Professora Doutora Inara Barbosa Leão.

O objetivo dessa investigação é analisar os significados e sentidos da relação entre matrimônio e patrimônio mediada pelo casamento no sistema capitalista, presentes na consciência de mulheres. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada com base na teoria psicológica Sócio-histórica, da qual se espera conhecer essa relação entre matrimônio e patrimônio, pois, na linguagem, associamos a raiz masculina *pater* aos os bens e à herança e casamento a matrimônio, da raiz *mater* do latim. Portanto, buscamos investigar quais são os sentidos e significados atribuídos ao casamento e ao patrimônio pelas mulheres.

A finalidade dessa pesquisa é a produção de conhecimento teórico sobre as representações, significados e sentidos presentes na consciência de uma mulher a respeito do casamento e da destinação do seu patrimônio durante a sua vigência. Trata-se de uma pesquisa qualitativa embasada teórica e metodologicamente na teoria psicológica Sócio-Histórica. Dessa maneira, pretende-se que os resultados sejam divulgados de forma escrita por meio da publicação em artigos científicos, capítulo de livro e livro. Devemos também submetê-lo à apreciação acadêmica em congressos e outros eventos da área da Psicologia e sobre as condições das mulheres. Em todas essas e outras atividades que sejam realizadas com os resultados dessa pesquisa, a sua identidade será resguardada, bem como nunca será mencionado qualquer dado que possa permitir a sua identificação, garantindo, assim, o cumprimento da Resolução CNS/MS nº466/2012 Item III.2, que orienta sobre a utilização exclusiva dos dados obtidos na pesquisa para esta finalidade, conforme o seu consentimento.

Assim sendo, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade para cooperar conosco, concedendo-nos uma entrevista, na qual você será solicitada a nos oferecer um relato sobre suas vivências cotidianas durante o seu casamento.

Devido à situação excepcional da necessidade de manter o isolamento social devido à possibilidade de transmissão e contágio da covid-19, a entrevista será realizada por meio de videoconferência, evitando, assim, o contato físico e atendendo às medidas de enfrentamento e prevenção de contágio da doença.

A entrevista precisará ser gravada para que possamos posteriormente realizar a sua análise. Porém, caso aceite participar, asseguro-lhe que os dados estarão sob minha guarda e responsabilidade, conforme orienta a Resolução do CNS/MS n. 466/201. Para tanto, solicito que autorize a gravação em vídeo marcando um “x” na opção e rubricando ao lado:

() autorizo gravação _____ () não autorizo gravação _____

Sua participação na pesquisa não implica em risco físico. Embora não se espere, pode ocorrer algum desconforto emocional durante a entrevista, no entanto, buscarei evitá-lo com a minha devida atenção tanto na elaboração e na apresentação das questões como durante a entrevista. Para tanto, mantereí a sua disposição o número do meu telefone celular, que você poderá usar para me comunicar qualquer incômodo, quando poderei lhe oferecer orientações, seja como pesquisadora ou psicóloga. Você poderá interromper a entrevista a qualquer momento e solicitar assistência, que, mesmo por vídeo, poderei oferecer.

Se perceber algum desconforto psicológico decorrente da sua participação, comprometo-me a oferecer suporte como acolhimento, orientação e encaminhamento, caso seja necessário e solicitado por você. Não há risco de danos maiores por participar da entrevista, mas, se houver algum, é possível também solicitar indenização.

Sua participação é voluntária e não implica em qualquer remuneração. Você é livre para se recusar a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa não acarretará qualquer penalidade.

Embora não haja retribuição financeira por sua participação na pesquisa, entendemos que os benefícios que poderá auferir serão os de conhecer ou reconhecer os sentidos que você atribui ao casamento quando lhe oferecermos os resultados finais alcançados. Além disso, há a contribuição para a ampliação do conhecimento sobre o tema e a sua aplicação para melhorar as condições pessoais e institucionais postas no casamento.

Caso você queira, disponibilizarei cópia da dissertação com os resultados. Se houver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você poderá entrar em contato comigo pelos meios oferecidos abaixo.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Este documento foi elaborado em duas vias, das quais, uma ficará com você e outra sob a minha guarda e responsabilidade.

Agradecemos sua disponibilidade e participação.

Assinatura da pesquisadora

Assinatura da participante

Campo Grande - MS, ____ de _____ de _____.

Pesquisadora responsável: Rebeca dos Santos Moreira

Telefone: 67 99812078 - E-mail: *rebecaunb@gmail.com*

Endereço: Rua Dom Vicente Maria Priante, n. 74, apt A3, CEP 79.002-310. Bairro Monte Castelo - Campo Grande MS.

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Telefone: 3345-7187.- E-mail: *cepconep.propp@ufms.br* - Endereço: Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, prédio das Pró-Reitorias 'Hércules Maymone' – 1º andar, CEP: 79070900. Campo Grande – MS.- Horário de atendimento ao público: 07:30-11:30 no período matutino e das 13:30 às 17:30 no período vespertino.

APÊNDICE III

CONSTRUÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA SOBRE O TEMA

A pesquisa por artigos brasileiros foi realizada em novembro de 2020, primeiramente, com uma busca aberta com os descritores “matrimônio” e “patrimônio”.

Plataforma SciELO

Essa plataforma apresentou apenas um artigo:

Patrimônio e matrimônio: proposta para uma nova historiografia da cultura ocidental, de autoria de Ria Lemaire, publicado em Educar em Revista. Esse artigo busca fazer uma recomposição histórica do matrimônio e do patrimônio.

Plataforma Google Acadêmico

Matrimônio e patrimônio: a relação entre meus bens e meu bem, de autoria de Jéssica Lais Duffeck e Marcia Blasi, publicado em Revista de Estudos Feministas em Gênero e Religião. A partir da instituição religiosa, pelos preceitos bíblicos, esse artigo faz uma discussão sobre a violência contra a mulher no casamento e na história.

A mulher e o casamento: da submissão à emancipação, de autoria de Claudete Carvalho Canezin, publicado em Revista Jurídica Cesumar. Esse artigo faz uma recomposição histórica, jurídica e religiosa da instituição matrimonial. Ao refinar a busca pela área da psicologia e aplicando o filtro do período de 2016 a 2020, como os descritores “casamento”; “matrimônio”, na área da psicologia, os artigos encontrados podem ser divididos em temas.

Plataforma SciELO

Clínica

Terapia de Casal e Estratégias de Resolução de Conflito: Uma Revisão Sistemática, de autoria de Crístofer Batista da Costa, Marina Zanella Delatorre, Adriana Wagner e Clarisse Pereira Mosmann, publicado em Psicologia Ciência e Profissão.

Plataforma Google Acadêmico

A respeito de trabalho:

A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento, de autoria de Bernardo Jablonski, publicado em Psicologia Ciência e Profissão.

Vínculo e separação: um estudo sobre o rompimento dos laços matrimoniais, de autoria de Viviane Pavelka, monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Psicologia Jurídica da Universidade Cândido Mendes.

A história de nós dois: reflexões acerca da formação e dissolução da conjugalidade, de autoria de Kamêni Rolim e Maria Isabel Wendling, publicado em Psicologia Clínica.

Influências sociais contemporâneas sobre os fracassos de casamentos na igreja adventista, de autoria de Ataíles Magalhães, publicado em Práxis Teológica.

Religiosidade/espiritualidade em casamentos de longa duração, de autoria de Suzel Goulart, dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

Satisfação e insatisfação no casamento: os dois lados de uma mesma moeda?, de autoria de Luciane Machado, dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

A qualidade conjugal nos anos iniciais do casamento em casais de dupla carreira, de autoria de Viviane Heckler e Clarisse Mosmann, publicado em Psicologia Clínica.

Qualidade conjugal: mapeando conceitos, de autoria de Clarisse Mosmann, Adriana Wagner e Terezinha Féres-Carneiro, publicado em Paidéia.

Bodas para uma vida: motivos para manter um casamento de longa duração, de autoria de Júnia Alves-Silva, Fabio Scorsolini-Comin e Manoel dos Santos, publicado em Temas em Psicologia.

Conflito conjugal e estratégias de resolução: Uma revisão sistemática da literatura, de autoria de Crístopher da Costa, Cláudia Cenci e Clarisse Mosmann, publicado em Temas em Psicologia.

A respeito de amor:

O percurso do amor romântico e do casamento através das eras, de autoria de Thiago de Almeida.

A respeito de cerimônia de casamento:

No altar: a tradição em forma de espetáculo, de autoria de Bruna Alves, Isadora Carvalho e Joyce Garcia, monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social da Universidade Toledo.

Vestida de noiva – as espacialidades da mulher na cerimônia de casamento: uma abordagem comparativa entre Campo Grade e Paris, de autoria de Raquel Lage Tuma, tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG).

A respeito de costumes e moral:

Transgeracionalidade e os modos familiares de transmitir significados do casamento entre as gerações, de autoria de Júnia Silva, dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

Moralidade e amor: Estudo de caso com mulheres casadas, de autoria de Jussara Galvão, Heloísa Alencar e Cláudia Rossetti, publicado em Revista Ciências Humanas.

Com os descritores “*casamento*” or “*matrimônio*” and “*teoria Sócio-histórica*”, não foram encontrados artigos sobre o tema desenvolvidos na teoria Vigotskiana.

Temáticas encontradas em maio de 2021

A respeito da durabilidade do casamento:

Bodas para uma vida: motivos para manter um casamento de longa duração, de autoria de Júnia Alves-Silva, Fabio Scorsolini-Comin e Manoel dos Santos, publicado em Temas em Psicologia.

Transformações da conjugalidade em casamentos de longa duração, de autoria de Suzana Campos, Fabio Scorsolini-Comin e Manoel dos Santos, publicado em Psicologia Clínica.

Casamentos de longa duração na literatura científica, de autoria de Júnia Alves-Silva, Fabio Scorsolini-Comin e Manoel dos Santos, publicado em Contextos Clínicos.

Permanências e discontinuidades nas concepções contemporâneas de casamento na perspectiva de casais longevos, de autoria de Fabio Scorsolini-Comin, Júnia Alves-Silva e Manoel dos Santos, publicado em Psicologia: Teoria e Pesquisa.

Fatores relacionados aos casamentos de longa duração: panorama a partir de uma revisão integrativa, de autoria de Suzel Goulart, Ana Carolina Oliveira, Fabio Scorsolini-Comin e Manoel dos Santos, publicado em Psico.

Razões para a Manutenção do Laço Conjugal diante de Eventos Críticos em Casamentos Longevos, de autoria de Talita Grizólio, Manoel dos Santos e Fabio Scorsolini-Comin, publicado em Contextos Clínicos.

Motivações para a manutenção do casamento, de autoria de Lúcio Silva, Fabio Scorsolini-Comin e Manoel dos Santos, publicado em Psicologia em Estudo.

Casamento de longa duração à luz da terapia sistêmica familiar: um levantamento da produção contemporânea, de autoria de Milena Manente, publicado em Pensando Famílias.

A respeito de separação/dissolução do casamento/ Psicologia Jurídica:

Um casamento: uma ilustração cinematográfica do papel do advogado e as diretrizes do direito na dissolução do matrimônio, de autoria de Lídia dos Santos, publicado em Direito no Cinema. A Concepção de Casamento por Estudantes de Psicologia: Filhas de Casais Separados e/ou Divorciados, de autoria de Edjane Bomfim, artigo apresentado ao Curso de Psicologia da Faculdade São Francisco de Barreiras.

Psicologia jurídica no Brasil, livro de autoria de Hebe Gonçalves e Eduardo Brandão.

Do enlace ao refazer-se fita: o divórcio e seus desdobramentos na perspectiva dos filhos, de autoria de Marina Franco, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Psicologia Clínica da USP.

A respeito de fases do casamento ou amor no casamento:

As fases do amor no casamento, de autoria de Jaqueline Moreira, trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade Meridional (IMED).

A respeito de violência no casamento:

A (des)construção do empoderamento feminino frente a violência contra mulher no casamento, de autoria de Betina Saraiva, publicado na Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

A respeito de casamentos diversos:

O matrimônio indígena: uma análise das narrativas apinayé e suas implicações sociolinguísticas, de autoria de Paulo Hernandes da Silva e Francisco Albuquerque, publicado em Facit Business and Technology Journal.

A tomada de decisão apoiada e o direito ao matrimônio da pessoa com síndrome de down: por uma aplicação do novo paradigma previsto pela Lei 13.146/2015, de autoria de Argus Mendes Bezerra, monografia apresentada ao Curso de Direito da Faculdade Damas da Instrução Cristã. O (des)encanto do casamento intercultural: brasileiras casadas com muçulmanos estrangeiros, de autoria de Flávia Pasqualin, tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da USP.

A respeito de homoafetividade:

Da convivência ao matrimônio: o casamento homoafetivo e sua evolução no Brasil, de autoria de Donizete Lima e Juliana Araújo, publicado em Revista Furis UniToledo.

O casamento "homoafetivo" e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo, de autoria de Angelo Costa, Henrique Nardi, publicado em Estudos Feministas.

A respeito de casamento e religião:

As artes de casar: o matrimônio entre os luteranos da cidade de Imbituva, Paraná (1942-1959), de autoria de Janaína Helfenstein, trabalho submetido ao VI Congresso Internacional de História UEM.

A fabricação do medo: catolicismo, casamento civil e divórcio (Belém-PA, 1915), de autoria de Ipojucan Campos, publicado em Revista Brasileira de História das Religiões.

Sexo e Religião: Um estudo entre jovens evangélicos sobre o sexo antes do casamento, de autoria de André Meneses e Elder Santos, publicado em Clínica & Cultura.

A respeito da escolha pelo casamento, motivo:

Aspectos morais na decisão para o casamento segundo mulheres de duas gerações, de autoria de Tatiana Moraes, Antonio Ortega, Heloisa Alencar e Jussara Galvão, publicado em Revista de Psicologia.

Escolha conjugal feminina: uma análise intergeracional segundo uma perspectiva crítica em psicologia, de autoria de Isabella Pereira e Janaina Silva, publicado em Psicologia em Estudo.

O adiamento do projeto parental na contemporaneidade, de autoria de Denise Bernardi, publicado em Mudanças em Psicologia da Saúde.

Escolher é Ser Escolhida: Meninice, Pobreza e Casamento Infantil no Brasil, de autoria de Marília Veiga e Valeska Loyola, publicado em Psicologia: Teoria e Pesquisa.

Correlatos valorativos de atitudes frente a relações afetivas estáveis entre nubentes, de autoria de Sandra de Assis Freire, Bruna de Sousa, Maria dos Santos e Renata Albuquerque, publicado no livro Relações Românticas, Conjugais e Parassociais.

A respeito de relacionamento conjugal:

Casamento contemporâneo: desafios do 'eu' e do 'nós' na relação.

A qualidade conjugal nos anos iniciais do casamento em casais de dupla carreira, de autoria de Viviane Heckler e Clarisse Mosmann, publicado em Psicologia Clínica.

A respeito de clínica do casamento:

Aconselhamento psicológico com casais: interlocuções entre Psicologia Positiva e abordagem centrada na pessoa, de autoria de Fabio Scorsolini-Comin, publicado em Contextos Clínicos.

Interface entre saúde mental e relacionamento amoroso: um olhar a partir da psicologia positiva, de autoria de Adriano Schlösser, publicado em Pensando Famílias.

A respeito de casamento e trabalho:

Mulheres, casamento e carreira: um olhar sob a perspectiva sistêmica feminista, de autoria de Mariana de Figueiredo e Gláucia Diniz, publicado em Nova Perspectiva Sistêmica.

A respeito de aspectos psíquicos/emocionais do casamento/solteirice:

A expectativa feminina do “casamento feliz” e suas implicações psicológicas através da psicologia analítica, de autoria de Aline Aquino, publicado em Revista Coniunctio.

Representações sociais sobre casamento em uma cidade do Oeste Catarinense, de autoria de Daiane Zaparoli, Cristina dos Santos Padilha, Tiago Pereira e Danielle Damo, publicado em Revista Científica Saberes.

Mudança do nome para a mulher em decorrência de casamento: um estudo a partir da Psicanálise, de autoria de Naiana Viegas, monografia apresentada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão.

A condição feminina no matrimônio, delineada pela ficção, de autoria de Rita Mara Moraes, tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

“Mulher solteira procura”: um estudo em torno da solteirice na representação social feminina, de autoria de Ingrid dos Santos, publicado em Polêmica.

Heranças psíquicas geracionais e a conjugalidade contemporânea: uma revisão sistemática, de autoria de Eliza Silva, Raquel Rocha, Sueli Bobato, Ana Paula Becker e Nathália Lorenzetti, publicado em Pensando Famílias. Nesse artigo, foram citados os trabalhos na figura a seguir.

Figura C-1

Quadro 1: Categorias semânticas e principais achados

Tema	Autores	Principais achados
Estabelecimento dos vínculos conjugais na contemporaneidade	Coutinho & Menandro (2010)	Vivência conjugal e familiar para gerações distintas, modificações da relação conjugal num intervalo de tempo.
	Nascimento, Souza & Silva (2011)	Padrões comunicacionais do casal. Como a não-construção de valores próprios da conjugalidade e a lealdade, crenças e apego ao padrão da família de origem.
	Oliveira (2013)	Conjugalidade, individualidade, casal em crise.
Expectativas frente ao casamento e as questões de gênero	Guedes (2005)	Expectativas conjugais de jovens e vinculação
	Quissini & Coelho (2014)	Percepção de homens e mulheres separados ou divorciados sobre a influência da família de origem na escolha do companheiro, relacionamento marital e separação conjugal.
Repercussões das heranças psíquicas na constituição do vínculo e identidade conjugal	Bueno, Souza, Monteiro & Teixeira (2013)	Processo de diferenciação e influência da família de origem.
	Comin & Santos (2013)	Transmissão psíquica transgeracional, literatura, repetições de padrões de relacionamentos entre gerações.
	Gomes (2005)	Patologia dos vínculos conjugais, violência conjugal, repetição situações traumáticas transgeracionais.
	Paiva (2009)	Vínculo, laço e identidade conjugal, heranças sócio-históricas.
	Silva, Menezes & Lopes (2010)	Escolha do cônjuge, similaridades e complementaridades com as famílias de origem.

APÊNDICE IV

Dados iniciais

Entrevista realizada em 4 de maio de 2021 com uma mulher heterossexual, de 43 anos, evangélica, nascida em Campo Grande (MS). Tem uma filha. Foi casada por 17 anos com regime civil de comunhão parcial de bens. Atualmente, separada, mas em processo de retomada da relação. Filmes que marcaram sua vida: E o vento levou e Pássaros feridos.

Entrevista

Pesquisadora: Quais são as suas emoções e pensamentos mais constantes sobre o uso do seu patrimônio pessoal no seu casamento?

Entrevistada 1: Então, é... o quê que a gente espera, é, primeiro, é, no começo, lá, quando eu era mais nova, 18, 19 anos, 20 anos, eu tinha aquela ilusão: “ah! Eu preciso casar, eu preciso casar”. É diferente da maturidade que a gente tem hoje.

Então, a minha prioridade era casar, porque eu achava que eu estava com 22 anos, eu achava que eu ia ficar pra titia. Então, eu tinha aquela relação de cobrança da sociedade. Hoje, a gente já não enxerga isso tão como era antigamente, na minha época, ainda enxergava. E aí eu casei muito nova, com 24 anos.

E... nesse casamento, já tinha uma, uma prerrogativa preocupante, né!? que era, era o segundo casamento do meu marido. E já tinha uma ex-mulher, já tinha os filhos. E eu tinha 24 anos, eu casei assim, com toda aquela inocência, aquela coisa: “ai, vou ser feliz”.

Porque eu casei me entregando totalmente, né?! E aí a gente teve, a princípio... a gente teve as dificuldades, né?! e, na verdade, pelo fato, no começo foi bem difícil, meu primeiro ano de casamento foi bem difícil porque eu era muito nova, muito imatura e o xxxxx [posso falar xxxxxx?], ele tinha 17 anos, [você vai mudar o nome, né?!] 17 anos de diferença. Então, a gente tinha muito, batia muito na questão da diferença de idade. Só que depois eu fui amadurecendo, eu fui cedendo. É... na verdade, e, tipo assim, qualquer coisinha já queria ir embora, já queria voltar pra casa da minha mãe. Então, naquilo ali, eu fui aprendendo como conviver com aquela diferença de idade.

Por outro lado, o xxxxx, ele me dava muita segurança. Então, nunca deixou faltar nada. Sempre, nunca tive problema financeiro de... de ter que pagar alguma coisa. E o meu

sentimento, naquele... inicialmente, é que eu nunca separasse, que eu não ia separar, que eu casei pra uma vez só, e casei uma vez só pra sempre, e não passava na minha cabeça a atitude de... de separar. Então, eu casei naquele intuito que durasse para sempre.

E, nesse momento, no início, eu me dediquei muito, assim, eu era muito, era 100% submissa, né?! A ponto de eu ter que sair 5 horas da tarde. Onde eu estiver 5 horas da tarde, eu tinha que sair correndo pra fazer janta. Então, eu tinha que ligar: o quê que ele quer jantar, ele quer isso, isso e isso. Aí eu ia lá no mercado comprava. Aí, 5 horas, tinha que sair, “ah! eu preciso ir embora”, “eu preciso fazer janta”. Então, eu era... tinha um período do meu casamento, que eu era extremamente submissa, né?! Ao ponto de... de sair correndo, 5 horas da tarde, eu tinha que fazer janta. Ao ponto de servir o prato e entregar na mão. Ao ponto de, se não tivesse um feijão, casa caía. Então, eu vivi ao redor daquela relação, fazendo tudo que o homem pedia.

Então, na verdade, eu não estava preparada pra isso, né?! Então, eu aprendi a ser submissa dessa maneira. Por quê?! Porque eu não queria separar, porque eu queria que desse certo, porque a sociedade falava: “ah! Você já entrou no casamento fadado ao fracasso”. Minha mãe falava isso também, porque ele era separado, tinha os filhos, tinha a ex-mulher, que nos primeiros anos perturbou muito. Nossa! A ex-mulher dele nos primeiros anos de casamento... não tive paz.

Então, eu casei com esse intuito: de que, para que fizesse dar certo, né?! Então, eu me submetia, eu era submissa. E eu queria que desse certo, até mesmo pra mostrar: “olha! Vocês estão errados, viu?!” Entendeu?!

Pesquisadora: Entendi, então, como é para você essa questão do casamento e a questão patrimonial? Por que as pessoas se casam e por que mantêm o casamento?

Entrevistada 1: Tá! Então, como eu vejo, né?! É... na verdade, eu casei por amor.

E por que que eu me mantive tantos anos num casamento, né?! Por 19 anos... porque eu tinha uma segurança. Então, ele me dava uma segurança financeira.

É... Tinha momentos que eu achava que ele era muito apaixonado por mim, mas tinha momentos que eu sentia falta do amor. Então, tipo assim, eu não era 100% preenchida, né?! Na relação, referente a sentimento... e ele não me deixava faltar nada.

Então, eu tinha aquela segurança, tipo assim: que eu podia contar com ele, né?! Então, eu não precisava recorrer a ninguém mais. Por mais que eu tivesse, depois, conquistado o meu trabalho; é, ainda, eu precisava dele, né?! Então, o meu trabalho não era suficiente pra poder

suprir as minhas necessidades naquele momento. Então, eu não me preocupava com gasolina, eu não preocupava com com água, com luz. Eu não preocupava com compra. Eu não preocupava com... ele pagava meu telefone, minha gasolina, ele pagava tudo.

A questão foi, o que começou acontecer, foi que os filhos dele começaram a crescer, e aí, os filhos dele começaram a tomar conta da empresa, né?! Então, quê que a gente tinha em mente: o quê a gente construísse ia ser nosso. Então, ele já casou, quando ele veio, ele já veio com a metade da empresa, porque a outra metade ficou pra esposa. Nesse ínterim, ele... nós adquirimos um terreno, que a gente... que estava no meu nome. E... carro, ele sempre me dava carro zero.

A questão é: os filhos dele começaram a crescer e começaram a ter parte, participação na empresa. Então, os filhos dele falavam assim: “ah pai! Por que que você paga a gasolina, o telefone?! Então, eu vou pagar pra minha namorada também, pra minha esposa”. E foi aí que ele cortou. Então, teve o momento que ele começou... ele cortou, tipo assim, uns oito anos antes da separação, então, ele já não pagava mais minha gasolina, ele já não pagava mais o meu telefone, ele já não... ele... tipo assim, as coisas, tinha que arcar, então, já teve um rompimento nessa parte, que os filhos dele influenciou nessa... nesse momento.

O que aconteceu?! O terreno... Então, ao longo desse... dessa trajetória, o patrimônio ficou bem, bem diluído, porque ele pegou, simplesmente, a parte dele, que estava no nome dele, da empresa, passou pro nome dos filhos. Ou seja, eu já não teria mais participação nesse momento. Então, a empresa, que era no nome dele, passou para o nome dos dois filhos. Inclusive, os caminhões que tinha no meu nome. Ele colocava tudo no meu nome, então, ele colocava caminhão meu nome, colocava o terreno meu nome. Então, ele tirou tudo e pôs pra empresa.

O terreno que, tipo assim, foi um... foi a gota d'água. Ele, ele deu pro filho dele o terreno que era nosso. O filho dele construiu uma casa. Eu fui saber disso só depois que o filho dele estava lá morando dentro do terreno, com uma casa construída no terreno que era meu, no meu nome. E, depois desse momento, ele vendeu esse terreno e todo dinheiro ele colocou na empresa. Na empresa que estava no nome dos filhos dele.

Ou seja, quando eu saí dessa separação, que não foi, eu não saí, eu não saí desse casamento por causa dos bens, eu saí por causa de traição, eu não tinha nada, eu não tinha nada, não tinha uma casa, eu não tinha um imóvel, eu não tinha... a única coisa que eu saí, foi com meu carro, que eu paguei metade, ele não pagou tudo, não, eu paguei metade. Então, eu não tinha um terreno, eu não tinha um patrimônio, não tinha uma casa. De todos esses anos que eu fiquei do lado dele, que a gente construiu junto, ele simplesmente passou tudo pros filhos. E o

terreno, o que era nosso, que a gente conseguiu depois, também. Então, tudo que é dinheiro que ele ganhava, dinheiro grande, ele passava, enfiava dentro da empresa. Entendeu?! Isso daí foi uma coisa que até hoje eu sinto por ter sido tão ingênua, não ter batido mais o pé, não ter sido mais firme nesse momento.

Então, hoje estou separada. É porque eu não aguentei mais ficar numa relação que tinha traição, mas, eu saí desse relacionamento e eu não quis entrar contra a empresa... Porque ia ser uma luta, uma briga, que não está nada no nome dele. Como que eu ia provar que... não tem nada no nome dele?! Então, eu preferi abrir mão. E eu saí da relação sem nenhum bem. Nenhum. Nem casa, nem terreno, nem caminhão, nem nada. Saí só com meu carro, que está no meu nome, que eu paguei metade.

Pesquisadora: Como se sente em relação ao casamento hoje?

Entrevistada 1: O sentimento é o de fracasso, né?! De, talvez, não ter sido mais firme. Porque eu fui aguentando, fui aguentando. E, tipo assim, eu fiquei muito... É, tudo eu passava a mão: “ai, tá bom”, “faz do jeito que você quer”, “tá bom”. Então eu nunca tive muita voz ativa, nesse momento, né?!

Eu poderia ter sido mais rígida. Eu poderia ter cuidado mais de perto. Eu simplesmente confiei: “ah, tá! Você vai deixar as coisas pra mim”. Eu confiei nisso, entendeu?! Mas, na verdade, ele já estava... por trás, ele já tinha se protegido, se armado de qualquer atitude que eu fosse tomar de separação. Eu já não ia ter nada.

Então, o sentimento maior é de... é o sentimento de fracasso. Sentimento de não ter feito mais. Sentimento de não ter cuidado de perto, de ter sido, é... muito ingênua. Talvez, no momento, eu fui ingênua. Hoje que tenho outra cabeça, né?! Então, nesse momento, o sentimento é de não ter lutado pelas minhas coisas, pelas coisas da minha filha, né?!

[PAUSA]

Bom, então, hoje, atualmente, eu vivo numa situação, eu moro numa casa que não é minha. Que eu... casa da minha irmã. E eu tenho dificuldades financeira. O meu trabalho, o dinheiro que eu ganho do meu trabalho, não é suficiente para arcar com as minhas despesas, com água, com luz, com o cartão, com outras regalias. E, no momento, um momento atual, ele está muito bem financeiramente. E ele fica chantageando: “se você voltar, eu te dou, se você voltar comigo, você vai ter tudo”. Então, mais uma vez, me vejo no impasse de me submeter, né?! Ou eu me submeto 100%, por causa do valor do patrimônio, do dinheiro, da segurança

financeira... ou eu fico passando meu perrengue com as minhas dívidas, com as minhas contas e livre, né?! Na minha liberdade.

Então, esse é o grande impasse nesse momento da minha vida: decidir quê que eu faço. Se eu vou, sigo em frente com ele por causa do dinheiro que ele me oferece agora, ou se eu fico na minha vida, ganhando o meu salário, vivendo daquilo do meu salário... vivendo dentro daquilo... do limite do que eu recebo hoje.

A banca de qualificação orientou a realização de uma entrevista complementar com perguntas sobre as condições que influenciaram na decisão da entrevistada de se casar e qual era a situação atual dela. A entrevista não passará pela análise gráfica do discurso, mas está apresentada abaixo e será utilizada para esta análise.

Pesquisadora: O que você percebe que influenciou na sua decisão por casar-se?

Entrevistada: O que eu quero deixar claro é que o meu pensamento de antes do casamento é diferente do que tenho hoje. Então, hoje eu já não tenho mais o pensamento que eu tinha antes de casar, mas antes de eu casar, na verdade, eu tinha uma idealização. Hoje, não. Hoje, a gente tem uma coisa, é: eu vou estudar primeiro, depois eu vou casar.

Na minha época, eu queria casar primeiro. Eu não tinha essa preocupação de estudar ou de ser independente financeiramente primeiro. Então, eu só pensava em casar. Quando eu fiquei noiva. Quando eu tinha 18 anos, eu comecei um relacionamento. Fiquei três anos noiva e terminei. Terminei três meses antes de casar. Estava tudo certinho para o casamento, para a festa. Tudo arrumado. Depois desse período, eu fiquei dois anos sem ninguém.

Quando eu terminei o meu noivado de três anos, faltavam três meses pro casamento, estava tudo marcado, estava tudo comprado, estava tudo prontinho, convite, móveis, quando eu decidi terminar. Partiu de mim porque eu percebi que eu não ia ser feliz, que eu ia ter problema. A minha mãe foi extremamente contra. Ela falou: “meu deus, como, o que eu vou falar pros outros? Você acha que sou palhaça de ter arrumado todas as coisas, arrumei tudo, gastei dinheiro”. Em nenhum momento ela falou: “se você acha que é melhor pra você, que bom que você resolveu isso antes de você casar”, entendeu?! Nenhum momento ela me apoiou. Eu fiquei sozinha nessa, entendeu?! Com o prejuízo. Teve prejuízo e, a minha mãe, ela nunca me apoiou, por mais que ela percebia que o rapaz não ia me fazer feliz.

A minha mãe, ela nunca foi assim. As pessoas que viam a relação minha e da minha mãe achavam: “ah sua mãe é tão legal, queria ser filha da sua mãe”. Mas com a gente ela era extremamente conservadora e tradicional. Ela falava: “ah, se você beijar, você vai ser

desvalorizada, se você transar antes do casamento, você vai ser desvalorizada, ninguém vai te querer mais”. Contanto que quando eu tive esse noivado, eu perdi minha virgindade com ele, eu não tinha coragem de contar pra mãe. Quando eu terminei, minha mãe me colocou contra parede pra perguntar: “você transou? você não transou?” Quer dizer, você está terminando, agora não vai conseguir mais ninguém porque você já transou com o cara. Então, tinha essa pressão da minha mãe. Minha mãe, ela extremamente aparentava pros outros ser uma mulher liberal. Só que, com os filhos, é extremamente opressora. Pressionava.

Então, aí o que acontece, nesse período que eu fiquei sem ninguém, eu tive uma cobrança muito grande, de, tipo assim, “eu tô com 23 pra 24 anos e ainda não sou casada, como assim eu ainda não sou casada?! Preciso casar”. Com essa cobrança muito grande em cima de mim... Não tinha noção que não precisava ter isso, essa cobrança. Apesar que meu pai, minha mãe, não está cobrando nada. “Ah, você tem que casar”. Era uma cobrança que eu acho que senti o peso da sociedade, de ter que casar porque eu estava ficando velha. Então, eu acreditava que tudo tinha uma idade, que com 24 anos eu deveria estar casada e, depois de uns 4 ou 5 anos, eu tinha que ter um filho, né?!

Na época, eu era da Igreja [Adventista do Sétimo Dia]. A Igreja realmente tinha uma cobrança. Porque, assim, na percepção da Igreja, como a gente não pode ter relação sexual fora do casamento, a Igreja, a Igreja induz o jovem a casar cedo, entendeu?! Porque se demorar pra casar, provavelmente, vai pecar. Então, é normal, naquela época, as meninas com 18, 19 casarem. Então, tinha essa cobrança também, né?! Então, por isso que eu tinha na minha cabeça... na minha cabeça, eu tinha aquela cobrança da Igreja, também. Como que eu ia frequentar uma igreja? Passou da minha idade de casar, quer dizer que eu não ia ter relação sexual, entendeu?! Então, quer dizer que eu estaria em pecado.

E aí, depois, nesse período de dois anos que foi quando eu conheci o xxxxxxxx.. Só que quando eu conheci ele, ele estava numa fase de separação e como o fato dele ser um homem mais maduro, um homem mais velho, ele me deu uma segurança muito grande. tipo assim: óh eu vou... você vai estar segura casamento, né?! E aquilo ali, eu não pensei duas vezes em casar. Eu me sentia segura naquele relacionamento.

A minha irmã já tinha casado. Eu sentia uma cobrança em cima de mim, né?! Na época, eu estava fazendo a faculdade, não tinha terminado a faculdade. Mas eu não pensava assim: “ah! Primeiro vou terminar a faculdade” ou “primeiro vou ter uma estabilidade financeira pra depois casar”. Isso aí, pra mim, não vem em primeiro lugar. Hoje, com certeza pensaria diferente, entendeu?! E aí foi, com 24 anos, eu conheci o xxxxxxxx e ele se mostrou um homem mais maduro. Eu me senti segura. Eu me senti que eu poderia estar estabilizada na relação

porque ele já era já estabilizado financeiramente. Eu me senti segura pra casar, embora fosse o segundo casamento dele, né?!

Hoje, eu falo pra minha filha: “estuda! Vai estudar primeiro. Vai ter sua independência primeiro. Não pensa em casar”. Isso não quer dizer que ela não possa aproveitar a vida dela. Tipo, assim, de sair, namorar, fazer as coisas, entendeu?! Não precisa necessariamente casar primeiro. Estou incentivando muito ela viajar. Eu queria muito que ela fizesse uma faculdade fora. Uma pós fora do Brasil. Que ela estudasse, que ela viajasse. Que ela trabalhasse. Que eu tivesse a independência financeira dela primeiro pra depois ela pensar no casamento, entendeu?!

Depois que você casar, tudo fica mais complicado. Quando você tem filho, não que seja impossível você fazer, só que tudo vai ser diferente, tudo vai ser um obstáculo a mais, vai ser um empecilho a mais, uma preocupação a mais. Você tem uma criança pequena, aí você quer sair, você tem que estudar. Ou você acata e fica quietinha embaixo das asas do marido, cuidando da casa, do filho ou se você tomar uma decisão de ter liberdade financeira, independência financeira, você tem que pagar o preço, muitas vezes, ter que deixar o filho sozinho. Eu lembro que coloquei a xxxx na escola, ela tinha um ano e três meses, pra mim, foi... nossa! Um ano e três meses a guria já tá na escola, ela tinha acabado de desmamar. Eu não tinha outra opção. Eu tinha que estudar. Eu tinha que estudar para tentar prestar um concurso, pra tentar entrar no mercado de trabalho novamente. Porque você já tem o filho, já fica tudo mais complicado pra mulher. O mercado de trabalho já se fecha.

Pesquisadora: Como foi depois da separação?

Entrevistada: Eu fiquei muito bem após a separação. Porque todo meu sofrimento... todo meu sofrimento foi durante o casamento. Quando eu tomei a decisão de separar, eu já tinha sofrido. Eu já tinha chorado tudo atrás, quando eu me separei, eu me libertei, foi uma libertação. Depois, pós separação, o que eu sofri foi com a violência patrimonial. Que ele me tirou, ele me tirou as coisas, nunca me pagou pensão. Só que, no meu íntimo, eu estava extremamente feliz, porque eu estava me sentindo livre. Era aquilo que eu precisava fazer. Tudo era pra ser dependente dele ainda, dependente financeiro, entendeu? Então, após a separação, teve um período que eu fiquei separada, aí a gente resolveu voltar. Passou uns dois meses que ele faleceu, eu fiquei viúva e eu acabei tendo de volta o que era dele, o que ele já tinha tomado pra ele, né, que foi a parte dos bens.

APÊNDICE V

**Quadro 1 - QUADRO DE REGISTRO DA FREQUÊNCIA DE EMISSÃO DAS
PALAVRAS QUE EXPLICITA OS NÚCLEOS DO DISCURSO**

Palavra	Emissões
eu/me/ mim /comigo/ meu /minha(s)	171
é / era/ ser / sido/fui/ foi/ seja	67
não/nem/nenhum/ nada /nunca	64
tinha/ ter / tive /tem/ tenho / teria /tivesse/teve	62
ele / dele	58
Isso/Esse(s)/Aquela/Nisso/Nesse/Nessa/Naquilo(e)/Disso(e),(a)/Daquilo(a)	47
Então	42
ia / vai /vou/ir/veio/fosse/	17
Nome	15
filho(s) / filha	15
Momento	15
Porque	14
muito/ muita	14
Mais	14
Ano(s)	14

a gente/ nós/ nosso	14
estava/estiver/estou/estão/ está	13
casei/casar/casou	12
tudo/todo(a)(s)	12
sair/saí	12
pagava/pagar/paguei/paga/pagou	11
Terreno	11
você(s)/te	10
Empresa	10
Assim	10
queria/quer/quis	9
coisa(s)/coisinha	9
Casa	9
ficar/fico/ficou/fiquei/fica	9
Casamento	8
começaram/começo/começou	8
Sentimento	8
faço/foz/ fazer/fazendo/ fizesse/ feito	8
Tipo	7
Hoje	7

passou/ passava/passando	7
separar/separada (o)/ separasse	6
dar / dou/ deu/ dava	6
Dinheiro	6
Se	6
Depois	5
Relação	5
poderia/ <i>poder</i> / podia/ posso	5
Só	5
Metade	5
Segurança	5
VERDADE	5
<i>Bem</i>	5
financeiramente/financeiro(a)	4
construiu/construída/ construísse	4
vivendo/ <i>VIVI</i> /vivo	4
<i>Sempre</i>	4
Submissa	4
FALAVA/ <i>falar</i> /falavam	4
Preocupava	4

primeiro(s)	4
dificuldades/difícil	4
Carro	4
Gasolina	4
janta(r)	4
colocava colocou	4
outra(o)(s)	4
Ponto	4
Causa	4
Horas	4
Trabalho	4